



Programa de  
Pós-Graduação em  
**Linguística**

**A DISPER(SEGUI)ÇÃO DA MEMÓRIA EM CARANDIRU**

SÃO CARLOS  
2019



Universidade Federal de São Carlos

Daniel Mariano

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS  
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA

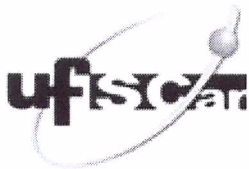
A DISPER(SEGUI)ÇÃO DA MEMÓRIA EM CARANDIRU

DANIEL MARIANO  
Bolsista Capes

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal de São Carlos, como parte dos requisitos para a obtenção do Título de Doutor em Linguística.

Orientador: Prof. Dr. Roberto Leiser  
Baronas

São Carlos - São Paulo - Brasil  
2019



## UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

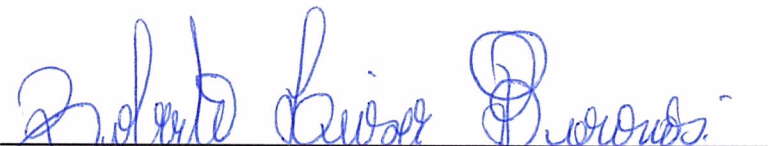
Centro de Educação e Ciências Humanas  
Programa de Pós-Graduação em Linguística

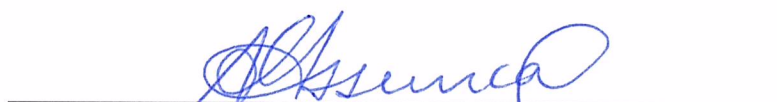
---

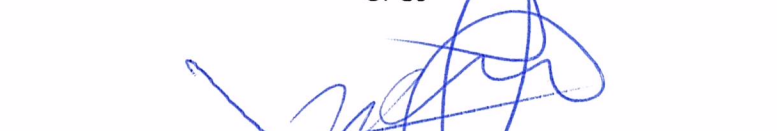
### Folha de Aprovação

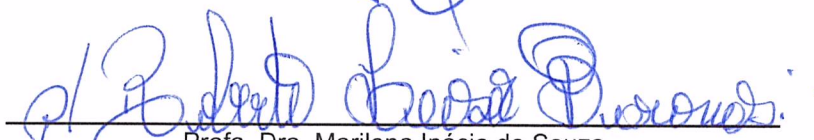
---

Assinaturas dos membros da comissão examinadora que avaliou e aprovou a Defesa de Tese de Doutorado do candidato Daniel Mariano, realizada em 18/06/2019:

  
Prof. Dr. Roberto Leiser Baronas  
UFSCar

  
Prof. Dr. Antônio Luiz Assunção  
UFSJ

  
Prof. Dr. Dirceu Cleber Conde  
UFSCar

  
Profa. Dra. Marilena Inácio de Souza  
UNEMAT

  
Profa. Dra. Lígia Mara Boin Menossi de Araujo  
UFSCar

Certifico que a defesa realizou-se com a participação à distância do(s) membro(s) Marilena Inácio de Souza e, depois das arguições e deliberações realizadas, o(s) participante(s) à distância está(ão) de acordo com o conteúdo do parecer da banca examinadora redigido neste relatório de defesa.

---

Prof. Dr. Roberto Leiser Baronas

À Maria Dias e  
Alzira Izidoro...  
Memórias sempre vivas em mim.

## AGRADECIMENTOS

A Deus pela vida;

Ao meu orientador, Roberto Leiser Baronas, pela atenção, diálogos, confiança e amizade. Muito obrigado!

Ao Prof. Toninho, pela alegria e satisfação em tê-lo na minha banca. Obrigado!

Aos Professores da banca, Lígia Mara Boin Menossi Araujo, Marilena Inácio de Souza e Dirceu Cléber Conde, pela leitura atenta ao meu trabalho;

Aos Professores do PPGL, pela convivência e novas lições adquiridas;

À Profa. Glória Palma; pela leitura, amizade e um bom vinho;

Ao meu amigo João Thiago, pela amizade e uma boa prosa;

Aos meus companheiros de estudo do LEEDIM, pela convivência e novas lições;

Ao meu amigo David, pela amizade e andanças pelas serras de Minas;

À Patrícia Rocha, pelas viagens por Minas;

Aos meus amigos de São João Del Rei, Carlos e Maurício, pela amizade;

Aos meus amigos Rodrigo, Roberval, Jorge, Oscar, Paulo e Thiago, pela amizade;

Ao meu amigo Tadeu Galdino, pela amizade;

Aos meus amigos Lúcio e Lô, pela amizade e vizinhança;

À direção, professores e funcionários da EE José Severiano Filho de São João Batista do Glória;

À Tânia Tripoloni, pela amizade, leituras e um bom vinho;

À minha família;

À Capes, pelo apoio financeiro.

## RESUMO

Este trabalho investiga, por meio da Análise do Discurso de orientação francesa e pelos conceitos de apagamento (ORLANDI, 2005) e desmemória (PAVEAU, 2013, 2015), como a memória discursiva mobiliza-se, interdiscursivamente, com outros discursos, com o apagamento e com a desmemória em duas narrativas que tratam dos relatos sobre o Carandiru. Para tanto, o corpus mobilizado é composto por alguns enunciados e expressões linguísticas retirados dos livros “Estação Carandiru” e “Carcereiros” de autoria de Drauzio Varella. Mais especificamente, queremos compreender a relação entre memória, apagamento e desmemória na produção de sentido que trata da história do Carandiru inscrita nessas obras e sua proximidade com a implosão da Casa de Detenção de São Paulo. Para o desenvolvimento da pesquisa, realizamos um percurso descritivo do corpus e uma explanação dos conceitos teóricos e durante a análise, notamos que a autoria de Drauzio Varella é legitimada pela instituição médica, pelo mercado editorial e pelos meios de comunicação e que sua FD está filiada ao discurso científico, mantendo uma relação discursiva com a FD dos detentos, a FD dos carcereiros e o discurso religioso que lhe confere uma aura messiânica. Além disso, observamos que o apagamento restringe certos acontecimentos e discursos como parte da política do silêncio empregada por Varella em seus dois livros. Assim, o estilo descritivo e objetivo intercalado aos termos do saber médico que gerenciam os discursos em torno da FD de Varella, a escolha de qual personagem poderia dizer durante a narrativa e a censura de determinadas palavras acabam contribuindo para o processo de desmemória de alguns dizeres como as palavras “massacre” e “presídio”. Nesse sentido, defendemos que o apagamento é um recurso discursivo que auxilia e acelera, em alguns casos, a desmemória. Isso ficou evidente quando aproximamos a memória discursiva inscrita nas duas obras, a implosão e a criação do Parque da Juventude, esses três elementos apagam, silenciam e desmemoralizam o Carandiru enquanto prisão.

**Palavras-chave:** Carandiru; memória, apagamento; desmemória.

## ABSTRACT

This assignment investigates, through the Analysis of Discourse by French orientation and through the concepts of erasure (ORLANDI, 2005) and lack of memory (PAVEAU, 2013, 2015), how the discursive memory mobilizes, interdiscursively, with other discourses, with the erasure and with the lack of memory in two narratives which deal with the reports about the Carandiru. So, the mobilized corpus is composed of some statements and linguistic expressions taken from the books "Estação Carandiru" and "Carcereiros" by Drauzio Varella. More specifically, we want to understand the relation between memory, erasure, and lack of memory in the production of meaning that deals with the Carandiru history inscribed in these assignments and their proximity to the implosion of the House of Detention in São Paulo. For the development of the research, we conducted a descriptive course of the corpus and an explanation of the theoretical concepts and during the analysis, we note that the authorship of Drauzio Varella is legitimized by the medical institution, the publishing market and the media and that his FD is affiliated to the scientific discourse, maintaining a discursive relation with the FD of the prisoners, the FD of the jailers and the religious discourse that confers a messianic aura to him. In addition, we note that erasure restricts certain events and discourses as part of the policy of silence settled by Varella in his two books. Thus, the descriptive and objective style interspersed with the terms of the medical knowledge that manage the discourses around the FD by Varella, the choice of which character could say during the narrative and the censorship of certain words end up contributing to the process of lack of memory for some sayings like the words "massacre" and "prison". In this sense, we defend that erasure is a discursive resource that assists and speeds up, in some cases, lack of memory. This became evident when we approximated the discursive memory inscribed in the two assignments, the implosion and the creation of the Youth Park [Parque da Juventude], these three elements erase, silence and demystify Carandiru as a prison.

Keywords: Carandiru; memory, erasure; lack of memory.



## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Casa de Detenção .....	9
Figura 2 – Capa de “Estação Carandiru” .....	22
Figura 3 – Casa de Detenção .....	26
Figura 4 – Pavilhões oito e nove.....	28
Figura 5 – Interior de cela .....	30
Figura 6 – Interior de cela .....	31
Figura 7 – Detentos tatuados .....	32
Figura 8 – Capa do livro “Carcereiros” .....	35
Figura 9 – Escola interna .....	45
Figura 10 – Recorte de página digital .....	71
Figura 11 – Capa de “Estação Carandiru” .....	120
Figura 12 – Capa da revista “O Vira Lata” .....	122
Figura 13 – Implosão dos pavilhões 6, 8 e 9 .....	125
Figura 14 – Carandiru .....	131
Figura 15 – Parque da Juventude.....	131
Figura 16 – Capa do filme “Carandiru” .....	139

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	9
CAPÍTULO 1 – CARANDIRU, ACONTECIMENTO E MEMÓRIA: UM PERCURSO DESCRITIVO-TEÓRICO.....	19
1.1 – O Carandiru.....	19
1.1.1 – Sua Origem .....	19
1.1.2 – A Casa de Detenção de São Paulo em duas obras de Drauzio Varella .....	22
1.2 – Acontecimento e discurso.....	41
1.3 – Memória e discurso .....	46
1.2.1 – A memória em Michel Pêcheux .....	48
1.3.2 – A memória em Jean-Jacques Courtine .....	54
1.3.3 – A memória em Marie-Anne Paveau .....	56
1.3.3.1 – Uma memória cognitivo-discursiva .....	58
1.3.3.2 – A desmemória discursiva .....	59
1.3.3.3 – A amemória discursiva .....	62
CAPÍTULO 2 – AUTORIA, FORMAÇÃO DISCURSIVA E MEMÓRIA .....	65
2.1 – Drauzio Varella e a questão da autoria.....	65
2.2. – Drauzio Varella e a filiação discursiva .....	75
2.3 – Memórias em “Estação Carandiru” e “Carcereiros” .....	83
CAPÍTULO 3 – APAGAMENTO, DESMEMÓRIA E IMPLOÇÃO .....	106
3.1 – Quando se deseja apagar os rastros .....	106
3.2 – Há uma desmemória discursiva no Carandiru? .....	119
3.3 – Carandiru! Adeus?? .....	125
3.3.1 – A implosão .....	125
3.3.2 – Parque da Juventude: uma pós-memória? .....	130
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	146
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	150

## INTRODUÇÃO



Figura 1 – Casa de Detenção<sup>1</sup>

A imagem acima, que contempla os sete pavilhões da Casa de Detenção, rememora a lembrança de um local que já não existe mais da forma como a fotografia nos apresenta. Nela, observamos à esquerda os pavilhões 8 e 9, ao centro os 5, 6 e 7 e à direita, pela metade, os pavilhões 2 e 4, bem como a muralha que o isolava da vizinhança sempre temerosa por sua presença incômoda. Esse foi o Carandiru.

Carandiru é um nome de origem indígena e possui uma relação com o povoamento da cidade de São Paulo, pois o Córrego Carajás que atravessava a fazenda Sant'ana popularmente era chamado de Carandiru. Com o tempo, essa fazenda foi dividida em pequenos lotes, trazendo desenvolvimento e novos moradores que deram início à ocupação e urbanização da capital paulista. Durante esse processo, em 1920, surge a Penitenciária do Estado, inspirada em um modelo francês e reconhecida pela disciplina e reeducação prisional (CABRAL, 2012).

Segundo Bianchini (2018), nessa época, a penitenciária não contava com funcionários e os presos eram em número reduzido, sendo que os próprios detentos produziam e preparavam sua alimentação diária, organizavam as atividades de cuidar do

---

<sup>1</sup>Disponível em < <http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/carandiru-quarta-etapa-do-julgamento-comeca-hoje-e-tem-10-pms-como-reus/276832>>. Acesso em 15 dez 2018

pomar e das oficinas internas e nas horas de folga, poderiam frequentar aulas de artes plásticas ou a escola no interior da prisão. Esse período foi marcado por não apresentar nenhum motim ou rebelião.

Mas, o desenvolvimento urbano da capital paulista passou a influenciar na estrutura física do presídio para comportar mais detentos e no final da década de 50, a Penitenciária do Estado foi denominada de Casa de Detenção Flamínio Fávero (BORELLI; RODRIGUES, 2007).

[...] Em 11 de setembro de 1956, dando prosseguimento ao projeto de cadeias do Carandiru, foi inaugurada a Casa de Detenção Flamínio Fávero, por iniciativa do governador Jânio Quadros. Sua construção com celas individuais era destinada a abrigar homens que aguardavam julgamento, e aqueles condenados à pena de detenção. Em 1961, suas dependências foram reformadas para abrigar três mil presos e as celas passaram a ser coletivas. Ao longo do tempo, sua finalidade de estabelecimento prisional de regeneração individual foi se perdendo (BORELLI; RODRIGUES, 2007, p. 17-18)

Nesse momento, a Casa de Detenção de São Paulo sofre, ao longo de sua história, um processo de grandes perdas, abandonando suas principais qualidades que a tornaram uma referência. Conhecido por Carandiru, esse espaço prisional abrigou inúmeras rebeliões, sendo que a mais famosa delas ocorreu em 02 de outubro de 1992 e provocou a morte de 111 detentos, passando a ser nomeada como o Massacre do Carandiru (MARIANO, 2012).

Era o começo da noite daquele dia 2 de outubro. Os gritos e o barulho dos tiros tinham cessado no interior do pavilhão Nove da Casa de Detenção de São Paulo, onde 2.069 presos cumpriam suas pernas [...] a energia elétrica havia sido cortada pelos presos antes da entrada da polícia. Com a ajuda de holofotes do Batalhão de Choque da Polícia Militar, foi possível começar a registrar o saldo da batalha que se desenvolvera horas antes (BORELLI; RODRIGUES, 2007, p. 21)

A ação dos soldados no interior dos cinco andares do pavilhão 9 durou aproximadamente uma hora e deixou um saldo de 111 presos mortos segundo a versão oficial dada pelas autoridades responsáveis que atuaram de forma direta nesse caso.

Na época, esse elevado número de encarcerados mortos ganhou os holofotes da mídia impressa e televisiva do Brasil e do exterior, trazendo à tona uma centena de

discussões, polêmicas e debates oriundos dos diversos segmentos da sociedade, principalmente, sobre a precariedade do sistema carcerário brasileiro.

Durante décadas, o Carandiru esteve edificado na região central de São Paulo, mas o incomodo de sua arquitetura cinzenta, o medo da vizinhança, o impacto das rebeliões dos presos, as manifestações de familiares na entrada do presídio, os conflitos internos, o massacre de 92, a opinião pública, tudo isso contribuiu para que o governo paulista o desativasse.

A desativação da Casa de Detenção de São Paulo aconteceu em 15 de setembro de 2002 e os detentos que cumpriam pena em suas celas foram transferidos para novas unidades prisionais. Esse foi o sinal para que a implosão do presídio fosse decretada. A primeira etapa da demolição ocorreu em 08 de dezembro de 2002 (pavilhões 6, 8 e 9) e a segunda, em 17 de julho de 2005 (pavilhões 2 e 5). Segundo Bianchini (2018, p. 66) “Para que a implosão ocorresse foram necessários 250 quilos de explosivos, espalhados por três mil pontos de perfuração, que transformaram os pavilhões em 80 mil toneladas de entulho [...]”.

Após a implosão, duas empresas ficaram responsáveis pelas atividades de transporte, descarga e descarte dos resíduos que foram produzidos pela demolição, pois no local, onde era a Casa de Detenção, um novo projeto urbanístico de remodelação do centro de São Paulo seria construído naquele espaço: o Parque da Juventude.

Inaugurado em 2003, o Parque da Juventude iniciou suas atividades com o Parque Esportivo (pista de skate, pista para caminhada e dez quadras poliesportivas), depois, em 2004, com o Parque Central (área arborizada) e por último, em 2005, o Parque Institucional (Biblioteca São Paulo e ETEC Parque da Juventude) (Bianchini, 2018).

Com sua desativação e posteriormente, a demolição, a Casa de Detenção de São Paulo deixou de ser o espaço da fabricação de corpos subjugados pelo poder disciplinar, pois, no interior dos seus pavilhões, o corpo dos detentos era disciplinado todos os dias pelas técnicas de sujeição do sistema prisional. Sem a presença física dos presos não haveria o que ser manipulado, experimentado, delimitado, estudado, vigiado e punido (MARIANO, 2012).

A partir desse momento, o Carandiru tornou-se, do ponto de vista histórico e social, um espaço memorialístico edificado em inúmeras narrativas por meio de relatos de prisioneiros e funcionários que conviveram durante anos no interior de sua arquitetura

disciplinar. “A Detenção tem mais gente do que muita cidade. São mais de 7 mil homens [...] Nas piores fases o presídio chegou a conter 9 mil presos” (VARELLA, 2003, p. 16).

Esses relatos são lembranças resgatadas pela memória individual. Quando se rememora algo, o passado não aparece mais tal como aconteceu, mas é reconstruído pelos fatos armazenados na memória do indivíduo. A lembrança é resgatada de um tempo que já passou, mas seus efeitos ainda se fazem sentir no instante em que é reconstruído. Segundo Le Goff (2003, p. 13) “O tempo histórico encontra, num nível muito sofisticado, o velho tempo da memória, que atravessa a história e a alimenta”.

Já para Bosi (1987, p. 9), o passado rememorado mistura-se às impressões momentâneas do agora “Pela memória, o passado não só vem à tona das águas presentes, misturando-se com as percepções imediatas, como também empurra, desloca estas últimas, ocupando o espaço todo da consciência.” Nesse sentido, as recordações sobre o Carandiru foram materializadas em reportagens jornalísticas, em fotografias, em processos jurídicos, em obras literárias, em músicas, em linguagem audiovisual entre outras. Diferentes materialidades discursivas que veiculam essas versões e as abordam segundo determinados pontos de vista e perspectivas vinculados às condições de produção de cada lugar de dizer.

Entre essas materialidades, destacamos dois livros “Estação Carandiru” e “Carcereiros” ambos de autoria de Drauzio Varella. O primeiro foi publicado em 1999 e relata as experiências pessoais de Varella, durante um período de quase dez anos, como médico voluntário na extinta Casa de Detenção de São Paulo. Já o segundo, teve seu lançamento em 2012 e mostra o ambiente prisional pela ótica dos funcionários do sistema penitenciário.

Em “Estação Carandiru” descrevi a vida na cadeia com o olhar do médico que atende homens obrigados a cumprir penas em gaiolas apinhadas, como se participassem de um experimento macabro. Neste livro, escrito treze anos mais tarde, tentarei fazê-lo da perspectiva dos homens que passam a vida a vigiar prisioneiros (VARELLA, 2012, p. 23)

Drauzio Varella é formado em medicina pela USP, trabalhou por vinte anos no Hospital do Câncer, foi voluntário no Carandiru por treze anos. Desde 1995, dirige um projeto prospectivo de plantas medicinais amazônicas (VARELLA, 2012). Seu contato com a Casa de Detenção ocorreu em 1989 quando foi autorizado pela direção do presídio a iniciar um trabalho preventivo sobre o vírus HIV junto aos detentos.

As duas obras que mencionamos descrevem relatos sobre a Casa de Detenção e carregam, além da memória inerente à historicidade documental e do tempo cronológico, uma outra forma de memória capaz de acionar dizeres que já foram ditos em outras épocas. Isso é possível, porque essa memória que é chamada de discursiva (COURTINE, 2009) faz com que os vestígios discursivos presentes no diálogo entre diferentes formações discursivas<sup>2</sup> possam emergir quando evocados (PÊCHEUX, 1990, 1995, 1999, 2011; ORLANDI, 1995, 2010).

Os discursos estão em constante contato na arena social, não são estanques, imóveis, já que possuem uma natureza dialógica que os vincula a outros dizeres. Assim, uma palavra ao ser transportada de um lugar discursivo a outro, poderá adquirir um novo efeito de sentido, pois estará sujeita às influências socioculturais e ideológicas do espaço atual que passou a ocupar (PÊCHEUX, 1995).

Se os dizeres estabelecem relações que vão além das fronteiras linguísticas, por intermédio da memória discursiva, pode-se conhecer as formulações já ditas que circularam em um dado momento histórico e social e notar a continuidade, a rejeição ou o apagamento de certos discursos, visto que na arena discursiva não se pode dizer à vontade, porque há procedimentos de controle presentes no interior das formações discursivas.

Por estar inscrita na exterioridade histórica e social que atravessa os discursos, a memória discursiva permite o retorno não só do que já foi mencionado, mas também de pistas deixadas por outros dizeres que poderão voltar do exílio, do esquecimento, do apagamento e do silêncio o qual ronda as palavras, tentando impedir a circulação de certos significados nas arenas discursivas, pois há embates e disputas pelo poder entre aqueles que detêm os discursos e reivindicam o direito de dizer segundo interesses próprios (FOUCAULT, 2008; ORLANDI, 1995, 2010; COURTINE, 2009, ROSSI, 2010).

Segundo Orlandi (2010), as condições de produção de um discurso podem trazer vestígios de memória e indicar a filiação de um dizer a uma determinada FD, pois quem diz, diz de um espaço ideologicamente marcado, pois no interior de uma FD há um fio interdiscursivo que faz com que outras(s) FD(s) mobilize(m) novos dizeres, podendo desestabilizar outros discursos como, por exemplo, os discursos relacionados à história do Carandiru.

---

<sup>2</sup> Compreendemos formação discursiva (FD) como um posicionamento discursivo que determina o que pode e deve ser dito pelo sujeito em determinados discursos, pois o discurso traz uma carga ideológica (Pêcheux, 1995).

Entendemos que se a memória é um espaço móvel que reatualiza os sentidos cristalizados ou não. O apagamento também é uma ação significativa à análise discursiva, pois não há memória sem apagamento. Nesse sentido, o ato de apagar pode ser entendido como uma opção de reduzir ao essencial certos acontecimentos. Para Robin (2016), o apagamento está relacionado à ausência de rastros numa tentativa de “abolir a memória” de determinado fato histórico.

Já Orlandi (1995) compreende o apagamento a partir do silêncio que atravessa as palavras<sup>3</sup>, pois o silêncio permite ao sujeito se mover em diferentes significações, indicando que o silêncio é algo que significa, que produz diferentes efeitos de sentido “O funcionamento do silêncio atesta o movimento do discurso [...]” (ORLANDI, 1995, p. 17). Assim, compreendemos que a memória não tratará apenas daquilo que pode ser lembrado ou lembrado, ela diz respeito também ao esquecimento e ao apagamento de palavras.

O verdadeiro esquecimento talvez não seja o vazio, mas o fato de imediatamente colocar uma coisa no lugar de outra, em um lugar já habitado, de um antigo monumento, de um antigo texto, de antigo nome. Ou ainda voltar atrás passando por cima de um presente recente, obliterado em favor de um mais antigo (ROBIN, 2016, p. 93)

Sobre esse esquecimento que substitui uma coisa no lugar de outra com a intenção de que algo seja apagado, isso é compreendido por Báez (2006) pelos atos, ao longo da história, que buscavam destruir e aniquilar os livros enquanto um patrimônio de ideias e da memória “[...] o livro não é destruído como objeto físico e sim como vínculo de memória” (BÁEZ, 2006, p. 24).

Primeiro, foram queimados os livros. Depois, foram eliminados das bibliotecas, na tentativa de apagá-los da história. Primeiro, foram eliminados inúmeros seres humanos, depois, tentaram apagar os apagamentos, negar os fatos, obstaculizar a reconstrução dos eventos, vetar a contagem das vítimas, impedir a lembrança (ROSSI, 2010, p. 33)

Nesse sentido, apagar configura-se como um ato de interdição em que alguém ou um grupo através de uma ação específica (queimar, esconder, derrubar, reescrever etc) tenta calar certos discursos para que eles não façam eco na arena social, já que os dizeres passam por mecanismos de controle.

---

<sup>3</sup> Neste trabalho, utilizamos os termos “silenciamento” e “apagamento” como sinônimos cujo sentido está relacionado a toda ação que tenta impedir, abolir ou censurar determinados discursos.



Como o dizer é controlado e vigiado, o apagamento torna-se uma prática que visa a interesses pessoais (políticos, religiosos, econômicos ou culturais) de quem a executa, incluindo-se, portanto, nos jogos de poder e disputas que movimentam as relações sociais, pois há o interesse de que uma palavra, um texto, um discurso não seja dito, mencionado e permaneça no silêncio dos espaços discursivos para que, finalmente, caia no abismo do esquecimento, podendo retornar ou não do seu exílio.

Assim, toda essa ação de interditar, silenciar e apagar pode ser compreendida como uma tentativa de impedir a circulação de determinados discursos. Nesse processo de abolir a memória, o apagamento poderá criar uma relação discursiva com a desmemória no fio memorial do discurso. A desmemória discursiva é redenominação, reformulação de um conjunto de fenômenos de desligamento das lembranças e inserções de deslizamentos mediante um acordo semântico.

[...] chamo de desmemória discursiva um conjunto de fenômenos de discurso que possibilitam a revisão das linhagens discursivas, ou seja, das transmissões semânticas cultural e socialmente realizadas pelos instrumentos da tecnologia discursiva [...] Essas revisões podem ser mudanças semânticas, neologismos semânticos, redenominações, reformulações etc., em suma, um conjunto de fenômenos de linguagem que produzirão efeitos transgressivos ou contraintuitivos num contexto no qual reine um acordo semântico [...] (PAVEAU, 2015, p. 237)

Se a desmemória discursiva possibilita uma revisão das linhagens discursivas. É bom acrescentar que Paveau entende por linhagens discursivas como elementos internos e externos distribuídos nos lugares de memória que passam pelos canais da memória cognitivo-discursiva.

[...] chamo esses canais de linhagens discursivas, as quais reforçam a historicidade dos discursos e das significações. E defino esses canais como dispositivos representacionais internos e externos que permitem acolher e transmitir conteúdos semânticos ligados aos saberes, crenças e práticas: os “lugares de memória” discursivos e cognitivos [...] (PAVEAU, 2013b, p. 152)

Esses dispositivos representacionais internos e externos serão transmitidos por meio das ferramentas da tecnologia discursiva que podem ser cognitivas (memória humana), discursivas ou artefatuais sustentando a transmissão das linhagens discursivas.

Logo, a desmemória discursiva pode ser compreendida como um conjunto de fenômenos de desligamento das lembranças e inserções de deslizamentos de sentidos.

“Parece-me surgir dessa desmemória discursiva os fenômenos de “deriva de sentidos” em que a existência é sobretudo do tipo metadiscursiva [...]” (PAVEAU, 2013a, p. 121).

Seguindo essa relação entre memória, apagamento e desmemória como forma de abordagem analítica e tendo como ponto de partida a memória discursiva que está ancorada nos preceitos teóricos da Análise do Discurso de orientação francesa. Esta pesquisa de doutorado analisa as obras “Estação Carandiru” e “Carcereiros” de Drauzio Varella com o objetivo principal de verificar como a memória discursiva mobiliza-se, interdiscursivamente, com outros discursos, com o apagamento e com a desmemória.

Que relação há entre a memória, o apagamento e a desmemória discursiva na produção de sentido que trata da História do Carandiru inscrita nessas duas obras? O Carandiru pode ser compreendido como um acontecimento histórico e discursivo? E quem está autorizado a dizer sobre ele? Há alguma proximidade discursiva entre essas narrativas, o apagamento, a implosão dos cinco pavilhões e a construção do Parque da Juventude?

Nesse sentido, nosso corpus de investigação é composto por alguns enunciados e expressões linguísticas retiradas das duas narrativas de Varella em que realizamos uma abordagem analítico-interpretativa, embasada no arcabouço teórico da AD e no conceito de desmemória discursiva proposto por Paveau (2013, 2015). Um exemplo desse corpus está na relação léxico-semântica de termos como “casarão” e “presídio” que passam por um deslizamento de sentido, buscando-se um revestimento semântico da significação de uma palavra sobre a outra, almejando uma desmemória discursiva. Assim, o significado do termo “presídio”, de cadeia, praça de guerra é desmemorializado para o campo semântico de moradia, local habitável e humanizado. Essa condição do deslize semântico que propõe uma nova reformulação ao discurso mobiliza a memória, o apagamento e a desmemória.

Acreditamos que esses questionamentos são pertinentes aos estudos do discurso e, especialmente, da memória discursiva. Nas últimas décadas, a memória passou a ter mais relevância em diversos segmentos da vida social. Hoje, estudos sobre a memória têm merecido destaque em diversas áreas do saber como: a linguística, a história social, a psicologia social, a filosofia, a literatura, a arquitetura, a medicina, a neurociência, a engenharia neurológica entre outras.

Essas disciplinas pesquisam e buscam uma compreensão melhor sobre o funcionamento dessa faculdade humana. Podemos dizer que há uma memória auditiva, uma memória visual, uma memória gustativa, uma memória olfativa etc. O próprio Michel

Pêcheux (1999, p. 56) mencionou que a memória não é uma instância cerceada e sim “[...] um espaço móvel de divisões, de disjunções, de deslocamentos e retomadas, de conflitos de regularidades. Um espaço de desdobramentos, réplicas, polêmicas e contra-discursos.”

Após sua desativação, o Carandiru tornou-se um espaço de estudo da memória. Do concreto dos pavilhões às tatuagens dos detentos. A Casa de Detenção de São Paulo, enquanto esteve ativa, foi um local onde as fronteiras sempre se aproximavam e na maioria dos casos, contaminavam-se, deslizavam-se umas nas outras, formando um mosaico social e cultural.

Nossa hipótese principal (as outras serão expostas ao longo do capítulo 1) é se o apagamento pode ser compreendido como um recurso, discursivamente consciente, que acelera a desmemória, tornando-se uma estratégia utilizada pela formação discursiva de Varella e auxiliada pela implosão do Carandiru. Para isso, partimos do conceito de “política do silêncio” proposto por Orlandi (1995) por meio do silêncio constitutivo (quando um dizer apaga outro) e o silêncio local (aquilo que deve ser censurado).

[...] distinguimos entre a) o silêncio fundador, aquele que existe nas palavras, que significa o não dito e que dá espaço de recuo significante, produzindo as condições para significar e b) a política do silêncio que se subdivide em b1) silêncio constitutivo, o que nos indica que para dizer é preciso não dizer (uma palavra apaga necessariamente as “outras” palavras) e b2) o silêncio local, que refere à censura propriamente (aquilo que é proibido dizer em uma certa conjuntura). Isso tudo nos faz compreender que estar no sentido com palavras e estar no sentido em silêncio são modos absolutamente diferentes entre si. E isto faz parte da nossa forma de significar, de nos relacionarmos com o mundo, com as coisas e com as pessoas (ORLANDI, 1995, p. 23-24)

Essas duas formas demonstram a complexidade sobre o silêncio e a produção de sentido, já que todo dizer é uma relação com o não dizer e de que forma essa “política do silêncio” atua nas duas obras de Varella? Para tratar desse apagamento nas duas narrativas, dividimos nossa análise em três temáticas, sendo que uma delas observa a censura a determinadas palavras (silêncio local). Um procedimento que ocorre, por exemplo, com a palavra “massacre” que é tratada discursivamente de forma diferente em cada um dos livros e posteriormente também será desmemorializada em uma dessas obras.

Compreendemos que há uma relação entre apagamento e desmemória na qual o ato de apagar pode contribuir e auxiliar a desmemória de certos discursos. Assim, apagamento é uma tentativa de pôr à margem certos discursos, de apagar os rastros de certos acontecimentos que também constituem a historicidade do Carandiru. Por outro

lado, não impede que esses dizeres interditados reclamem sentido, abram fendas de leitura, provoquem a irrupção de um novo acontecimento, pois os dizeres estão em constante movimento, minando os anseios do sujeito por uma possível estabilidade discursiva, inclusive, quando esses discursos se aproximam da implosão e da constituição do Parque da Juventude.

Para fins de exposição, organizamos este trabalho em três capítulos. No primeiro realizamos uma breve explanação histórica do Carandiru desde a origem do termo o qual também denomina o córrego Carajás até a inauguração da Penitenciária do Estado, em seguida, resenhamos os livros “Estação Carandiru” e “Carcereiros” e também os objetivos de nossa tese que trata, principalmente, da memória, do apagamento e da desmemória nas duas obras de Drauzio Varella. Para isso, mobilizamos alguns conceitos do arcabouço teórico da Análise do Discurso como: discurso, acontecimento, memória discursiva a partir dos trabalhos de Michel Pêcheux, Jean-Jaques Courtine e Marie-Anne Paveau.

No segundo capítulo, fizemos um estudo relacionado à autoria de Drauzio Varella a partir de alguns conceitos de Michel Foucault e Dominique Maingueneau e notamos que a autoria de Drauzio Varella é validada pela instituição médica, pelo mercado editorial e pelos meios de comunicação de massa e mídias digitais e que seu discurso está filiado à FD do saber científico, mantendo uma relação discursiva com a FD do sistema prisional que organiza o discurso de alguns detentos e alguns carcereiros. Essa filiação ao discurso médico-científico ficou perceptível na análise de alguns fragmentos em que analisamos, especialmente, em “Estação Carandiru”.

No terceiro capítulo, teorizamos o apagamento como um ato que restringe certos acontecimentos a respeito de um determinado discurso e observamos em nossas análises que o apagamento, nas obras de Varella, contribui para o processo de desmemória de alguns dizeres como a palavra “massacre”, especialmente quando a implosão dos pavilhões e o Parque da Juventude são analisados discursivamente por meio do apagamento, da desmemória e da pós-memória.

## **CAPÍTULO 1 – Carandiru, acontecimento e memória: um percurso descritivo-teórico**

### **1.1 – O Carandiru**

#### **1.1.1 – Sua origem**

O termo “Carandiru” é de origem Tupi-guarani, uma junção entre “carandá” (espécie de palmeira) e “iru” (abelha). É uma palavra polissêmica a qual no contexto do povoamento da cidade de São Paulo, denominava popularmente o Córrego Carajás que cruzava a histórica Fazenda Sant’ana. Essa propriedade originária da colonização brasileira deu origem à maioria dos bairros da zona nordeste paulistana (BIANCHINI, 2018).

Também chamado de córrego do Carandiru em levantamentos cartográficos ou por habitantes mais antigos da região. O Carajás banhava as terras da antiga Fazenda de Sant’ana propriedade da Companhia de Jesus. Tal fazenda foi citada pela primeira vez em 1560 pelo Padre José de Anchieta, sendo que mais tarde, no início do século XIX, viria a ser dividida em sesmarias (CABRAL, 2012, p. 9)

A divisão dessa fazenda em pequenos lotes de terra segundo Cabral (2012) foi motivada pelo desenvolvimento econômico cafeeiro que trazia para a cidade de São Paulo novos moradores e com eles a ocupação e urbanização da capital paulista, sendo que a bacia do Córrego Carajás passou inicialmente a ser ocupada por chácaras as quais gradativamente cederam lugar a sobrados e devido à crescente urbanização, foram substituídos por grandes edifícios, residências e pontos comerciais. Foi nesse momento de expansão urbanística da zona norte paulistana que em 1920 surgiu a Penitenciária do Estado.

Mais tarde, em 1920, é inaugurada a Penitenciária do Estado, em cujo terreno se situa um trecho do Córrego Carajás. Paralelamente ao curso do córrego é construída uma das muralhas da penitenciária. Novos arruamentos, assim como a abertura de novas estradas se fazem necessárias para atender às populações que vinham residir nos novos loteamentos, em terras outrora, pertencentes à Fazenda Santana. É o caso da antiga Estrada do Carandiru, por exemplo, que mais tarde passaria a se chamar Avenida General Ataliba Leonel [...] (CABRAL, 2012, p. 13-14)

Essa penitenciária, ao lado do córrego do Carandiru, teve seu projeto arquitetônico inspirado em um modelo francês e chegou a ser cartão postal da cidade de São Paulo, recebendo visitantes do Brasil e de outros países, além de estudantes de direito e medicina. Nessa época, o índice de reincidência no crime dos ex-detentos que frequentaram esse espaço prisional era pouco expressivo.

O Complexo Penitenciário do Carandiru, que fica na zona norte da cidade de São Paulo, surgiu em 31 de julho de 1920, a partir da inauguração do Instituto de Regeneração do Carandiru, mais tarde denominado Penitenciária do Estado. Sua construção foi baseada no Centre Pénitenciere de Fresnes, próximo a Paris, e o projeto elaborado pelo arquiteto Samuel das Neves, posteriormente sofrendo alterações do arquiteto Francisco Ramos Azevedo. Com capacidade para 1.200 presos, foi, durante anos, visto como modelo nas Américas, e chegou a ser considerado um dos cartões-postais da cidade. Em 1927, passou a atrair a curiosidade do público, registrando uma enorme frequência de visitantes – cerca de 20 mil pessoa/ano – incluindo brasileiros e estrangeiros. Era tido como um grande centro penal do mundo, tornando-se atração turística para jovens estudantes de direito e medicina. Um modelo de prisão: entre os anos 1920 e 1944, apenas 4% dos presos que por lá passaram reincidiram nos crimes [...] (BORELLI; RODRIGUES, 2007, p. 17-18)

Porém, com o crescimento urbano da capital paulista, a Penitenciária do Estado sofreu significativas modificações, influenciadas pelo desenvolvimento político e social da cidade, passando, no final da década de 50, a ser chamada de Casa de Detenção Flaminio Fávero.

[...] Em 11 de setembro de 1956, dando prosseguimento ao projeto de cadeias do Carandiru, foi inaugurada a Casa de Detenção Flaminio Fávero, por iniciativa do governador Jânio Quadros. Sua construção com celas individuais era destinada a abrigar homens que aguardavam julgamento, e aqueles condenados à pena de detenção. Em 1961, suas dependências foram reformadas para abrigar três mil presos e as celas passaram a ser coletivas. Ao longo do tempo, sua finalidade de estabelecimento prisional de regeneração individual foi se perdendo (BORELLI; RODRIGUES, 2007, p. 17-18)

A partir desse momento, a Casa de Detenção de São Paulo, ao longo dos anos, foi perdendo suas características iniciais e, de presídio modelo, tornou-se um espaço de conflitos e superlotação carcerária. Desativada em 15 de setembro de 2002 e conhecida por Carandiru, esse espaço penitenciário constituiu-se como o maior presídio brasileiro e abrigou inúmeras rebeliões, sendo que a mais famosa delas ocorreu em 02 de outubro de 1992 e provocou a morte de 111 detentos, passando a ser designada como o Massacre do Carandiru. Por suas celas passaram mais de 175.000 detentos (MARIANO, 2012).

Durante décadas, o Carandiru esteve edificado na região central de São Paulo, mas o incomodo de sua atmosfera férrea, o medo da vizinhança, o impacto das rebeliões dos presos, as manifestações de familiares na entrada do presídio, os conflitos internos, o massacre de 92, a opinião pública, tudo isso contribuiu para que o governo paulista o desativasse.

Com sua desativação, a Detenção deixou de ser o espaço da fabricação de corpos subjugados pelo poder disciplinar, pois, no interior dos seus pavilhões, o corpo dos detentos era disciplinado todos os dias pelas técnicas de sujeição do sistema prisional. Sem a presença física dos presos não haveria o que ser manipulado, experimentado, delimitado, estudado, vigiado e punido (MARIANO, 2012).

Nessa condição, o Carandiru transformou-se, do ponto de vista histórico e social, em um espaço memorialístico cuja existência está materializada em reportagens jornalísticas, em fotografias, em processos jurídicos, em obras literárias, em músicas, em linguagem audiovisual, em depoimentos de ex-detentos e ex-funcionários entre outras formas de divulgação na qual é perceptível a inscrição de uma dada memória.

Segundo Assmann (2016, p. 359) “Os locais memorativos podem ser vistos como a instituição que os sucedeu, deles se espera que produzam um contato com os fantasmas do passado”. Esse contato com as lembranças de um determinado local que emergem como se fossem fantasmas, no caso do Carandiru, torna-se ainda mais recorrente nas diferentes materialidades citadas acima em razão da implosão de alguns de seus pavilhões, iniciada em 2002.

Ao contrário de locais que foram preservados e restaurados para a posteridade, a demolição de cinco pavilhões da Casa de Detenção foi o primeiro passo para um projeto de remodelação do centro de São Paulo com a criação do Parque da Juventude que teve sua inauguração em 2003.

“A memória é um elemento essencial” afirma Le Goff (2003, p. 469) e focalizando na(s) memória(s) do Carandiru que possui uma vasta materialidade de pesquisa, nosso trabalho de doutorado visa analisar duas obras que compõem a historicidade da Casa de Detenção de São Paulo por meio de relatos escritos entre os anos de 1989 a 2002 cuja autoria é de Drauzio Varella. São elas: “Estação Carandiru” e “Carcereiros”

### 1.1.2 – A Casa de Detenção de São Paulo em duas obras de Drauzio Varella

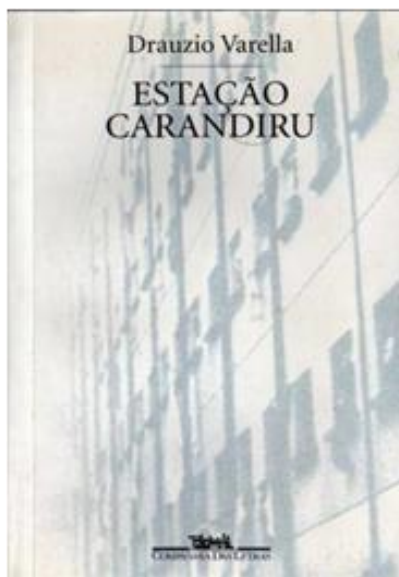


Figura 1 – Capa de “Estação Carandiru”

Publicado em 1999, “Estação Carandiru” é um livro que descreve as experiências pessoais de Drauzio Varella, durante um período de quase dez anos, como médico voluntário na extinta Casa de Detenção de São Paulo. Essa obra teve um respaldo positivo da crítica e boa aceitação entre o público leitor, recebendo o Prêmio Jabuti no mesmo ano de seu lançamento. Ela contém 59 histórias cujos nomes variam desde lugares a nomes de pessoas e apelidos e se inicia com o percurso que Varella fazia do metrô até a entrada da Casa de Detenção. É a primeira narrativa do livro chamada de “Estação Carandiru” que descreve os detalhes do presídio por meio do olhar do autor “Desço na estação Carandiru e saio à direita, na frente do quartel da PM. Ao fundo, a perder de vista, a muralha cinzenta com os postos de vigia [...]” (VARELLA, 2003, p. 13).

Antes de entrar na Detenção, Varella passa pelo pátio do estacionamento que vivia sempre cheio de pessoas, anda mais alguns passos, chega ao portão, cai em um tipo de ratoeira e aguarda a abertura do portão interno “[...] espero abrir o portão interno e fico de frente para a muralha que circunda a cadeia, vigiada por policiais militares armados com submetralhadoras” (VARELLA, 2003, p. 14).



Depois disso, o médico passa pela Divineia (pátio amplo em forma de funil), chegando à sala de revista corporal, mas médicos, diretores e advogados não são submetidos ao ritual da revista que pode levar alguns minutos. Durante seu trajeto, Varella narra alguns fatos como de um funcionário, que enquanto presos do pavilhão Cinco faziam reféns almejando uma transferência para outro presídio, entrou com um quilo e meio de cocaína e foi barrado na revista.

À medida que vai se dirigindo à enfermaria outras histórias são mencionadas, mesclando-se com a descrição de detalhes da Detenção, da rotina dos presos, da estrutura dos pavilhões “Como o trabalho de carga e descarga fica por conta dos detentos é na Divineia o meu primeiro contato com eles [...] No último andar do Quatro está situada a enfermaria, local de muitas histórias contadas neste livro” (VARELLA, 2003, p. 16-17).

Algumas narrativas tratam da experiência médica de Varella atendendo os detentos na enfermaria ou ministrando palestras preventivas para a população carcerária do Carandiru. Essas ações são contadas em “No cinema”, “Bem-vindo”, “Impacto”, “Leptospirose” entre outros títulos presentes no livro.

O trabalho de saúde preventiva foi uma das atividades que Varella mais se dedicou no início de seu trabalho na Casa de Detenção, após constatar o elevado número de portadores com HIV e a falta de informações básicas de saúde por parte dos presos, com o auxílio da administração do Carandiru, decidiu intervir com palestras.

Então, vieram as palestras do cinema. A Casa tem um enorme salão cimentado, no segundo andar do pavilhão Seis, para mais de mil ocupantes, onde antigamente funcionou o cinema, destruído numa rebelião. Ali nós reuníamos trezentos ou quatrocentos presos, montávamos um telão com equipamentos de som, passávamos vídeos educativos sobre AIDS e eu respondia às perguntas da plateia. O trabalho de montagem ficava por conta de dois funcionários da UNIP, o Roberto e o Luís, ajudados por uma equipe de detentos coordenada pelo Gerson do pavilhão Oito. Com o passar do tempo, Roberto e Luís ganharam popularidade na Casa, o primeiro apelidado de PC pela malandragem devido à semelhança física com o personagem trágico de Alagoas. Deslocar tantos homens do pavilhão de origem para o cinema e levá-los de volta ilesos não era simples. A operação, comandada pelo Waldemar Gonçalves, funcionário responsável pelo Departamento de Esportes, começava às oito da manhã. Os xadrezes dos andares cujos ocupantes desceriam para assistir à palestra eram destrancados antes dos demais e a malandragem dirigia-se para o pavilhão Seis. No final, lá pelas onze horas, percorriam ordeiros o trajeto de volta (VARELLA, 2003, p. 70)

No decorrer de “Estação Carandiru”, o autor também menciona como foi aos poucos conquistando a confiança dos funcionários que a princípio o viam como

alguém ligado aos direitos humanos ou com intenções políticas, Varella descreve que quando se aproximava deles para questionar algo ou mesmo realizar uma pergunta, estes mudavam de assunto “Na verdade, guardas de presídio não gostam de pessoas estranhas no ambiente de trabalho. A realidade é desconcertante numa prisão [...]” (VARELLA, 2003, p. 106).

Entre as histórias sobre alguns detentos, há narrativas mais humoradas como “Paixão Arrebatadora” que relata os acontecimentos da vida de um preso chamado de “Charuto” e sua experiência amorosa com Rosirene, uma mulata que conheceu durante a vida no crime “[...] Não sei se isso já aconteceu com o senhor, doutor, amor à primeira vista! Paixão arrebatadora! [...]” (VARELLA, 2003, p. 262).

Já outras, carregam um teor de tragédia e vingança como narra Varella sobre a história de dois detentos: Deusdete e Mané. Certo dia ao chegar ao pavilhão Quatro, o médico é alertado por um dos funcionários sobre um crime que havia ocorrido no pavilhão Cinco.

Os corpos eram de Deusdete e Mané de Baixo, criados na mesma vizinhança, amigos inseparáveis até os catorze anos, quando Mané de Baixo arranhou emprego num ferro velho e saiu da escola. Na mesma época, o pai de Deusdete perdeu a vida num trem de subúrbio. Órfão, Deusdete foi trabalhar de dia e estudar à noite. Mané de Baixo envolveu-se com o crime e desinteressou-se pela vida esforçada do amigo (VARELLA, 2003, p. 198)

Deusdete chegou à Casa de Detenção após matar dois rapazes por terem molestado a sua irmã no bairro onde morava. Depois desse ocorrido, comprou um revólver, perseguiu e os matou. Quando entrou no Carandiru, foi acolhido por Mané de Baixo, proprietário de um xadrez no pavilhão Cinco e seu amigo de infância, porém essa amizade ficou conturbada com o envolvimento de Mané com o crack “A harmonia foi abalada quando Mané de Baixo conheceu o crack. De nada adiantaram os conselhos do amigo [...]” (VARELLA, 2003, p. 200).

Envolvido pelo vício, em uma noite, Mané recebeu em sua cela a visita de um detento que lhe trouxera algumas pedras de crack, vendo isso, Deusdete discutiu com o amigo de infância e foi dormir. Em silêncio, Mané levanta de madrugada, prepara um tacho de água quente e despeja-o sobre Deusdete “Deusdete morreu na enfermaria do pavilhão Quatro nas primeiras horas da manhã. Ao meio-dia, os companheiros revoltados reuniram-se com a faxina do Cinco [...] Quando Mané entrou, o grupo de baixo subiu atrás [...]” (VARELLA, 2003, p. 200).

Além dessas pequenas narrativas, outra característica que notamos, na obra de Varella, é a preocupação do autor com os elementos descritivos, as sutilezas do lugar, a dimensão do espaço, a barba por fazer do vigia, o barulho das trancas, a gíria malandra dos corredores, o tamanho das celas, as características dos sete pavilhões, os ratos perambulando nos pátios, as baratas que subiam pelo esgoto e a geografia humana que povoava cada compartimento da prisão “O livro não me trouxe ilusões literárias. Sempre estive consciente de que seu mérito foi levar para fora das muralhas a vida que pulsava naquele microcosmos” (VARELLA, 2017, p. 8).

Durante a leitura, nosso olhar é conduzido do macro para o micro espaço, do exterior para o interior, do corpo de concreto para o corpo dos detentos. É como se o Carandiru fosse sendo dessecado e cada membro revelado aos olhos atentos do público-leitor. Sua anatomia interna mostrada em cada capítulo por quem percorreu suas veias durante anos e vê a prisão como um paciente em estado crítico, mas sabe dos perigos de se defender determinada causa.

Não é objetivo deste livro denunciar um sistema penal antiquado, apontar soluções para a criminalidade brasileira ou defender direitos humanos de quem que seja. Como nos velhos filmes, procuro abrir uma trilha entre personagens da cadeia: ladrões, estelionatários, traficantes, estupradores, assassinos e o pequeno grupo de funcionários desarmados que tomo conta deles (VARELLA, 2003, p. 10)

Essa “trilha” aberta por Varella pelo interior do Carandiru ganha um efeito de veracidade graças às imagens que compõem a obra, pois há, no livro, dois cadernos de fotos. O primeiro colorido apresenta imagens do interior das celas, do banheiro, dos corredores, das tatuagens dos detentos, dos templos religiosos, do exterior dos pavilhões e outros lugares da prisão, enquanto que o segundo caderno em preto e branco destaca a entrada do presídio, a Divineia, a triagem, a chegada dos prisioneiros, o dia de visita, a cozinha, o campo de futebol e mais fotos da rotina do presídio.

Essas imagens reforçam o teor descritivo do livro e também realizam uma comprovação documental da existência histórica do Carandiru, revelando ao leitor detalhes de sua arquitetura prisional externa e interna e dá aos escritos de Varella credibilidade, atestando sua passagem pelos diversos espaços da extinta Casa de Detenção de São Paulo. Como elas são significativas para a cenografia das narrativas, destacaremos e comentaremos algumas delas.

Na época de Varella, o Carandiru possuía mais de 7.200 detentos e formava uma população carcerária maior que o número de habitantes de centenas de municípios brasileiros, uma verdadeira cidade dos encarcerados, organizada administrativamente desde o diretor aos vigias das torres, com ruas e caminhos diariamente utilizados pelo fluxo de seus moradores, uma população flutuante “A população da casa é móvel: cerca de 3 mil homens são libertados ou transferidos anualmente” (VARELLA, 2003, p. 20).

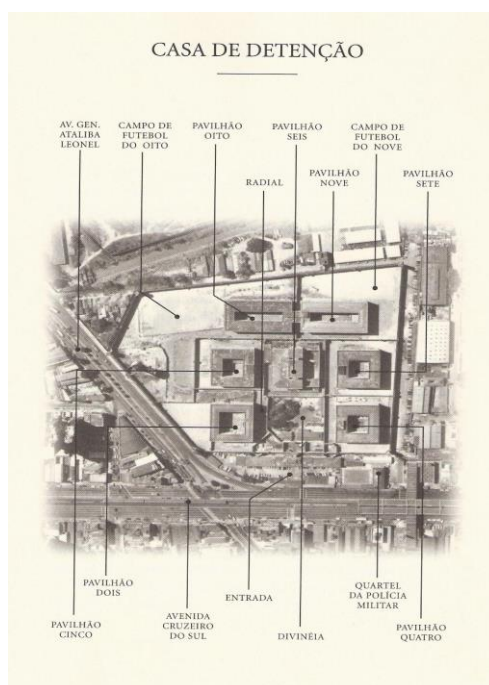


Figura 3 – Casa de Detenção

Uma pequena cidade-prisão como demonstra a imagem acima, cravada na região central da maior cidade do Brasil. Distribuída geograficamente em sete pavilhões e dois campos de futebol. Segundo Varella (2003, p. 11) cada pavilhão, apesar das semelhanças arquitetônicas, apresentava diferenças internas “Embora a arquitetura externa dos pavilhões seja semelhante, suas divisões internas e a geografia humana são bem diferentes”.

O pavilhão Dois era a entrada dessa cidade dos encarcerados, local de chegada dos detentos que cumpriam sua pena no Carandiru. Nesse pavilhão, recebiam as roupas, cortavam o cabelo e passavam pela triagem para receberem as instruções do diretor “Vocês estão na Casa de Detenção de São Paulo para pagar uma dívida com a sociedade. Aqui não é a casa da vovó e nem da titia, é o maior presídio da América Latina” (VARELLA, 2003, p. 22).

Já o pavilhão Quatro, deveria ser exclusivamente para o departamento de saúde, mas como alguns detentos tinham inimidades nos demais pavilhões e estavam jurados de morte, foi necessária a criação de um setor especial no térreo conhecido como “masmorra”, além da ala dos presos adoecidos e da enfermaria geral onde Varella atendia a população carcerária do Carandiru. Nesse pavilhão, também ficavam os detentos com distúrbios mentais “No segundo andar, há um trecho da galeria cujas celas são identificadas com um cartão afixado: “DM”, sigla que identifica os “doentes mentais” (VARELLA, 2003, p. 25).

“Pavilhão Cinco é o que está em pior estado de conservação”. Assim, descreve Varella (2003, p. 27) sobre esse local que apresentava infiltrações, lâmpadas queimadas e escadas em má conservação. Era um espaço de superlotação com mais de 1.600 homens o que exigia uma atenção redobrada dos funcionários da vigilância. No primeiro andar, havia uma enfermaria, sala de aula e uma pequena biblioteca, por abrigar detentos condenados por estupro e por caçarem ladrões conhecidos como justiceiros, o ambiente era tenso, mesmo com a presença da ala da Assembleia de Deus, grupo evangélico com expressividade no Carandiru. A tensão interna tornava o pavilhão Cinco uma fábrica de facas, além da tradicional “maria-louca”.

Na disposição cartográfica da Casa de Detenção, o pavilhão Seis ocupava uma posição central. Nesse local, funcionava a cozinha geral até 1995, quando foi desativada, possuía um auditório enorme. “Chegamos a reunir mais de mil detentos em palestras sobre a prevenção à AIDS” destaca Varella (2003, p. 30). No Seis, estavam os presos nigerianos que cumpriam pena devido ao tráfico de cocaína após serem detidos em solo brasileiro, eram conhecidos como aventureiros do tráfico.

Ao lado do Seis, encontrava-se o pavilhão Sete, era considerado um dos mais tranquilos dentro do Carandiru, pois abrigava uma população carcerária reduzida e nele funcionavam as oficinas de trabalho, os setores de manutenção e o patronato, apesar de ser um espaço voltado para as atividades de costurar bolas de futebol e outros trabalhos

manuais, no quinto andar, algumas celas eram reservadas para o castigo. “Por ser o pavilhão mais próximo da muralha, no entanto, o Sete é o local preferido para as fugas subterrâneas” (VARELLA, 2003, p. 32).

No fundo da Casa de Detenção, ficavam os pavilhões Oito e Nove, “O problemático fundão” como destaca Varella (2003). O pavilhão Oito possuía o maior campo de futebol do presídio. Nesse local, eram disputados os campeonatos internos entre os detentos e às vezes ocorriam partidas contra equipes de times visitantes. O Oito, apesar do grande número de prisioneiros cerca de 1.700, alojava os detentos mais experientes, reincidentes no crime “O pavilhão é para aqueles com nome feito no crime. Geralmente, o habitante do Oito é mais velho e não se envolve em confusão” (VARELLA, 2003, p. 34).

Já o pavilhão Nove, sem dúvida, foi o pavilhão que teve o maior destaque durante a existência da antiga Casa de Detenção de São Paulo, não pela quantidade de detentos que chegavam ao Carandiru pela primeira vez. O Nove comportava, às vezes, mais de dois mil presos, mas o que o tornou conhecido está diretamente ligado aos acontecimentos sobre o massacre de 92.



Figura 4 – Pavilhões oito e nove – Foto nº 24<sup>4</sup>

---

<sup>4</sup> Varella, 2003.

É bom ressaltar que as linhas arquitetônicas dos pavilhões (foto acima) comprovam visualmente o que descreve Michel Foucault em “Vigiar e Punir” sobre o nascimento das primeiras instituições penais e de como elas se tornaram um aparelho corretivo, um espaço limitado, fechado, vigiado de todos os pontos, onde o poder disciplinar atuava ininterruptamente no adestramento corporal dos prisioneiros.

A prisão é menos recente do que se diz quando se faz datar seu nascimento dos novos códigos. A forma-prisão preexiste à sua utilização sistemática nas leis penais. Ela se constitui fora do aparelho judiciário, quando se elaboram, por todo o corpo social, os processos para repartir os indivíduos, fixá-los e distribuí-los espacialmente, classificá-los, tirar deles o máximo de tempo, e o máximo de forças, treinar seus corpos, codificar seu comportamento contínuo, mantê-los numa visibilidade sem lacuna, formar em torno deles um aparelho completo de observação, registro e notações, constituir sobre eles um saber que se acumula e se centraliza. A forma geral de uma aparelhagem para tornar os indivíduos dóceis e úteis, através de um trabalho preciso sobre o corpo, criou a instituição-prisão, antes que a lei a definisse como a pena por excelência (FOUCAULT, 2004b, p. 195)

O Carandiru, descrito por Varella no livro, foi um exemplo dessa aparelhagem penal mencionada por Foucault, uma máquina institucional a serviço das técnicas de coagir o corpo. Para que suas engrenagens funcionassem, era necessário que a configuração espacial possuísse uma simetria favorável à atuação do poder disciplinar. Assim, a muralha, os pavilhões, as celas, os corredores, as torres de vigilância foram componentes essenciais nessa arquitetura fechada e complexa.

Por segurança, a entrada do pavilhão é gradeada em forma de uma gaiola constituída pela porta externa e pelas internas, que bloqueiam o acesso à escada e à galeria do térreo. O sistema de gaiolas repete-se na entrada de todos os andares. Com as gaiolas trancadas, quem vem pela galeria é obrigado a abrir duas portas para ter acesso à escada do andar e, ao atingir o térreo, outras duas, na gaiola de baixo, para sair do pavilhão. Não há portas elétricas como nos filmes: o abre e fecha é no braço (VARELLA, 2003, p. 19)

Esse sistema de gaiolas, a distribuição dos presos em celas lotadas, os horários pré-determinados para as visitas e outras atividades eram procedimentos que permitiam a ação da disciplina sobre o corpo, vigiando seu comportamento, medindo suas qualidades, estudando-o, dominando-o, utilizando-o na produção de um saber que o adequasse às normalizações reguladoras e controladoras, fazendo de cada pavilhão do Carandiru um exemplo desse mecanismo de controle.



Figura 5 – Interior de cela – Foto nº 2<sup>5</sup>

É graças a essa galeria de fotos presente em “Estação Carandiru” que podemos visualizar e compreender as limitações físicas do “barraco” como era chamada a cela pelos presos. Um local reduzido espacialmente que não correspondia à pluralidade das ações praticadas diariamente pelos encarcerados que ali habitavam e funcionava como uma espécie de célula do sistema prisional.

Nessas células de concreto e grades, a vida fervilhava mesmo espremida pela lotação, às vezes com sessenta homens na mesma cela. Alguns tinham que pagar para morar, outros evitavam os antigos desafetos. O xadrez era um espaço sagrado e respeitado cuja visita só poderia ocorrer com autorização do proprietário. Suas limitações espaciais não estavam isentas da tirania disciplinar, no cativo, havia regras de conduta para preservar a integridade do grupo, descumpri-las poderia custar a própria vida, também possuía vaso sanitário e pia.

Todas as celas têm uma pia e um chuveiro ou pelo menos um cano com saída de água na parede. Muitos gozam do conforto de duchas elétricas, que podem ser vendidas num momento de aperto ou aflição do corpo implorando cocaína. No pavilhão Oito, num xadrez coletivo de 27 homens, no fundo, havia um banheiro com um cano quase encostado à parede, através do qual escorria um fio de água. Apesar da ginástica a que eram obrigados, ai daquele que não tomasse o banho diário, mesmo no frio de junho (VARELLA, 2003, p. 39)

<sup>5</sup>

Varella, 2003.



Os “barracos” dos pavilhões atuavam como os dentes da engrenagem do sistema disciplinar. Neles, os detentos estavam supostamente trancados, desarticulados, condicionados pelo espaço e o tempo das atividades diárias. Era um local coletivo, compartilhado por homens que carregavam diferentes posturas sociais e culturais, mas, que naquela época, possuíam algo em comum: tinham uma pena judicial a cumprir perante a sociedade, pois se enquadravam na figura do delinquente instituído pelo discurso jurídico.



Figura 6 – Interior de cela<sup>6</sup>

Embora limitados espacialmente, notamos, ao observarmos algumas fotos que fazem parte do livro, pequenos detalhes no interior dos barracos do Carandiru que revelam a humanização do espaço, uns dos poucos momentos em que o preso podia (re)criar o seu próprio mundo, tecer fantasias, decorá-lo, torná-lo habitável mesmo diante das adversidades do cárcere.

As fotos eróticas que decoravam a parede do xadrez remetem à ideia de coleção. Elas estavam presentes na maioria das celas e conviviam com imagens religiosas. Eram as musas que habitavam o imaginário masculino, companheiras das horas de solidão. Segundo Varella (2003, p. 42) “[...] As mais populares são as loiras, de quatro,

---

<sup>6</sup> Varella, 2003.

fotografadas por trás, com o olhar provocante voltado para o espectador. Não há pudor em misturá-las com imagens de santos.”

Essas mulheres nuas, as imagens de santos, as cortinas, os retratos de família, a luz que aflagava um detalhe da janela, a aspereza dos momentos sombrios, as conversas, as histórias da malandragem, a solidão, a saudade, os confrontos, a morte, as esperanças de liberdade, a sutileza humana são elementos que constituem a base das narrativas inscritas no livro de Varella.

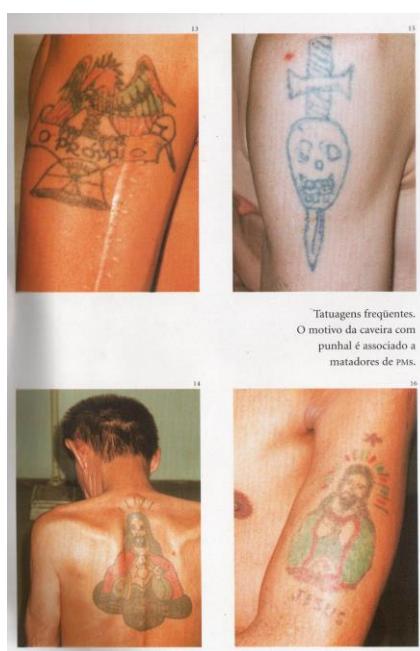


Figura 7 – Detentos tatuados – Fotos nº 13, 14, 15 e 16<sup>7</sup>

Vale lembrar que o corpo dos presos também possuía uma arquitetura própria. Eram imagens edificadas sobre a tez que criavam uma semiose de símbolos e sentidos. Verdadeiras esculturas tatuadas pela geografia corporal. A forma das figuras variava de acordo com o gosto do detento. Entre elas, o tema religioso estava entre os mais executados. Para eles, a imagem de Cristo talvez fosse uma forma de exorcizar o mal, redimindo-os dos pecados praticados, mas as tatuagens também indicavam um tipo de crime ou uma relação com determinada facção criminosa.

---

<sup>7</sup> Varella, 2003.

Diferente da simetria dos pavilhões, a arquitetura inscrita nos corpos estava livre da rigidez das linhas, poderia buscar seus próprios traços, metaforizar outras linguagens, revelar um pouco da personalidade retraída do seu portador, registrar lembranças e extrair da dispersão dos corredores e das fronteiras humanas uma maneira de se individualizar perante a coletividade de corpos subjugados pelo sistema carcerário. Tudo isso não seria visualizado pelo leitor, se as fotos não fizessem parte integral do livro de Drauzio Varella.

Para finalizar sua obra, Varella dedica os três últimos capítulos de “Estação Carandiru” à história do massacre de 92. Alguns dias, após a invasão da PM ao pavilhão 9, o médico retornou a sua rotina de trabalho no Carandiru e ouviu vários testemunhos sobre a chacina. Como esse fato era recente e estava sedimentado nas lembranças dos sobreviventes, os detalhes do conflito chegaram, através da memória pessoal de cada preso, aos ouvidos do médico. “Ouvi apenas os presos. Segundo eles, tudo aconteceu como está relatado a seguir” (VARELLA, 2003, p. 285).

Para (re)construir a narrativa sobre a tragédia de 02 de outubro, Varella mantém sua escrita em terceira pessoa, característica, esta, presente ao longo de todo seu livro. O médico é um narrador-observador atento aos detalhes do espaço, das personagens e procura redigir um texto sem grande dramaticidade, buscando um equilíbrio entre a crueldade e a delicadeza.

Ao dividir a história do massacre em três pequenos capítulos, Varella demonstra coerência com sua proposta de relatos curtos. Esses capítulos representam o começo, o meio e o fim da rebelião. Há momentos, no interior deles, que o narrador permite que as personagens descrevam os fatos da tragédia e suas experiências antes, durante e depois do conflito.

A narrativa será interrompida pelos interlocutores, para que o leitor possa apreciar-lhes a fluência da linguagem, as figuras de estilo e as gírias que mais tarde ganham as ruas. Por razões éticas, os casos descritos nem sempre se passaram com os personagens a que foram atribuídos [...] (VARELLA, 2003, p. 11)

O primeiro dos três capítulos tem o nome de “O levante”. Nele são relatados os fatos que deram início ao tumulto no pavilhão 9. No campo, havia uma partida de futebol pelo campeonato interno do pavilhão e enquanto muitos acompanhavam a disputa

do jogo atrás do 9. Dois detentos de facções rivais começaram uma briga que chamou a atenção dos carcereiros.

O confronto entre os presos ganhou mais adeptos e em pouco tempo, saiu fora do controle. Sem condições de conter o tumulto, os poucos funcionários do pavilhão temendo contra a própria integridade física saíram e trancaram os amotinados. Isso fez com que o local ficasse em poder dos detentos que quebravam os arquivos e a carceragem. Só restou ao diretor do presídio acionar as autoridades policiais e judiciárias e logo a tropa de choque se posicionou na porta de fora do pavilhão.

Já no segundo capítulo chamado de “O ataque”. Varella narra a entrada da PM no pavilhão 9 e o desespero dos detentos em correr para as celas, temendo uma ofensiva dura por parte dos policiais, pois, estes, estavam bem armados e possuíam cães.

Cada andar percorrido pela polícia é descrito como um rastro de tiros e mortes. Apesar de os soldados da PM não conhecerem a geografia do pavilhão. Os presos sabiam que estavam encurralados e a única forma de permanecerem vivos, seria ficar na cela e torcer pela misericórdia da força policial.

“O rescaldo” é o último capítulo da trilogia. No seu teor textual, encontramos as últimas ações da polícia após controlar a rebelião no pavilhão. Os presos que sobreviveram, por ordem da PM, deveriam tirar a roupa e sair das celas. Na galeria havia muito sangue e os detentos nus foram dispostos em fila no pátio interno do 9, sentados e com a cabeça entre os joelhos.

Por volta das 10 horas da noite, os detentos que sobreviveram foram recolhidos. No caminho até as celas, encontraram muitos corpos e o chão das galerias coberto de sangue. Os soldados prenderam-nos nos barracos até a lotação máxima. No relatório da PM, morreram 111 presos.

Esses três capítulos, mencionados acima, fizeram parte do corpus de análise do meu trabalho de mestrado em que analisamos a memória discursiva presente na história do Massacre do Carandiru relatada no livro “Estação Carandiru”. Para isso, utilizamos, nessa pesquisa de mestrado, o respaldo teórico da AD de orientação francesa, especialmente, os conceitos que tratam das condições de produção, formação discursiva e interdiscurso. Ao final dessa dissertação, descobrimos que a memória discursiva atua significativamente na organização dos discursos da/na narrativa de Drauzio Varella. Ela media os dizeres, convoca interdiscursivamente outros discursos, movimenta os efeitos de

sentido, polemiza diferentes formações discursivas e abre fendas de leitura quando certas palavras e expressões se inscrevem na exterioridade sócio-histórica. (MARIANO, 2012).

Mas é bom ressaltar que a historicidade da extinta Casa de Detenção de São Paulo não está circunscrita apenas nos relatos sobre o Massacre de 92, já que o livro “Estação Carandiru” traz uma materialidade verbal e não verbal que merecem uma pesquisa mais detalhada com relação a determinados discursos que emergem de suas páginas. Nesse sentido, acreditamos que a análise dessa obra como um todo é fundamental para o desenvolvimento de nossa tese, juntamente com “Carcereiros” que será apresentado a seguir, principalmente quando se almeja investigar não somente a memória discursiva, mas também o apagamento e a desmemória discursiva presentes nessas duas obras que integram a ordem do discurso que trata da história do maior presídio já existente na América Latina.

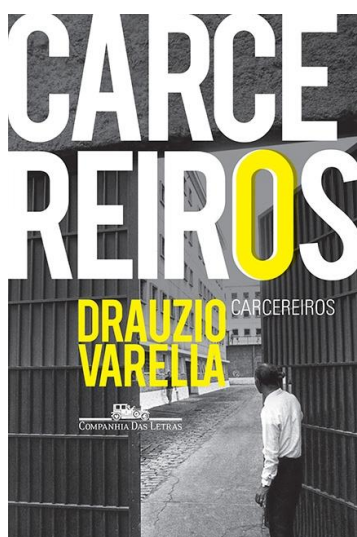


Figura 8 – Capa do livro “Carcereiros”

Publicado em 2012, “Carcereiros” é o segundo livro de Drauzio Varella sobre o Carandiru. Nele os relatos da vida carcerária adquirem um novo olhar, um viés de completude com as narrativas do primeiro livro. Segundo o autor (2012, p. 23) “Em Estação Carandiru descrevi a vida na cadeia com o olhar do médico que atende homens obrigados a cumprir penas em gaiolas apinhadas”. Nesse sentido, as histórias contadas em “Estação Carandiru” focalizam a vida social da detenção a partir das experiências dos detentos na extinta Casa de Detenção de São Paulo.

Após 23 anos de atendimento médico voluntário em presídios, Varella publica “Carcereiros” mostrando o ambiente prisional pela ótica dos funcionários do sistema penitenciário, homens, que com o tempo, após perderem a desconfiança em relação ao trabalho do médico, tornaram-se seus amigos e eram capazes de ações heroicas como conter uma rebelião sem possuírem nenhum tipo de arma, apenas palavras e muita coragem.

Neste livro, escrito treze anos mais tarde, tentarei fazê-lo da perspectiva dos homens que passam a vida a vigiar prisioneiros. As histórias de heroísmo, os atos de generosidade, a corrupção, a covardia, a prática da tortura, o desapego à própria vida em benefício de outros, as maldades e os exemplos de dedicação ao serviço público que se seguem foram observados por mim ou contados pelos próprios carcereiros com quem tenho convivido. Por razões éticas e pela necessidade de proteger a identidade daqueles que ainda são funcionários públicos, nem sempre os acontecimentos descritos serão atribuídos ao personagem que os narrou (VARELLA, 2012, p. 23)

O livro é dividido em trinta e seis pequenas narrativas cujos títulos vão desde o nome dos carcereiros como o “Seu Araújo” “Seu Araújo nasceu e mora até hoje no Tatuapé, bairro de elite, como costuma dizer [...]” (VARELLA, 2012, p. 24) ao dia em que o Carandiru foi implodido “No dia da implosão reuni um grupo de funcionários antigos na lanchonete do último andar de um prédio da avenida Ataliba Leonel, com visão panorâmica da cadeia [...]” (VARELLA, 2012, p. 197).

Essas histórias narradas por Varella (2012) ocorreram no Carandiru e retratam as experiências vivenciadas e as dificuldades que os agentes penitenciários enfrentavam ao iniciarem uma carreira profissional na vida pública, especialmente, num ambiente como o da Casa de Detenção. Um exemplo disso é narrado no episódio que relata a história de “Bem Nutrido” “Trinta e dois anos atrás, Bem Nutrido recebeu a notícia de que tinha sido aprovado nos exames e que deveria se apresentar às oito horas da manhã seguinte, na Casa de Detenção [...]” (VARELLA, 2012, p. 61).

Esse funcionário adquiriu o apelido durante o exame admissional quando os avaliadores o consideraram “Bem Nutrido” e por causa dessa qualificação, determinaram que ele deveria trabalhar no pavilhão Cinco durante à noite. Varella (2012) descreve as dificuldades enfrentadas por esse agente até sua adaptação.

Recém-admitido, Bem Nutrido ficou surpreso com a violência da repressão: – Na época da ditadura, chegou um cara que tinha matado o pai para roubar o dinheiro guardado em casa. O diretor disse que um filho desnaturado como

aquele merecia sofrer. Deixou o cara sozinho num xadrez, completamente pelado, num mês de junho. De manhã, quando a gente fazia a contagem, encontrava ele num canto, todo encolhido. Logo nos primeiros dias, ao abrir uma das celas da Psiquiatria, Bem Nutrido teve uma surpresa: – O preso tinha enchido o cadeado de merda. Sem saber como agir, pediu a ajuda de Dilmo, o detento encarregado do setor, que não se fez de rogado: retirou o engraçadinho do xadrez e o agrediu com um pedaço de pau até deixá-lo no chão. Bem Nutrido teve vontade de sumir daquele lugar, arranjar outro emprego num ambiente mais civilizado, em que a maldade não fosse onipresente, mas, com mulher, filhos e a mãe sem saúde, as obrigações falaram mais alto – Onde vim parar, maluco! Depois, raciocinei: vou segurar até o fim (VARELLA, 2012, p. 67-68)

Nota-se, no decorrer de “Carcereiros”, que Drauzio Varella destaca a coragem e o jogo de cintura dos agentes penitenciários no difícil trabalho de vigiar e organizar pavilhões superlotados com um alto grau de tensão e instabilidade entre a população encarcerada. Esse destaque é comprovado já na primeira história com que se inicia o livro “Um dia trágico”. Nela Varella narra os acontecimentos do dia 2 de outubro de 1992 ocorridos no pavilhão oito.

O início dessa narrativa descreve a chegada de seu Araújo antes das oito horas da manhã ao Carandiru para ocupar o posto de chefe titular substituto do pavilhão Oito. Logo na entrada da portaria é alertado por um funcionário “Está havendo um probleminha no pavilhão Nove. Fica esperto” (VARELLA, 2012, p. 7). Ao chegar ao Oito como o pavilhão apresentava-se sem nenhuma agitação por parte dos detentos em comparação com o pavilhão vizinho, dirigiu-se até ao Nove para avaliar a situação, após isso teve um presságio “Ou muito me engano ou a cadeia vai virar” (VARELLA, 2012, p. 8).

Esse mau pressentimento que seu Araújo teve se concretizou no período da tarde quando os presos tomaram o pavilhão Nove, quebraram as dependências do pavilhão, montaram barricadas e começaram uma rebelião, temendo pela própria sorte os poucos funcionários de plantão, saíram e trancaram os amotinados. Nesse momento, seu Araújo temendo que o pavilhão Oito pudesse aderir ao motim, decide agir.

No Oito, seu Araújo chamou os doze funcionários desarmados que se achavam de serviço para vigiar 1756 condenados reincidentes, naquela hora do dia espalhados pelo pátio interno e pelo campo de futebol, situado entre o prédio do pavilhão e as muralhas. Uma vez que o Oito era vizinho de parede do Nove, na parte do fundo da cadeia, dele separado apenas por um muro e um pequeno portão de ferro maciço, o grupo concluiu que seria mais prudente recolher os homens do campo para melhor controlá-los, porque, se os reincidentes aderirem, a rebelião se espalharia pelo prédio inteiro, como já havia acontecido em outra ocasião. A empreitada, no entanto, não era trivial: – Porque numa situação dessas

o sentenciado fica cheio de medo de perder a vida. E nós, funcionários, também (VARELLA, 2012, p. 8)

Após essa reunião, os funcionários foram conduzindo os detentos que estavam no campo alegando que seria prudente para todos voltarem ao pavilhão, pois com a chegada da PM ao pavilhão vizinho rebelado, o Oito poderia sofrer alguma investida da força policial. Esse trabalho foi lento “[...] por volta das duas da tarde conseguiram reunir todos no pátio interno. Quando começou o fogo nos colchões e móveis do Nove [...]” (VARELLA, 2012, p. 9).

Com os presos no pátio interno do Oito, o desafio dos carcereiros tornou-se ainda mais difícil, convencer os mais de 1700 detentos a irem para suas celas para que cada uma fosse trancada e posteriormente, o acesso a cada andar do pavilhão, porém os condenados temendo a presença da PM, começaram a se armar “Soltos nos andares, os presos tomaram a providência característica dos momentos de crise: desentocaram as facas. Nessas oportunidades costumam armar-se [...]” (VARELLA, 2012, p. 9).

Para conter os ânimos e levá-los para as celas, os funcionários resolveram deixar o molho de chaves com o chefe da faxina de cada andar do pavilhão Oito. Essa atitude foi convencendo aos poucos os detentos, mas o seu Araújo precisou ir pessoalmente ao quinto andar negociar com os presos mais afoitos “Quando chegou na gaiola de entrada, os homens estavam encapuzados e ameaçadores, com as facas na mão. – Eram mais de cem facas, uma mais brilhante que a outra [...] (VARELLA, 2012, p. 10).

Então, seu Araújo pediu ajuda aos céus e entrou para negociar com os encarcerados que diziam para ninguém entrar nas celas, porque uma vez trancados, os carcereiros abandonariam o pavilhão e os detentos seriam mortos pela PM. Depois de enfrentar toda essa tensão, seu Araújo recebe o apoio de um dos presos.

Inesperadamente, Cidão, um bandido de longa folha corrida muito respeitado pelos pares, que fazia consertos nas instalações elétricas do pavilhão, subiu numa cadeira: – Vamos fazer o que ele acha melhor, tem chance de dar certo. Estou aqui há muitos anos e nunca vi esse homem faltar com a palavra. O mais agressivo do grupo contrário à medida ameaçou: – Se ocorrer do senhor trancar nós e abandonar o pavilhão, nenhum dos funça de plantão no dia de hoje vai viver na rua (VARELLA, 2012, p. 11)

Conquistada a confiança da população carcerária, seu Araújo com a ajuda de Silvão, um dos carcereiros, trancaram as celas enquanto nos andares inferiores Jeremias,



outro funcionário, vigiava o portão com o cadeado. Nesse momento, ouviram os primeiros tiros que vinham do pavilhão Nove. A presença de um funcionário no portão que separava os dois pavilhões, foi fundamental quando a PM invadiu o Nove “[...] porque diversas vezes os PMs foram convencidos a não entrar, sob a alegação inquestionável de que não havia razão de invadir um pavilhão em paz” (VARELLA, 2012, p. 12).

Dessa forma, seu Araújo e outros carcereiros depois de um dia inteiro de intenso trabalho diante dos acontecimentos no pavilhão Nove, conseguiram evitar algo pior “Já imaginou se tivessem entrado no Oito?” (VARELLA, 2012, p. 12).

Há também no livro um relato em que Varella descreve os momentos que antecederam a implosão dos pavilhões Seis, Oito e Nove ocorrida em 08 de dezembro de 2002. Nessa ocasião, o médico do Carandiru se reuniu com alguns funcionários os quais havia conhecido durante seu trabalho na Detenção.

No dia da implosão reuni um grupo de funcionários antigos na lanchonete do último andar de um prédio da Avenida Ataliba Leonel, com visão panorâmica da cadeia. O ambiente era de excitação nostálgica movida a cerveja; todos faziam comentários, contavam histórias e recordavam experiências vividas durante os anos de trabalho naquele local. Quando os alto-falantes levaram ao ar as vozes distantes do secretário de Assuntos Penitenciários e do governador, a animação emudeceu. No fim, lado a lado, todos em pé junto à sacada do prédio, ouvimos a contagem regressiva que precedeu as explosões (VARELLA, 2012, p. 197)

Além das histórias ocorridas com os agentes penitenciários no interior do Carandiru, profissionais estes que segundo Varella (2012, p. 36) não são valorizados “Não é de hoje que carcereiros gozam de má reputação”. O livro não contém nenhuma foto entrelaçada às narrativas como se verifica em “Estação Carandiru”, contudo o cenário em que se constituem suas histórias já foi todo descrito no primeiro livro, inclusive, com o auxílio da galeria de fotos. Assim, para que o leitor tenha familiaridade com o espaço em “Carcereiros” é necessário o conhecimento prévio do livro editado em 1999. Lembramos que os relatos do segundo livro, em alguns momentos, são concomitantes com o que é narrado em “Estação Carandiru”. Um exemplo disso ocorre na própria história sobre o massacre no Pavilhão. Em “Carcereiros”, esse acontecimento é narrado pela perspectiva de um dos funcionários que chefiava e trabalhava no Pavilhão 8. Pavilhão, este, que fora descrito por Varella no início de “Estação Carandiru”.

Além disso, o relato de seu Araújo traz contribuições significativas para as análises relacionadas aos fatos que ocorreram, naquela ocasião, nas imediações do

Pavilhão 9 entre a população carcerária. Nesse sentido, as duas obras escritas por Drauzio Varella dialogam e se complementam. Por isso, a análise de “Carcereiros” também é relevante para a tese que propomos, pois oferece informações que permitem uma análise de certos discursos os quais integram a história do Carandiru do ponto de vista dos funcionários da carceragem. Um grupo que foi fundamental para o sucesso do trabalho médico de Varella durante 13 anos na Detenção.

“O que resta do Carandiru” parafraseando o título de uma das obras do filósofo italiano Giorgio Agamben. Podemos dizer que, assim como Auschwitz, a extinta Casa de Detenção de São Paulo tornou-se um espaço memorial inscrito em diferentes materialidades discursivas e as duas obras escritas por Drauzio Varella representam um exemplo dessa materialidade, pois fazem emergir discursos e com eles, uma memória discursiva que permite o retorno não só do que já foi mencionado, mas também de pistas deixadas por outros dizeres que poderão voltar do exílio, do esquecimento, do apagamento e do silêncio o qual ronda as palavras, tentando impedir a circulação de certos significados nas arenas discursivas, pois há embates e disputas pelo poder entre aqueles que detêm os discursos e reivindicam o direito de dizer segundo interesses próprios (FOUCAULT, 2008; ORLANDI, 1995, 2010; COURTINE, 2009, ROSSI, 2010).

Seguindo essa forma de abordagem analítica que tem como ponto de partida a memória discursiva que está ancorada nos preceitos teóricos da Análise do Discurso de orientação francesa. Esta pesquisa de doutorado analisa as obras “Estação Carandiru” e “Carcereiros” com o objetivo principal de verificar como a memória discursiva mobiliza-se, interdiscursivamente, com outros discursos, com o apagamento e com a desmemória. Que relação há entre a memória, o apagamento e a desmemória discursiva na produção de sentido que trata da História do Carandiru inscrita nessas duas obras? O Carandiru pode ser compreendido como um acontecimento histórico e discursivo? E quem está autorizado a dizer sobre ele? Há alguma proximidade discursiva entre essas narrativas, o apagamento, a implosão dos cinco pavilhões e a construção do Parque da Juventude?

Para isso, partimos de três hipóteses: (i) a possível existência de uma memória oficial e institucionalizada que tenta controlar e estabilizar o que pode e deve ser dito sobre o Carandiru a qual a formação discursiva de Varella poderia se filiar como condição para legitimá-lo a descrever os relatos sobre a extinta Casa de Detenção de São Paulo; (ii) se é que realmente há essa memória oficial como ela se mobiliza com outros discursos e quais ela tenta silenciar, apagar, no interior de determinados acontecimentos

discursivos como o Massacre de 92 e a implosão de forma a produzir, na ordem do discurso que trata da História do Carandiru, um apagamento e uma desmemória discursiva e (iii) o apagamento poderia ser compreendido como um recurso, discursivamente consciente, que aceleraria a desmemória, tornando-se uma estratégia discursiva utilizada pela formação discursiva de Varella e auxiliada pela implosão do Carandiru.

Nesse sentido, nosso corpus de investigação é composto por alguns enunciados e expressões linguísticas retiradas das duas narrativas de Varella em que realizamos uma abordagem analítico-interpretativa, embasada no arcabouço teórico da AD e no conceito de desmemória discursiva proposto por Paveau (2013, 2015). Um exemplo desse corpus está na relação léxico-semântica de termos como “casarão” e “presídio” que passam por um deslizamento de sentido, buscando-se um revestimento semântico da significação de uma palavra sobre a outra, almejando uma desmemória discursiva. Assim, o significado do termo “presídio”, de cadeia, praça de guerra é desmemorializado para o campo semântico de moradia, local habitável e humanizado. Essa condição do deslize semântico que propõe uma nova reformulação ao discurso mobiliza a memória, o apagamento e a desmemória.

## **1.2 – Acontecimento e discurso**

Se nossa proposta de análise discursiva das duas obras de Varella parte da memória para posteriormente discutirmos o apagamento e a desmemória do Carandiru. Acreditamos que a noção de acontecimento seja o ponto inicial dessa trajetória teórica. Nesse sentido, entendemos que a extinta Casa de Detenção de São Paulo é um espaço histórico, pois, como relatamos no início desse capítulo, possui data de fundação e uma historicidade cronológica que atesta sua existência até a demolição.

Segundo Le Goff (2003, p. 12) “Matéria fundamental da história é o tempo; portanto, não é de hoje que a cronologia desempenha um papel essencial como o fio condutor e ciência auxiliar da história”. Essa cronologia pode ser recuperada na imagem que representa a capa do livro “Carcereiros” que nas informações bibliográficas é descrita como “Casa de Detenção do Carandiru, Pavilhão 5, 22 de maio de 1974” (VARELLA, 2012, p. 4).

O ano de registro dessa fotografia do Pavilhão 5 representa, temporalmente, o momento em que o presídio perdia suas características iniciais e já se tornava um espaço

de superlotação e conflitos internos (BORELLI; RODRIGUES, 2007). Assim, essa materialidade verbal e não verbal ao ser rememorada nas páginas dos dois livros que analisamos, torna-se um acontecimento discursivo.

A noção de acontecimento possui um lugar de destaque no arcabouço teórico da Análise do Discurso de orientação francesa. Para Michel Pêcheux (1990, p. 17), acontecimento “[...] é um ponto de encontro entre uma atualidade e uma memória”. Assim, para que esse contato ocorra é necessário que algo aconteça, venha a eclodir, inscrevendo-se em uma certa conjuntura discursiva, ou seja, para que um acontecimento discursivo surja pressupõe que alguém o crie.

Esse acontecimento pode estar inscrito em uma expressão como “On a gagné” [ganhamos], um enunciado proferido, em 1981, no qual Pêcheux analisa. Essa expressão é fruto das manifestações por ocasião da vitória do candidato da esquerda francesa François Mitterand “[...] “On a gagné” [ganhamos] tal como ele atravessou a França no dia 10 de maio de 1981 [...]” (PÊCHEUX, 1990, p. 17).

Em sua análise, o filósofo francês destaca o deslocamento do significado do referido enunciado do discurso esportivo para o discurso político, no cenário esportivo a expressão “on a gagné” pertence a um espaço discursivo estabilizado “[...] isso se prende ao fato de que a questão do jogo é logicamente definida como estando contida em seu resultado: “tal equipe ganhou” significa “tal equipe ganhou o jogo em questão contra tal outra” [...]” (PÊCHEUX, 1990, p. 22). Logo, ao deslocar-se para o universo político, por meio do jogo metafórico, construirá uma univocidade em torno do resultado da política, fazendo com que esse enunciado opaco em sua materialidade linguística, torne o acontecimento em questão estabilizado, cristalizando uma determinada leitura em detrimento de outras possíveis.

O deslocamento de expressões e enunciados entre diferentes formações discursivas demonstra que há no interior de um acontecimento uma relação de forças discursivas que disputam o que deverá ou não ser dito na imposição de um discurso sobre outro, ou seja, um acontecimento discursivo terá validade enquanto tal por meio da ruptura que um novo acontecimento instaura, desestabilizando os sentidos anteriores e promovendo uma nova regularidade discursiva.

[...] Mas, sempre segundo P. Achard, essa regularização discursiva, que tende assim a formar a lei da série do legível, é sempre suscetível de ruir sob o peso do acontecimento novo, que vem perturbar a memória: a memória tende a absorver

o acontecimento, como uma série matemática prolonga-se conjecturando o termo seguinte em vista do começo da série, mas o acontecimento discursivo, provocando interrupção, pode desmanchar essa “regularização” e produzir retrospectivamente uma outra série sob a primeira, desmascarar o aparecimento de uma nova série que não estava constituída enquanto tal e que é assim o produto do acontecimento, no caso, desloca e desregula os implícitos associados ao sistema de regularização anterior (PÊCHEUX, 1999, p. 52)

Essa nova regularidade discursiva que desregula os implícitos anteriormente estabelecidos, provoca uma movimentação na memória, uma perturbação na memória como menciona Pêcheux pela emergência do novo discurso que reivindica o seu próprio espaço de dizer.

Nesse sentido, o acontecimento discursivo, ao se instaurar, coloca a memória em movimento, aciona seus dispositivos interdiscursivos, põe em luta diferentes formas de discurso, produz novos efeitos de sentido, provoca a imersão de um novo discurso, silenciando outro(s).

Sobre o silêncio que se impõe em uma dada memória presente no acontecimento discursivo, Orlandi (1999, p. 59) nos oferece uma interessante análise referente ao Maio de 1968 enquanto acontecimento discursivo como ela mesma afirma “[...] não há como não considerar o fato de que a memória é feita de esquecimentos, silêncios [...]”.

Em seu trabalho, Orlandi mobiliza uma citação de Pêcheux sobre a fragilidade no processo de inscrição do acontecimento no espaço da memória “[...] a: o acontecimento que escapa à inscrição, que não chega a inscrever-se, e b: o acontecimento que é absorvido na memória como se não tivesse ocorrido” (PÊCHEUX, 1999, p. 50). Após isso, ela afirma que fará uma gradação entre as duas possibilidades para “[...] a compreensão da relação entre memória e censura em geral” (ORLANDI, 1999, p. 60).

Ao longo de seu texto, a autora brasileira destaca que a palavra “liberdade”, uma expressão que eclode nos anseios dos movimentos sociais em torno do Maio de 68 e possui uma relação parafrástica com outras “[...] diferentes formulações ao que pode significar “liberdade”: a: “É proibido proibir!”; b: “Faça amor e não faça guerra! [...]” (ORLANDI, 1999, p. 62). É designificado trinta anos depois por meio de uma paráfrase presente em um cartaz no metrô de Paris em maio de 1998.

Nesse sentido, os discursos que se filiavam à significação do termo “liberdade” em Maio de 68 são interditados, desvinculados, colocados à margem pela imposição de uma nova FD contrária aos interesses sociais e políticos de outrora.

Para Orlandi (1999), essa dessignificação apaga, esvazia o sentido anterior atribuído, fazendo com que determinado termo fique sem memória e sem memória, perde-se outras possíveis leituras “Como a memória é, ela mesma, condição do dizível, esses sentidos não podem ser lidos” (ORLANDI, 1999, p. 66).

Se há silêncio nas palavras “[...] quando dizemos que há silêncio nas palavras, estamos dizendo que: elas são atravessadas de silêncio, produzem silêncio, o silêncio fala por elas; elas silenciam” (ORLANDI, 1995, p. 14). Compreendemos que o silenciamento e o apagamento de palavras, textos e monumentos também estão relacionados à memória que se queira preservar ou apagar no interior de determinado acontecimento discursivo. Segundo Robin (2016), o apagamento traz um peso sobre a vida social, tentando negar certos acontecimentos como se eles não tivessem ocorrido.

O passado é apagado ainda pelos silêncios e tabus que uma sociedade mantém. Essa espécie de amnésia não tem nada de legal ou de regulamentar, mas pesa sobre o conjunto do tecido social. Os silêncios são de diferentes tipos e propriedades. Um acontecimento pode se produzir sem testemunha, sem resto, sem ruína, sem nada que possa revelar que houve um acontecimento. Neste caso, o silêncio não é nem voluntário nem involuntário, ele é. Porém, podemos também decidir agir como se o acontecimento não tivesse acontecido (ROBIN, 2016, p. 85)

Isso mostra que o apagamento é uma prática de interdição a qual visa silenciar a circulação de determinados discursos nos espaços sociais, temendo que ao serem proferidos, tragam à tona uma memória condenada ao exílio dos dizeres. Nesse sentido, Yerushalmi (2017) menciona que o esquecimento, enquanto o reverso da memória, pode ser entendido como uma ação negativa, impedindo que a coletividade rememore acontecimentos os quais integram a sua própria existência.

Se observarmos o Carandiru e sua historicidade que faz emergir acontecimentos históricos que proporcionam a emergência de discursos os quais estão materializados em uma variedade de suportes discursivos como a imagem abaixo da década de 1930 que compõe o acervo da Penitenciária do Estado de São Paulo.



Figura 9 – Escola interna – Penitenciária do Estado de São Paulo<sup>8</sup>

Essa fotografia retrata um momento histórico do presídio em que a quantidade de detentos era reduzida e os próprios presos se encarregavam de atividades diárias para o sustento pessoal, entre esses afazeres, a frequência às aulas da escola interna, nas horas de folga, enquadrava-se nessa rotina.

Na penitenciária de São Paulo quase não havia funcionários, eles eram em um número bastante reduzido se comparado ao número de detentos, mas não havia motins ou rebeliões. Tudo era feito pelos prisioneiros que produziam sua comida, cuidavam do pomar, fabricavam o próprio pão, faziam seus próprios calçados e até faziam a enfermagem, orientados por médicos e outros profissionais. Nos horários livres, podiam estudar na escola do presídio, ir à missa na capela e até aprender artes plásticas. O que remete ao pensamento da escola positiva de direito, onde o indivíduo passava a ter condições mais dignas que posteriormente gerariam uma expectativa em recuperá-lo para o convívio social (BIANCHINI, 2018, p. 55-56)

A realidade descrita acima, que compõe a memória histórica da Casa de Detenção, distancia-se dos relatos narrados por Varella em seus dois livros “O pavilhão é quadrado como os outros, porém enorme, as galerias chegam a ter quase cem metros de comprimento. No total, moram no Oito cerca de 1700 pessoas [...]” (VARELLA, 2003, p.

---

<sup>8</sup> Disponível em <<http://www.saopauloantiga.com.br/penitenciaria-de-sao-paulo/>>. Acesso em 12 abril 2019.

32). “As torturas mais bestiais de que tive notícia não foram praticadas por carcereiros, mas pelos próprios presos contra os que caíam em desgraça [...] “VARELLA, 2012, p. 147).

As expressões “moram no Oito cerca de 1700 pessoas” e “as torturas mais bestiais” trazem uma discursividade em torno da superlotação carcerária e da violência exercida internamente no presídio. Esses discursos se opõem à imagem dos detentos no ambiente escolar, contrastando diferentes memórias que perpassam pela historicidade do Carandiru quando são discursivizadas. Nesse sentido, as obras “Estação Carandiru” e “Carcereiros” fazem emergir acontecimentos que trarão à tona certos discursos em que uma dada memória poderá colocar em risco a estabilidade e os interesses de uma FD, mediante uma nova regulação discursiva provocada por um novo acontecimento. E quais discursos podem ser ditos ou silenciados no interior desses dois livros?

Diante disso, o que torna o Carandiru um acontecimento discursivo são as constantes retomadas discursivas de acontecimentos históricos como, por exemplo, o Massacre de 92 e a implosão dos pavilhões, ambos inscritos nas duas narrativas de Varella.

### **1.3 – Memória e discurso**

No último capítulo do livro “Carcereiros”, Drauzio Varella menciona que “[...] o homem é o conjunto dos acontecimentos armazenados em sua memória [...]”. Nessa citação, Varella afirma que a memória humana é responsável por armazenar os fatos ocorridos em nossa vida pessoal, ou seja, graças a essa faculdade podemos recuperar o passado e com ele, (re)significar o momento atual, diante da passagem inevitável do tempo.

É possível dizer que a memória, do ponto de vista biológico, é uma capacidade primordial para o desenvolvimento humano, pois por meio dela lembramos, recordamos, imaginamos, esquecemos e conservamos uma variedade de informações adquiridas ao longo da vida. Sem ela, perderíamos nossa própria identidade pessoal, familiar e coletiva. “A memória (como bem sabia David Hume) sem dúvida tem algo a ver não só com o passado, mas também com a identidade e, assim (indiretamente), com a própria persistência no futuro” (ROSSI, 2010, p. 24).



Historicamente, os gregos tratavam a memória como um mito. Na “Teogonia”, narrativa de Hesíodo, que trata da origem dos deuses segundo a tradição mítica grega, Mnemósine, filha de Gaia (a Terra) e Urano (o Céu), é um titã que personifica a Memória a qual se une a Zeus como parte da celebração vitoriosa deste sobre Cronos durante nove noites. Após essa união nasceram nove filhas, cada uma com um atributo divino capaz de presidir as diversas formas do pensamento e da arte chamadas de Musas.

As Musas, filhas de Júpiter e Mnemósine (Memória), eram as deusas do canto e da memória. Em número de nove, tinham as musas a seu encargo, cada uma separadamente, um ramo especial da literatura, da ciência e das artes. Calíope era a musa da poesia épica, Clio, da história, Euterpe, da poesia lírica, Melpômene, da tragédia, Terpsícore, da dança e do canto, Érato, da poesia erótica, Polínia, da poesia sacra, Urânia, da astronomia, e Talia, da comédia (BULFINCH, 2006, p. 19)

Essas musas eram responsáveis por propagarem a arte e o conhecimento entre a raça humana, como mediadoras entre os homens e os deuses, trazendo à tona a presença e a ausência, a revelação ou a ocultação do ser e do não-ser por meio da linguagem, quando invocadas em cada especialidade de seus domínios pelo aedo (poeta cantor) no seio de uma sociedade campesina e ágrafa. “O primeiro domínio no qual se cristaliza a memória coletiva dos povos sem escrita é aquele que dá um fundamento – aparentemente histórico – à existência das etnias ou famílias, isto é, dos mitos de origem” (LE GOFF, 2003, p. 424).

Logo, a passagem da memória mítica a outras formas de memória (técnicas mnemônicas, escrita, pintura, fotografia, cinema etc) possibilitou que cada época desenvolvesse uma episteme própria em torno da memória, fazendo com que houvesse um progresso no aprimoramento das técnicas de rememoração. Isso facilitou as relações sócio-culturais entre os povos, especialmente, após o surgimento da escrita e posteriormente, com a invenção da imprensa por Gutenberg.

Hoje, estudos sobre a memória têm merecido destaque em diversas áreas do saber como: a linguística, a história social, a psicologia social, a filosofia, a literatura, a arquitetura, a medicina, a neurociência, a engenharia neurológica entre outras. Essas disciplinas pesquisam e buscam uma compreensão melhor sobre o funcionamento dessa faculdade humana. Entre elas, a Análise do Discurso que estuda a memória inscrita nas relações discursivas. Se pensarmos nos dois trabalhos de Varela, cujos termos, expressões

e fragmentos constituem o nosso corpus de análise nesta pesquisa, a memória discursiva, que emerge de certos acontecimentos e das alianças ou disputas entre as FDs, é um conceito teórico essencial para o desenvolvimento de nossa proposta de tese. Um exemplo disso ocorre com o termo “torturas” extraído de uma das citações anteriores do livro “Carcereiros”. Essa palavra ao ser mencionada em determinado discurso, poderá produzir diferentes efeitos de sentido, pois, interdiscursivamente, filiar-se-á a outros discursos evocando outra(s) memória(s) como a da Ditadura Militar ou outra forma de regime totalitário.

Por outro lado, esse mesmo termo tentará ser apagado, silenciado em outras situações discursivas. Cabe, no decorrer deste trabalho, verificar se tal condição ocorrerá na materialidade linguística que “Estação Carandiru” e “Carcereiros” apresentam. Por isso, a fundamentação teórica da memória discursiva e posteriormente, sua aplicabilidade são pertinentes de serem retomadas a partir das contribuições acadêmicas para os estudos discursivos de três pesquisadores do discurso: Michel Pêcheux, Jean-Jacques Courtine e Maria-Anne Paveau.

### **1.3.1 – A memória em Michel Pêcheux**

O legado teórico de Michel Pêcheux e do grupo de pesquisadores com quem dialogava proporcionou, para alguns, o aprimoramento de formulações já ditas e para outros, o apagamento de um arcabouço metodológico inicial, especialmente na França, para os estudos do discurso. Se há entre alguns analistas franceses um silenciamento epistêmico de Pêcheux, aqui no Brasil, sua discussão teórica continua mobilizando trabalhos e inquietações.

Surgida no final dos anos 60, a AD de linha francesa entende o discurso como a materialização do processo enunciativo, cuja materialidade exhibe a articulação da língua com a História. Essa articulação permite uma análise mais histórica do texto, possibilitando que os embates ideológicos, sociais e culturais que se cristalizam nos discursos venham à tona quando forem analisados, pois o discurso encontra-se na exterioridade, na dispersão da vida social e está além das estruturas linguísticas.

Nesse espaço teórico da AD, a memória discursiva (termo cunhado por Courtine em 1981 a partir de Michel Foucault) é um elemento importante na constituição dos sentidos no interior dos discursos, pois permite o retorno de enunciados pré-construídos em outros contextos históricos e sociais, fazendo com que a leitura possibilite outros efeitos de sentido, movimentando o leme da significação inscrita na exterioridade do dito e do não dito que atravessa a dimensão linguística do texto. Esse processo discursivo é responsável pelo surgimento e silenciamento de certos discursos no meio social, já que eles fazem parte de uma dispersão de discursos e acontecimentos históricos em diferentes lugares do dizer. A sociedade passou e passa por transformações constantes na sua ordem social, política, cultural e econômica. Isso provoca a emergência de discursos que trazem consigo vestígios de outros discursos já mencionados em outra época.

Por ser uma memória inscrita na materialidade discursiva, ela está presente em diferentes formas de manifestação nos mais variados suportes discursivos<sup>9</sup>, vindo à tona quando se procura o fio discursivo do já dito no interior dos discursos. Por isso, a memória discursiva é um elemento importante na constituição das formações discursivas (FDs), pois uma FD dialoga com outra FD ou FDs numa relação interdiscursiva, ou seja, uma mesma FD pode se filiar a outra FD para afirmar ou contradizer determinado posicionamento discursivo. Foucault define FD como acontecimentos que sofrem continuidade, descontinuidade, dispersão, transformação nos jogos das relações sociais.

No caso em que se puder descrever, entre um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão, e no caso em que entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições, funcionamentos, transformações), diremos, por convenção, que se trata de uma **formação discursiva** (FOUCAULT, 2000, p. 43 – grifo nosso)

Mas antes, é preciso ressaltar que uma FD não está isenta de elementos ideológicos na sua composição. Sabemos que uma FD é atravessada por outros discursos (interdiscurso). Esses discursos são veiculados por sujeitos sócio-histórico-culturais constituídos nos embates da vida social. Assim, dentro de uma FD existem conflitos de valores. Ao trazer o ideológico para o interior da FD foucaultiana, Pêcheux reconfigura o conceito de FD em sua teoria do discurso. Assim, uma FD passa a fazer parte de uma

---

<sup>9</sup> Propagandas, fotos, filmes, pinturas, jornais, sites entre outros.

formação ideológica (FI), visto que o sujeito é constituído enquanto sujeito do seu dizer pelo ideológico.

[...] chamaremos, então, formação discursiva aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado da luta de classes, determina o que pode e deve ser dito (articulado sob a forma de uma arenga, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa etc) (PÊCHEUX, 1995, p. 161)

Como uma FD traz em seu interior as pegadas de outros discursos que trazem marcas ideológicas oriundas de outros dizeres ou acontecimentos. O interdiscurso é um conceito importante dentro da construção teórica de Michel Pêcheux, já que “[...] uma FD não é um espaço estrutural fechado, pois é constitutivamente “invadida” por elementos que vêm de outro lugar (isto é, de outras FDs)[...]” (PÊCHEUX, 1990, p. 314).

Dessa forma, esse elemento atua como um mecanismo organizador dos sentidos no interior das FDs, ou seja, concretiza-se como espaço discursivo e ideológico no qual se desenvolvem as FDs nas relações de subordinação ou dominação com outros discursos.

[...] o próprio de toda formação discursiva é dissimular, na transparência do sentido que nela se forma, a objetividade material contraditória do interdiscurso, que determina essa formação discursiva como tal, objetividade material essa que reside no fato de que “algo fala” (ça parle) sempre “antes, em outro lugar e independentemente”, isto é, sob a dominação do complexo das formações ideológicas (PÊCHEUX, 1995, p. 162)

É a memória que permite que algo sempre fale antes, faça sentido primeiro, pois as palavras já carregam uma significação sócio-historicamente construída, estão cindidas por um saber discursivo construído na relação entre o linguístico e o histórico. Uma relação que interpela os indivíduos em sujeitos por meio do ideológico. Logo, tornamo-nos sujeitos quando somos submetidos à língua que para significar se inscreve no plano histórico.

Vale lembrar que essa memória não está imune ao esquecimento. Aliás, ela necessita desse apagamento para que aquilo que foi mencionado em determinado momento retorne. “[...] é preciso que o que foi dito por um sujeito, em momento particular se apague na memória para que, passando para o “anonimato”, possa fazer sentido em “minhas” palavras” (ORLANDI, 2010, p. 34).

Pêcheux (1995) trata do esquecimento quando se refere a dois tipos de esquecimento. O esquecimento número dois menciona sobre o modo como dizemos uma palavra ou enunciado e não outro, pois temos a impressão que só podemos dizer algo com determinadas palavras e não outras, nessa “escolha”, geralmente, utilizamos termos parafrásticos que já estamos habituados a dizer, ou seja, são familiares a nossa FD.

Concordamos em chamar esquecimento nº 2 ao “esquecimento” pelo qual todo sujeito-falante “seleciona” no interior da formação discursiva que o domina, isto é, no sistema de enunciados, formas e sequências que nela se encontram em relação de paráfrase – um enunciado, forma ou sequência, e não outro, que, no entanto, está no campo daquilo que poderia reformulá-lo na formação discursiva considerada (PÊCHEUX, 1995, p. 173)

Enquanto que o esquecimento número um afasta a impressão de que somos a origem daquilo que dizemos e nossas palavras possuem a exatidão de sentido que desejamos, pois seriam as primeiras ditas por alguém (sonho adâmico). Para que isso ocorresse não estaríamos filiados a nenhuma FD e à exterioridade ideológica que nos afeta, mas na verdade, o que dizemos já foi dito, já foi significado. Assim, os discursos não têm origem juntamente com a nossa existência, antes de existirmos, eles já circulavam e produziam sentido.

[...] o esquecimento nº 1, que dá conta do fato de que o sujeito-falante não pode, por definição, se encontrar no exterior da formação discursiva que o domina. Nesse sentido, o esquecimento nº 1 remete, por uma analogia com o recalque inconsciente, a esse exterior, na medida em que – como vimos – esse exterior determina a formação discursiva em questão (PÊCHEUX, 1995, p. 173)

Esses esquecimentos demonstram a não transparência da linguagem e dos sujeitos, pois é graças a essas duas ilusões que o mover dos sentidos ocorre, fazendo com que as palavras já existentes sejam retomadas e produzam os mesmos sentidos ou os reatualizem conforme a FD em que estejam filiadas “[...] Os sujeitos “esquecem” que já foi dito – e este não é um esquecimento voluntário – para, ao se identificarem com o que dizem, se constituírem em sujeitos” (ORLANDI, 2010, p. 36).

A memória afetada pelo esquecimento permite o retorno de certos discursos silenciados na dispersão da memória social, aqueles que estão acomodados nas gavetas dos dizeres de uma época ou interditados pela ação de forças que policiam o que deve ou não ser dito, mas, ao emergirem, poderão provocar uma ruptura com o que já foi construído anteriormente, trazendo o diferente, movendo a alavanca dos sentidos estabilizados.

Essa estabilidade é proporcionada pela memória institucional que tenta cristalizar o sentido da grande maioria dos discursos circulantes em nossa sociedade. Por ser uma memória oficializada, pois é construída e propagada por meio de órgãos governamentais e não governamentais que possuem legitimidade social e estão autorizados a dizer já que “[...] qualquer um, enfim, não pode falar de qualquer coisa” (FOUCAULT, 2008a, p. 9). Ela procura consolidar um determinado sentido, evitando que se construam outras possibilidades de leitura e outros efeitos de sentido o que seria uma ameaça às instâncias controladoras do discurso.

[...] suponho que em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade (FOUCAULT, 2008a, p. 8-9)

É bom ressaltar que a cristalização discursiva sobre os sentidos é uma tarefa sem garantia de êxito, visto que o sentido é da ordem do incontrolável. Nada garante que uma palavra ou enunciado dito produzirá o significado antes imaginado. O sentido perpassa o limite das palavras, sai da simetria sintática e encontra novos ecos na exterioridade social. Por isso, o sentido sempre encontrará uma fenda caso seja delimitado, cercado. Ele se move com os sujeitos, o mundo e a linguagem em determinadas condições de produção histórico-sociais. “[...] uma palavra, uma expressão ou uma proposição não tem um sentido que lhe seria “próprio” [...]. Ao contrário, seu sentido se constitui em cada formação discursiva, nas relações que tais palavras [...] mantêm com outras palavras” (PÊCHEUX, 1995, p.161).

Nesse sentido, as condições de produção de um discurso são fundamentais para se compreender os efeitos de sentido e o funcionamento da memória, porque quem diz, diz de um lugar ideologicamente marcado mesmo que o faça de forma inconsciente, ao proferir um dizer, este carregará vestígios enunciativos do já dito que de forma direta ou indireta farão parte da significação, revelando sempre um posicionamento ideológico “[...] as palavras, expressões, proposições, etc., mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam [...]” (PÊCHEUX, 1995, p. 160).

Dessa forma, a ideia de memória para Pêcheux extrapola o conceito de algo armazenado em um recipiente, em estado imóvel, sem contato com outras formas de discurso e não está ilesa da dispersão dos eventos históricos e sociais. É um espaço de mobilidades e deslocamentos que reatualiza os sentidos cristalizados ou não, pois sua

natureza heterogênea permite que as fronteiras dos dizeres mantenham-se sempre em contato.

[...] uma memória não poderia ser concebida como uma esfera plena, cujas bordas seriam transcendentais históricos e cujo conteúdo seria um sentido homogêneo, acumulado ao modo de um reservatório: é necessariamente um espaço móvel de divisões, de disjunções, de deslocamentos e de retomadas, de conflitos de regularização... Um espaço de desdobramentos, réplicas, polêmicas e contra discursos. (PÊCHEUX, 1999, p. 56)

Percebe-se que, em 1983, com a publicação de “Discurso – estrutura ou acontecimento” e o texto “Papel da Memória” o qual foi apresentado em forma de Colóquio na Escola Normal Superior de Paris em abril de 1983. Esses dois trabalhos (livro e texto) apresentam uma nova reflexão acerca do conceito de memória para Pêcheux enquanto um espaço de mobilidades em que há embates entre forças ideológicas que almejam restabelecer “[...] os implícitos (quer dizer, mais tecnicamente, os pré-construídos, elementos citados e relatados, discursos transversos, etc) [...]” (PÊCHEUX, 1999, p. 52) e que se digladiam para desestabilizar e desregular os já ditos presentes em um acontecimento.

Haveria assim sempre um jogo de força na memória, sob o choque do acontecimento: - um jogo de força que visa manter uma regularização pré-existente com os implícitos que ela veicula, confortá-la como “boa forma”, estabilização parafrástica negociando a integração do acontecimento, até absorvê-lo e eventualmente dissolvê-lo; mas também, ao contrário, o jogo de força de uma “desregulação” que vem perturbar a rede dos “implícitos” (PÊCHEUX, 1999, p. 53)

É a luta entre as redes de memória (instância estabilizadora dos implícitos) e o acontecimento (instância perturbadora dos já ditos) que permitirá a emergência de um novo acontecimento discursivo, perturbando a memória antes estabilizada, promovendo uma nova regularidade discursiva e deslocando os espaços da memória.

Esse deslocamento ocorre pela opacidade do não dito que promove a movimentação dos dizeres, transformando os efeitos de sentidos em torno das redes de memória. Por isso, para Pêcheux, a memória não pode ser um reservatório no qual os já ditos estejam imersos em plena estabilidade homogênea.

Nesse sentido, a irrupção do acontecimento discursivo novo não aniquilará a memória antes estabelecida, esta sobreviverá e lutará em um espaço de mobilidades que

comporta conflitos e disputas antagônicas, resignificando quando necessário, promovendo novos deslocamentos, novas regularidades.

Entendemos que o “Papel da Memória” para Pêcheux propõe uma reflexão inquietante relativa à ordem da língua e à da discursividade sem que uma sobreponha a outra. Essa relação entre língua e discurso abre a possibilidade de pensarmos um espaço em que o jogo material da língua se inscreve na dimensão da história e isso não desqualifica a eficiência teórica dos conceitos desenvolvidos anteriormente pelo filósofo francês (FD, pré-construído, FI, interdiscurso, condições de produção, forma-sujeito entre outros).

São conceitos, reformulados pelos estudiosos do discurso e das humanidades em geral, que até hoje mobilizam uma ampla análise, especialmente no Brasil, sobre como a memória se mobiliza em diferentes materialidades discursivas.

Logo, a memória inscrita na materialidade discursiva é portadora da inquietação dos dizeres, retoma, esquece, mobiliza, desdobra, polemiza os sentidos, abre fendas de leitura, não suporta a estabilização dos discursos, seus vestígios se prolongam além do silêncio das palavras.

### **1.3.2 – A memória em Jean-Jacques Courtine**

É com Courtine, em sua tese “Análise do Discurso Político: O discurso comunista endereçado aos cristãos”, que a noção de memória discursiva trará novas contribuições para o dispositivo teórico-metodológico da AD. Essa conceituação de memória proposta pelo linguista francês é inspirada na leitura dos trabalhos de Michel Foucault e Pierre Nora, colocando, assim, uma articulação entre a Análise do Discurso e a história.

Introduzimos assim a noção de memória discursiva na problemática da análise do discurso político. Essa noção nos parece subjacente à análise das FD que a Arqueologia do saber efetua: toda formulação apresenta em seu “domínio associado” outras formulações que ela repete, refuta, transforma, denega..., isto é, em relação às quais ela produz efeitos de memória específicos; mas toda formulação mantém igualmente com formulações com as quais coexiste (seu “campo de concomitância”, diria Foucault) ou que lhe sucedem (seu “campo de antecipação”) relações cuja análise inscreve necessariamente a questão da duração e da pluralidade dos tempos históricos no interior dos problemas que a utilização do conceito de FD [...] A introdução da noção de “memória discursiva” em AD nos parece, assim, colocar em jogo a articulação dessa



disciplina com as formas contemporâneas da pesquisa histórica, que insistem no valor a ser atribuído à longa duração (COURTINE, 2009, p. 104-105)

Nota-se na teorização de Courtine um ponto de contato com o mesmo postulado apresentado por Pêcheux sobre pensar o “real da língua” em relação ao “real da história”, ou seja, para esses dois autores é preciso considerar as condições materiais da linguagem articuladas aos efeitos da história.

Nesse sentido Courtine (2009, p. 105-106) afirma “[...] a existência histórica do enunciado no interior de práticas discursivas regradas por aparelhos ideológicos [...]” quando se mobiliza a noção de memória discursiva. Um exemplo disso ocorre na frase de Pio XI estampada em uma faixa desfraldada no comício “mão estendida” em Lyon (1976) “[...] o comunismo é intrinsecamente perverso”. A memória irrompe na atualidade do acontecimento” (COURTINE, 2009, p. 103).

Ao analisar o retorno desse enunciado, Courtine destaca a sua reformulação, a circulação de um já dito que traz à tona elementos de “[...] formulações anteriores, já enunciadas [...] vindo romper por meio da lembrança de uma fórmula o ritual [...]” (COURTINE, 2009, p. 104). Criando um efeito memória, aproximando-se do conceito de interdiscurso postulado por Pêcheux anteriormente.

Sobre o acontecimento discursivo, Courtine o aproxima da tradição histórica na qual os efeitos das práticas sociais assumem um papel de representar uma memória coletiva, acionando um acontecimento histórico que se (re)atualiza. Essa (re)atualização ocorre na interface entre o “domínio de memória” com o “domínio de atualidade” “[...] a produção de efeitos de atualidade é ao mesmo tempo uma resultante do desenvolvimento processual dos efeitos de memória que a irrupção do acontecimento, no interior de uma conjuntura, reatualiza [...]” (COURTINE, 2009, p. 112-113).

O linguista francês entende que o domínio de memória de uma FD pode ser identificado no interior do interdiscurso quando se estuda a relação que um discurso mantém com outros discursos. Nessa relação discursiva, pode-se verificar as formulações que esse discurso repete, refuta, modifica, silencia, bem como aquelas que ele denega.

É a partir do domínio de memória que poderemos aprender os funcionamentos discursivos de encaixe do pré-contruído e de articulação de enunciados [...] isso equivale a dizer que o domínio de memória representa, num plano de organização de corpus discursivo, o interdiscurso como instância de constituição de um discurso transversal [...] Notemos, enfim, no interior do domínio de memória, a possibilidade de delimitar um domínio das formulações-origem (COURTINE, 2009, p. 112)

Dessa forma, essas formulações do funcionamento discursivo no interior dos enunciados produzindo “[...] efeitos de lembranças, de redefinição, de transformação, mas também de esquecimento, de ruptura, de denegação do já dito” (COURTINE, 2009, p. 112) constituirão a memória de um discurso e sua existência dos sentidos.

### **1.3.3 – A memória em Marie-Anne Paveau**

Trazer uma nova perspectiva teórica para a Análise do Discurso de linha francesa. Esse tem sido um dos objetivos principais dos trabalhos desenvolvidos por Marie-Anne Paveau (2013, 2015) na atualidade. Entendendo que a AD necessita de novas propostas teóricas e práticas para alcançar um novo dinamismo e assim, poder analisar e compreender a produção e a circulação dos discursos na contemporaneidade.

Para isso, Paveau tem realizado uma série de reflexões, retomadas e formulações, almejando uma renovação no campo teórico e metodológico do discurso por meio da aproximação da Análise do Discurso com a cognição social, mais especificamente a cognição distribuída.

Na minha perspectiva, a análise do discurso é linguística e toma como objeto a materialidade dos discursos produzidos, situados em seus contextos histórico, social e cultural. Mas gostaria de dotá-la de uma dimensão cognitiva, que me parece apta a enriquecer e talvez a renovar as práticas da análise que começam talvez a esgotar suas possibilidades. Por dimensão cognitiva, compreendo os processos de construção de conhecimentos e sua configuração no discurso a partir de dados recebidos pelos sentidos, pela memória e pelas relações sociais. Minha abordagem é do tipo construtivista e minhas referências em ciências cognitivas são [...] de “linha sociocultural” [...] (PAVEAU, 2013a, p. 9)

Nesse diálogo entre discurso e cognição social, a pesquisadora não realiza uma total ruptura epistêmica com o legado teórico da AD e sim, destaca e dialoga com as importantes contribuições teóricas de Pêcheux, Courtine entre outros em seu trabalho “Minha reflexão não implica de modo algum uma ruptura com as teorias anteriores [...], pois não concebo a teoria sem herança [...]” (PAVEAU, 2013, p. 11-12). Especialmente quando se refere ao conceito de memória discursiva o qual pretende retrabalhá-lo por meio do domínio cognitivo.

[...] os analistas de discurso integraram em seu dispositivo conceitual, a partir da proposição de J.-J. Courtine em 1981, a nação de memória (memória discursiva

para J.-J. Courtine e interdiscursiva para S. Moirand). Inserida no discurso pelo viés da história do filósofo (M. Foucault) como daquela do historiador (P. Nora), a memória, até o presente momento, não tem sido objeto de uma elaboração discursiva a partir da psicologia cognitiva, enquanto que numerosos trabalhos, sobre a memória semântica, em particular, permitiram aumentar sua eficácia teórica (PAVEAU, 2013a, p. 10)

Para Paveau (2013b, p. 138) “a memória é uma das questões mais interessantes em Análise do Discurso, bastante trabalhada e retrabalhada na França e no Brasil desde os anos 1980 a partir do postulado de Courtine: a noção de “memória discursiva””. Esse interesse pela memória discursiva se fundamenta em sua natureza heterogênea, um conceito que aproxima o saber histórico do saber linguístico e não está esgotado teoricamente em si. Por isso Paveau propõe uma reformulação.

[...] a memória no discurso que será tratada aqui não se confunde com aquela que preside ao único uso da língua: trata-se de uma memória estritamente ligada às condições sociais, históricas e cognitivas de produções de discursos, aos dados extralinguísticos e sobretudo pré-discursivos que participam plenamente da elaboração, da produção, da difusão e da circulação de produções verbais de sujeitos em situação (PAVEAU, 2013a, p. 91-92)

Essa memória, proposta pela autora, aproxima-se do conceito de memória coletiva de M. Halbwachs o qual fundamenta o trabalho de S. Moirand sobre memória interdiscursiva por meio da distinção entre a memória das palavras e a memória dos fatos e posteriormente, subdividida em memória das palavras e memória dos dizeres. No decorrer de sua pesquisa, Moirand também faz uso da noção de dialogismo de M. Bakhtin (PAVEAU, 2013a).

Assim, a memória no discurso (termo criado por Paveau), seja ela discursiva ou interdiscursiva, está conectada às condições sócio-históricas e cognitivas de produção dos discursos em diferentes enquadres sociais da atividade linguageira e unida à cognição distribuída permitem a Paveau formular a noção de pré-discurso.

[...] trata-se de dados que não são materialmente discursivos, porém não são mais totalmente estranhos à discursivização. Eles provêm de nossa percepção organizada do mundo e do acúmulo de nossas experiências. Refiro-me à percepção organizada para assinalar que ela é pré-determinada pelas formas do discurso [...] Os dados pré-discursivos se assemelham então a organizadores discursivos disponíveis para a produção de discursos e os orientam de maneira mais ou menos coercitiva. Portanto, defino os pré-discursos como um conjunto de quadros pré-discursivos coletivos (saberes, crenças, práticas), que dão instruções para a produção e para interpretação do sentido no discurso (PAVEAU, 2013a, p. 129-130)

Como o conceito de memória para Paveau está ancorado teoricamente na cognição distribuída, faremos um breve percurso sobre a noção de memória cognitivo-discursiva e em seguida, apresentaremos duas noções complementares postuladas pela autora que serão mobilizadas em nossa análise durante esta pesquisa: a desmemória discursiva e a amemória discursiva.

### 1.3.3.1 – Uma memória cognitivo-discursiva

Para reformular a noção de memória em Análise do Discurso por meio dos estudos da cognição distribuída, o que Paveau entende como uma renovação teórica, levando em conta a semântica discursiva e considerando as formas contemporâneas da produção e circulação dos discursos nas arenas sociais em que os dizeres se manifestam. A pesquisadora francesa apoia-se na corrente sociocultural das ciências cognitivas, tendo pleno conhecimento dos desafios em articular os estudos cognitivos com o arcabouço teórico da AD.

Poderia parecer paradoxal articular Ciências Cognitivas e Análise do Discurso, esta última tendo sido construída sobre o político, o histórico e o psicanalítico, em suma, sobretudo o que a revolução cognitiva dos anos 1950 contribuiu pondo em questão. No entanto, desde o fim dos anos 1980, desenvolveu-se nas Ciências Cognitivas uma corrente sociocultural, alimentada pela Etnometodologia, pela Ergonomia, pela Psicologia das Organizações etc. A Cognição Social desenvolveu-se no contexto anglo-saxão, conforme as versões sucessivas da Cognição Situada (SUCHMAN; ROCHELLE), Cognição Compartilhada (RESNICK; SCHEGLOFF), depois Cognição Distribuída (HUTCHINS; AGRE). Sabemos que, paralelamente, a Semântica Distribuída promovida por Lakoff e Johnson, desde sua obra sobre as metáforas publicada em 1980, atribuiu grande importância ao corpo. Por fim, temos o estudo das emoções (DAMASIO) e das percepções que é amplamente aberto ao contexto ambiental. Isso é o mesmo que dizer que uma revisão das crenças estava se impondo tanto aos discursivistas quanto aos cognitivistas: do meu ponto de vista, a Análise do Discurso e a Cognição Social são compatíveis e suas teorias, saberes e métodos podem dialogar entre si (PAVEAU, 2013b, p. 148)

Entre as versões presentes na Cognição Social, Paveau escolheu a noção de distribuição, entendendo que esta valoriza o ambiente exterior e não apenas as competências detidas “na cabeça”. Assim, ela

[...] permite renovar a questão do contexto com certa força operatória. Ela está atenta à construção e à transmissão das informações não apenas via saberes e competências detidas “na cabeça” dos indivíduos em seu ambiente sociocultural

“no mundo”), mas inscritas nas ferramentas cognitivas, ou seja, em artefatos como, por exemplo, um bloco de notas ou um tablete. Eu a defini – em uma perspectiva mais ampla que expande os agentes de distribuição aos elementos não artefatuais, tais como os sentimentos e os valores – como um processo de transmissão sincrônica e diacrônica de enquadres pré-discursivos coletivos, estes últimos (conhecimentos enciclopédicos, crenças, emoções, percepções) sendo distribuídos de maneira colaborativa entre os agentes humanos e não-humanos graças aos organizadores psíquicos internos, mas igualmente externos (ferramentas discursivas como a lista, o dicionário, o quadro, o diário, o guia de conversação, ou mais amplamente semiótico como as cores, os símbolos, as vestimentas etc) (PAVEAU, 2013b, 148-149)

Essa noção escolhida por Paveau é mais dinâmica que as noções de partilha ou de situação e se constitui em uma memória cognitivo-discursiva que ultrapassa a concepção estática “[...] como simples armazenamento ou dicionário, para torná-la um agente ativo na produção dos discursos [...]” (PAVEAU, 2013a, p. 114). Nesse sentido, ela não serve apenas para memorização, contudo possui uma função (re)construtiva e categorizadora que passa pela reconhecimento, ou seja, ela organiza o mundo em discurso.

A construção da memória – e, por consequência, da memória cognitivo-discursiva – é fundamentalmente inscrita no desenrolar da história. O elo memorial é parâmetro fundamental na produção dos discursos, a distribuição dos saberes e crenças voltando-se para o eixo diacrônico: os “ancestrais”, os que falaram antes de nós, são agentes humanos de distribuição, como o conjunto dos “lugares de memória” discursivos ou artefatuais que sustentam a transmissão (PAVEAU, 2013b, p. 151-152)

Esses “lugares de memória” que Paveau menciona também atuam como unidades de distribuição na produção do discurso, permitindo acolher e transmitir conteúdos semânticos ligados aos saberes, crenças e práticas, funcionando como elementos importantes na construção dos discursos devido à natureza discursiva e cognitiva que os cerca.

Assim, ao propor uma memória cognitivo-discursiva, Paveau mostra que a memória está distribuída nos ambientes, particularmente na memória dos outros, mas também se encontra nos elementos não humanos que nos rodeiam, fazendo parte da vida e das relações de sentido.

### **1.3.3.2 – A desmemória discursiva**

Para Paveau (2013a, p. 119) “A memória não é somente conservação e transmissão; ela é também modificação, falsificação e disparição”. Nesse sentido, a

pesquisadora francesa entende que no fio do discurso ocorrem rupturas, esquecimentos, revisões e deslizamentos da memória. Assim, para demonstrar tais processos no fio memorial do discurso, Paveau retrabalha o conceito de desmemória proposto por Regina Robin.

Pode-se contar o número de historiadores que se encontrou em todas as comissões depois da reunificação e que tiveram um papel fundamental para desbatizar o nome das ruas de Berlim do Leste, constituindo o que chamei em meu livro sobre Berlim uma verdadeira “desmemória” [...] e não uma memória justamente nova. São eles que fazem sumir todas as ruas com nomes de militares de Brigadas internacionais para substituí-las por generais bismarquianos ou por nomes de cavaleiros teutônicos [...] (ROBIN, 2004, p. 42, apud, PAVEAU, 2013a, p. 120)

Robin descreve uma desmemória histórica em que os nomes próprios das ruas são substituídos por outros nomes, ocorrendo um processo de desbatismo e rebatismo, uma forma de (re)construção do passado histórico, a substituição de um passado por outro, uma memória antiga que apaga uma mais recente. Esse fenômeno pode ser encontrado em diversos lugares marcados por mudanças políticas ou ideológicas.

Esse fenômeno interessantíssimo do desbatismo observa-se em vários lugares marcados por mudanças políticas fortes, como na África do Sul desde o fim do *apartheid*, por exemplo: a cidade de Krugersdorp, do nome do fundador do nacionalismo africâner, Paul Kruger, se tornaria *Mogale City*, segundo o nome de um antigo chefe africano, Mogale Mogale (“o Bravo”); Pretória seria rebatizada de *Tshwane*, do nome de um antigo chefe tswana; e Porto Elizabeth se tornaria *Metrópole Nelson Mandela* [...] (PAVEAU, 2015, p. 235)

Para a pesquisadora francesa, esse processo de desbatismo estabelece uma relação com os lugares de memórias languageiras com “[...] os nomes próprios, que considero como nomes de memória por excelência [...]” (PAVEAU, 2013a, p. 120). Nesse sentido, a mudança de um nome por outro pode provocar rupturas de sentido e mesmo uma negação da memória e da história, implicando, inclusive, uma discussão ética.

O funcionamento do discurso do nome próprio tem seu lugar nas estruturas sociais, nos debates ideológicos, nas guerras territoriais, nas alegrias e nos sofrimentos quotidianos [...] o nome próprio seria antes de tudo um “designador flexível” para retomar o termo da epistemologia das ciências (PAVEAU, 2013a, p. 182)

Assim, retrabalhando a definição de desmemória proposta por Regina Robin e pensando na relação entre memória e desmemória como algo que não trate apenas dos

fenômenos de desbatismo por mudança de nome como os exemplos citados acima, mas evidencie as rupturas no fio memorial do discurso por mudanças de sentido ou deslizamento de sentido, Paveau propõe uma desmemória discursiva.

[...] chamo de desmemória discursiva um conjunto de fenômenos de discurso que possibilitam a revisão das linhagens discursivas, ou seja, das transmissões semânticas cultural e socialmente realizadas pelos instrumentos da tecnologia discursiva [...] Essas revisões podem ser mudanças semânticas, neologismos semânticos, redenominações, reformulações etc., em suma, um conjunto de fenômenos de linguagem que produzirão efeitos transgressivos ou contraintuitivos num contexto no qual reine um acordo semântico [...] (PAVEAU, 2015, p. 237)

Se a desmemória discursiva possibilita uma revisão das linhagens discursivas. É bom acrescentar que Paveau entende por linhagens discursivas como elementos internos e externos distribuídos nos lugares de memória que passam pelos canais da memória cognitivo-discursiva.

[...] chamo esses canais de linhagens discursivas, as quais reforçam a historicidade dos discursos e das significações. E defino esses canais como dispositivos representacionais internos e externos que permitem acolher e transmitir conteúdos semânticos ligados aos saberes, crenças e práticas: os “lugares de memória” discursivos e cognitivos [...] (PAVEAU, 2013b, p. 152)

Esses dispositivos representacionais internos e externos serão transmitidos por meio das ferramentas da tecnologia discursiva que podem ser cognitivas (memória humana), discursivas ou artefatuais sustentando a transmissão das linhagens discursivas.

Falarei sobre esse modelo de ferramentas da tecnologia discursiva [...] para designar instrumentos materiais ou não, que permitem “trabalhar” e “fabricar” os pré-discursos, tendo em vista a elaboração dos discursos. Pode-se tratar de ferramentas linguísticas (gramáticas, dicionários, lembretes, listas, guias de conversação, ensaios puristas etc.) de escritos e inscrições de todos os tipos (de etiquetas de escritório às inscrições em monumentos dedicados aos mortos, passando pelas embalagens de alimentos, os convites e os grafites), e de vários outros artefatos como os blocos de nota, as listas, as cadernetas de endereço, as agendas, os calendários etc. [...] como todos os artefatos permitem adquirir, armazenar, visualizar uma quantidade de informações que um único indivíduo pode manipular [...] (PAVEAU, 2013a, p. 146)

Assim, a desmemória discursiva pode ser compreendida como um conjunto de fenômenos de desligamento das lembranças e inserções de deslizamentos de sentidos. “Parece-me surgir dessa desmemória discursiva os fenômenos de “deriva de sentidos” em

que a existência é sobretudo do tipo metadiscursiva [...]” (PAVEAU, 2013a, p. 121). A autora destaca quatro processos a serviço da desmemória que dizem respeito, particularmente, aos elementos ligados ao sentido e ao referente das palavras “[...] a desancoragem; a ancoragem; o desligamento entre um significante e seus sentidos e referente e a subjetivação memorial [...]” (PAVEAU, 2015, p. 236).

### **1.3.3.3 – A amemória discursiva**

Muitos historiadores, filósofos, psicanalistas, analistas do discurso entre outros que trabalham com a memória têm buscado uma forma de compreender o esquecimento e suas implicações. “Tratando-se do esquecimento definitivo [...] ele é vivido como uma ameaça: é contra esse tipo de esquecimento que fazemos trabalhar a memória, a fim de retardar seu curso, a até mesmo imobilizá-lo” (RICOEUR, 2014, p. 435).

Se pensarmos pelo viés da AD, o esquecimento adquire tanta importância quanto o estatuto da memória. Paveau (2015, p. 237) trata desse tema por meio da amemória discursiva. “Falarei de “amemória discursiva” não para designar uma revisão, mas sim um apagamento, consciente ou inconsciente, de um passado ou de um legado discursivo, de “formulações-origem” sobre as quais o falante não gostaria de ter mais nada que dizer”.

Esse passado que alguém não gostaria mais de lembrar, é impossibilitado pelo trauma que promove um bloqueio a determinada lembrança. Uma situação que ocorre, por exemplo, em caso de guerras nas quais o silêncio habitado por falas não ditas suprime o discurso para deixar apenas a dor.

[...] quando a formulação das coisas é impossibilitada pelo trauma, que promove um retorno na existência pelos caminhos bem rodados, o próprio esquecimento é bloqueado. Todos os grandes conflitos do mundo provocaram essas coisas, esse silêncio habitado por falas não ditas, por um passado não vivido que porém se manifesta pela dor (PAVEAU, 2013b, p. 157)

Paveau (2015) destaca duas razões para a categoria de amemória. A primeira, de ordem mais linguística, seria o desejo da autora em descrever o fenômeno de denegação pelo viés linguístico, pois esse ato, segundo ela, esteve sempre associado ao



campo da psicanálise “[...] Abundam fenômenos de denegações em toda a literatura psicanalítica, em Freud e outros [...]” (PAVEAU, 2015, p. 237).

A analista francesa também chama a atenção para o fato de não ser uma denegação do acontecimento e sim, uma denegação do discurso sobre o acontecimento, de certas palavras que remeteriam ao acontecimento e o trariam a existência “Nas experiências traumáticas, são abundantes os exemplos dessas palavras e discursos inconscientemente interditados que retornam para a experiência do sujeito com formas dolorosas” (PAVEAU, 2015, p. 237).

Já a segunda razão diz respeito ao apagamento, mais especificamente ao apagamento de elementos relacionados à memória discursiva. Para Paveau, o esquecimento muitas vezes está associado ao acontecimento e não a discursos e se refere ao ato de esquecer como se fosse uma ação voluntária como “caímos” no esquecimento. Contudo, a autora almeja outra experiência que possa estar inscrita no discurso “Mas o esquecimento de que estou falando é um esquecimento voluntário e orquestrado, um esquecimento ativo motivado pelo fato de que lembrar-se ou “ter em mente” seria insuportável [...] PAVEAU, 2015, p. 238).

Outro conceito que trabalha com o esquecimento e se aproxima da noção de amemória e a pós-memória “Reencontrei um pouco de minha noção de “amemória” em outra muito vizinha que eu não conhecia e que descobri graças a Robin em *La mémoire saturée: a pós-memória (postmemory)*” (PAVEAU, 2013b, p. 159).

Essa noção, segundo Robin (2016), é proposta por Marianne Hirsch em seu livro “Family Frames: Photography Narrative and Pastmemory” em que a autora define pós-memória como uma memória dos descendentes ou dos sobreviventes, transmitida por meio de narrativas, testemunhos, objetos, fotos etc e nesses elementos, traria à tona os traumas da guerra ou genocídio para aqueles que não vivenciaram essa experiência traumática.

A pós-memória é separada da memória por uma distância de geração, e da história por uma relação de emoções pessoais. A pós-memória é uma forma muito poderosa e muito particular de memória, especificamente, porque sua relação com objetos e com fontes não é mediada por lembranças, mas, sim, por um investimento imaginário e pela criação. O que não quer dizer que a memória não seja por si só mediada; contudo, ela está mais diretamente ligada ao passado. A pós-memória caracteriza a experiência daqueles que cresceram envolvidos em narrativas, em acontecimentos que precederam seus nascimentos, como se a história pessoal tivesse sido esvaziada pelas histórias das gerações precedentes que viveram os acontecimentos e as experiências traumatizantes (HIRSCH, 1997, p. 22, apud, ROBIN, 2016, p. 314).

Para Robin (2016), essa noção, que está vinculada ao ato de lembrar e esquecer, pode ser encontrada na produção artística de inúmeros trabalhos em que o autor procura transmitir uma experiência que ele não vivenciou, mas carrega em si uma memória, um passado que não pôde viver “As obras criadas constituem um espaço transicional no qual esse passado é revivido, “reexperimentado” [...]” (ROBIN, 2016, p. 315).

Nesse sentido de reviver um passado, por meio de narrativas, acreditamos que as duas obras de Varela, discursivamente, trazem à tona uma memória sobre a historicidade da Casa de Detenção nos relatos dos detentos e dos carcereiros que podem apresentar vestígios de desmemória e amemória em certos discursos.

## **CAPÍTULO 2 – Autoria, formação discursiva e memória**

### **2.1 – Drauzio Varella e a questão da autoria**

No capítulo anterior, realizamos uma breve apresentação histórica do Carandiru, descrevemos os dois livros de Drauzio Varella e os objetivos de nossa tese que trata, principalmente, da memória, do apagamento e da desmemória nessas duas obras. Para isso, mostramos alguns conceitos do arcabouço teórico da Análise do Discurso de orientação francesa como acontecimento e posteriormente, a memória discursiva teorizada a partir de três pesquisadores e analistas do discurso.

Neste segundo capítulo, trataremos de conceitos relacionados à autoria, à formação discursiva e à memória. Entendemos que a compreensão da autoria e de como se constitui um autor, é relevante para nossa pesquisa, especialmente, quando um autor como Drauzio Varella se filia a uma determinada formação discursiva a qual, interdiscursivamente, poderá acionar uma ou mais memórias no fio do discurso.

“Que importa quem fala, disse alguém, que importa quem fala” (FOUCAULT, 2009, p. 267-268) essa expressão emprestada de Beckett é o ponto de partida para a discussão sobre autoria proposta por Foucault na sua conferência apresentada à Société Française de Philosophie em 1969. Afinal, que importância tem em se dizer algo? Apenas um autor pode falar sobre determinado assunto? Quem pode dizer sobre os relatos do Carandiru?

Partimos desses questionamentos para compreendermos Drauzio Varella enquanto autor das narrativas que tratam da história do Carandiru e o que ou qual instância discursiva o legitimou a dizer o que diz, tornando-se um escritor, que se projetou profissionalmente, por relatar os episódios da extinta Casa de Detenção de São Paulo. Quem é Drauzio Varella enquanto autor?

Em sua conferência, Foucault (2009) menciona que a escrita se identifica com sua própria exterioridade manifesta e possui também um parentesco com a morte, lembrando as narrativas epopeicas dos gregos que perpetuavam a imortalidade do herói quando este aceitava morrer ainda jovem “[...] a escrita está atualmente ligada ao sacrifício, ao próprio sacrifício da vida [...]” (FOUCAULT, 2009, p. 268).

Essa relação da escritura com a morte faz com que Foucault pense em um diagnóstico que possa explicar o desaparecimento do autor, mas tal propósito apresenta algumas dificuldades de se verificar a supressão da autoria como, por exemplo, a noção de “obra”.

[...] É dito, de fato (e é também uma tese bastante familiar), que o próprio da crítica não é destacar as relações da obra com o autor, nem querer reconstruir através dos textos um pensamento ou uma experiência; ela deve antes analisar a obra em sua estrutura, em sua arquitetura, em sua forma intrínseca e no jogo de suas relações internas. Ora, é preciso imediatamente colocar um problema: “O que é uma obra? O que é pois essa curiosa unidade que se designa com o nome da obra? De quais elementos ela se compõe? Uma obra não é aquilo que é escrito por aquele que é um autor?” [...] Se um indivíduo não fosse um autor, será que se poderia dizer que o que ele escreveu, ou disse, o que ele deixou em seus papéis, o que se pode relatar de suas exposições, poderia ser chamado de “obra”? (FOUCAULT, 2009, p. 269)

Nesses questionamentos do filósofo francês sobre o que vem a ser uma obra, pensemos nos escritos referentes ao Carandiru, os papéis que relatam sua existência, suas histórias, suas memórias até sua implosão iniciada em dezembro de 2002. De que maneira podemos entender “Estação Carandiru” e “Carcereiros” enquanto uma obra sobre a extinta Casa de Detenção de São Paulo? E qual indivíduo, ao tornar esses relatos em livro, pode ser considerado um autor?

Para isso, é necessária uma reflexão sobre outro problema apresentado pelo pensador francês (FOUCAULT, 2009, p. 271) que é a questão do nome do autor “[...] o que é o nome do autor? E como ele funciona?”. Foucault entende que o autor não funciona como um nome próprio, a relação entre o autor e aquilo que ele nomeia não é isomorfa “[...] a ligação do nome próprio com o indivíduo nomeado e a ligação do nome do autor com o que ele nomeia não são isomorfas nem funcionam da mesma maneira” (FOUCAULT, 2009, p. 272).

Nessa relação, o nome do autor não pode ser um nome próprio como os outros, ou seja, ele se difere dos outros nomes, pois carrega em si um certo modo de discurso. Assim, ao dizer que um discurso foi proferido por determinado autor, confere-se a esse discurso uma confiabilidade ao ser recebido em uma determinada ordem social.

[...] um nome de autor não é simplesmente um elemento em um discurso (que pode ser sujeito ou complemento, que pode ser substituído por um pronome etc.): ele exerce um certo papel em relação ao discurso: assegura uma função classificatória; tal nome permite reagrupar um certo número de textos, delimitá-los, deles excluir alguns, opô-los a outros. Por outro lado, ele relaciona os textos

entre si [...] Enfim, o nome do autor funciona para caracterizar um certo modo de ser do discurso: para um discurso, o fato de haver um nome de autor, o fato de que se possa dizer “isso foi escrito por tal pessoa”, ou “tal pessoa é o autor disso”, indica que esse discurso não é uma palavra cotidiana, indiferente, uma palavra que se afasta, que flutua e passa, uma palavra imediatamente consumível, mas que se trata de uma palavra que deve ser recebida de uma certa maneira e que deve, em uma dada cultura, receber um certo status (FOUCAULT, 2009, p. 273-274)

Essa questão do nome de autor que se torna um discurso que passa a circular no meio social, para Foucault, é possível graças à função-autor “A função autor é, portanto, característica do modo de existência, de circulação e de funcionamento de certos discursos no interior da sociedade” (FOUCAULT, 2009, p. 274).

Por isso, a função-autor será nosso ponto inicial para a investigação da autoria de Drauzio Varella sobre a produção escrita que trata da história do Carandiru. Vejamos. O primeiro contato de Varella com o presídio ocorreu quando o médico foi gravar um vídeo sobre a Aids na enfermaria da Penitenciária do Estado, em 1989. Impressionado com as cenas que viu no interior da prisão, duas semanas depois, Varella procura o responsável pelo setor médico do sistema prisional.

[...], procurei o dr. Manoel Schechtman, responsável pelo departamento médico do sistema prisional, e me ofereci para fazer um trabalho voluntário de prevenção à Aids. Na conversa, o dr. Manoel me explicou que a situação da epidemia na Penitenciária não era das piores se comparada à dos 7.200 presos da Casa de Detenção, o maior presídio do país, situado no mesmo complexo [...] (VARELLA, 2003, p. 9)

Autorizado pela direção do presídio, Varella inicia um trabalho preventivo sobre o vírus HIV junto aos detentos do Carandiru. A sua reputação de médico foi seu passaporte de entrada naquele universo prisional e seu desafio era controlar a epidemia do vírus que se alastrava entre os presos.

O corpo dos prisioneiros condicionado pelas técnicas disciplinares agora seria alvo de um novo saber, legitimado pelo discurso da medicina. A vigilância recairia sobre a epidemia como um mal a ser combatido dentro do espaço prisional e para enfrentá-lo, era necessário possuir uma competência prévia, ou seja, ser habilitado a realizar esses procedimentos médicos. Assim, Varella não só teria a responsabilidade de impedir o avanço da doença, mas também tratar dos doentes. “[...] ninguém entrará na ordem do discurso se não satisfizer a certas exigências ou se não for, de início, qualificado para fazê-lo” (FOUCAULT, 2008a, p. 37).

Qualificado pelo discurso científico e pela reputação, Varella começa sua batalha contra a epidemia e usa a enfermaria do pavilhão 4 como espaço clínico para atender os pacientes e traçar estratégias preventivas. É de lá que as ações são planejadas e posteriormente, executadas. Para saber a gravidade do problema, realiza uma pesquisa com questionários e exames de sangue.

O trabalho no Carandiru começou com um diagnóstico da epidemia. De maio a agosto de 1990, colhemos sangue de 2.492 detentos e aplicamos um questionário epidemiológico com perguntas sobre comportamento sexual e uso de drogas, entre outras.[...] Os resultados mostravam que 17,3% dos presos da Detenção estavam infectados pelo HIV. Entre eles foram identificados dois fatores de risco significantes: uso de cocaína injetável e número de parceiros sexuais [...] (VARELLA, 2003, p. 64-65)

Com esses dados, ele organiza uma campanha para conscientizar os presos sobre o perigo de se contrair o vírus e das formas de contágio. Para isso, Varella edita uma revista em quadrinhos “O Vira Lata”, realiza palestras, conversa com os detentos, cria um concurso de cartazes entre os encarcerados, orienta os portadores da doença, exhibe vídeos, discute a importância de se evitar o uso de drogas injetáveis bem como a prática sexual sem proteção. É o discurso médico atuando sobre o corpo disciplinado, instituindo uma nova disciplina: a prevenção.

[...] o conhecimento das doenças é a bússola do médico; o sucesso da cura depende de um exato conhecimento da doença; o olhar médico não se dirige inicialmente ao corpo concreto, ao conjunto visível, à plenitude positiva que está diante dele – o doente –, mas a intervalos de natureza, a lacunas e a distâncias em que aparecem como em negativo [...] (FOUCAULT, 2008b, p. 7)

Com Varella, os mais de 7 mil presos da Casa de Detenção passaram a conhecer um novo discurso em torno do saber médico sobre o HIV. Um saber institucionalizado que passou a conviver com outros saberes já cristalizados pelas práticas disciplinares da prisão. Para se ter acesso a uma determinada ordem do discurso, deve-se, além de estar autorizado a dizer, saber que não se pode dizer tudo, pois no interior dos discursos há procedimentos de controle, de interdição. “[...] Sabe-se bem que não se tem o direito de dizer tudo, que não se pode falar de tudo em qualquer circunstância, que qualquer um, enfim, não pode falar de qualquer coisa” (FOUCAULT, 2008a, p. 9).

Contudo, o médico voluntário podia dizer e elaborar suas tarefas, dentro de sua especialidade, nesse espaço de interdições discursivas que pairava sobre o Carandiru.

Com o passar do tempo, seu trabalho passou a ser conhecido e respeitado não apenas pela direção do presídio, mas especialmente, pelos presos que viam em Drauzio Varella a figura de um profissional sério, atuante e disposto a ajudá-los. Isso permitiu que ele convivesse com funcionários e detentos, ouvisse histórias e percorresse os labirintos da prisão.

Com os anos, ganhei confiança e pude andar com liberdade pela cadeia. Ouvi histórias, fiz amizades verdadeiras, aprendi medicina e muitas outras coisas. Na convivência, penetrei alguns mistérios da vida no cárcere, **inacessíveis se eu não fosse médico** (VARELLA, 2003, p. 10 – grifo nosso)

A proximidade de Varella com os detentos, conquistada ao longo de seu trabalho no Carandiru, no período de 1989 a 2002, foi decisiva para que ele tivesse acesso à ordem do discurso prisional e se tornasse um profissional de confiança pelos presos por meio do saber médico “[...] -- Doutor, o senhor ajuda nós e nós agimos legal com o senhor. Pode confiar, mas não conta com a gente para entregar os companheiros” (VARELLA, 2003, p. 94).

Essa credibilidade dada a Varella possibilitou que o olhar médico fosse além da geografia corporal dos pacientes e observasse as dimensões internas do presídio. Seus pavilhões, os corredores, os pátios, os campos de futebol, a rotina disciplinar, os horários, a triagem e as narrativas de vida que cada preso carregava consigo. A prisão era um espaço de diversidade por excelência (MARIANO, 2012).

Nota-se, no decorrer do trabalho de Varella, que a casa de Detenção de São Paulo integrou-se às suas atividades médicas de modo pleno e desafiador, despertando nele a necessidade de descrever os relatos desse espaço prisional para além das muralhas do cárcere. A princípio surgiu a oportunidade de relatá-los por meio de crônicas jornalísticas.

[...] *Estação Carandiru*, publicado em 1999, foi o resultado dos dez primeiros anos em que trabalhei [...] A primeira ideia não era escrever um livro, mas criar uma coluna policial para o *Notícias Populares* – jornal de grande circulação na época – em que eu pudesse contar as histórias que ouvia na cadeia. Ao iniciá-las, me deparei com a dificuldade de falar sobre um presídio com mais de 7 mil detentos para leitores que não tinham a menor ideia das instalações. Como contar casos que se passavam nos sete pavilhões sem precisar descrevê-los todas às vezes? Para sair do impasse, achei melhor preparar uma descrição detalhada das principais características de cada um, para ter à mão um texto-base ao qual pudesse recorrer conforme a narrativa exigisse. Embora frequentasse semanalmente a cadeia havia sete anos, voltei aos pavilhões com o olhar de escritor. Nas visitas percebi que a arquitetura e as divisões internas dos prédios eram inseparáveis das interações antropológicas entre os que cumpriam penas no interior deles. A pretensão de apresentar ao leitor as instalações da cadeia, os prisioneiros, seus costumes, códigos de comportamento e suas histórias de vida

transcendia o espaço disponível nas colunas jornalísticas (VARELLA, 2017, p. 7-8)

Como o espaço no jornal não seria suficiente para relatar as experiências pessoais vivenciadas em seu trabalho na Casa de Detenção, além da preocupação com o desconhecimento por parte dos leitores da estrutura física interna e do funcionamento do Carandiru, Varella decide produzir um livro e com “[...] olhar de escritor” (VARELLA, 2017, p. 7-8) passa a tecê-lo.

Estação Carandiru foi lançado numa quarta-feira. Quando abri os jornais no sábado, tomei um choque: estava nas primeiras páginas e nos cadernos de cultura de maior circulação do país; nos dias seguintes vários colunistas escreveram sobre o livro. Jamais imaginei tamanha repercussão; deu até um pouco de medo (VARELLA, 2017, p. 7-8)

É a partir desse momento de circulação e aceitação crítica do livro que a autoria de Drauzio Varella é construída socialmente. Sabemos que não é apenas uma questão de ter ou não aptidão para a escrita. A autoria, segundo Foucault (2009), é uma instância complexa e seu entendimento exige a compreensão do sujeito enquanto produtor de discursividades.

Até a publicação de “Estação Carandiru”, Varella era pouco conhecido pelo público em geral. O livro fez com que seu nome se projetasse, tornando seu trabalho conhecido e respeitado, validando a sua condição de autor ao circular pelo meio social brasileiro como descreveu Foucault (2009).

Por meio da função-autor, o nome de Varella adquire status e dá credibilidade a sua produção textual, pois foi redigida por um médico que conviveu anos no meio carcerário. Essa confiabilidade dada à autoria de Varella e legitimada pela própria mídia jornalística e televisiva que passa a tratar o médico como uma referência nacional sobre questões de medicina e saúde pública.

“Estação Carandiru” permitiu que o autor Drauzio Varella circulasse em diferentes espaços sociais (escritor, palestrante, colunista de jornais, apresentador de programas, consultor da área médica etc) solidificando sua carreira profissional e sua condição de autor de relatos do cárcere por meio do saber médico.

O livro tornou-se seu principal referencial enquanto autor que descreve o universo prisional, qualificando-o a produzir novos textos, outras obras. Isso ocorre na tessitura de outros livros como “Carcereiros” (2012) e “Prisioneiras” (2017). Nessas duas



obras, o ponto de partida é “Estação Carandiru” “[...] tarefa que me permitiu penetrar fundo na vida do maior presídio da América latina, experiência descrita no livro *Estação Carandiru* [...]” (VARELLA, 2012). “*Prisioneiras* é o último livro de uma trilogia. O primeiro, *Estação Carandiru*, publicado em 1999, foi o resultado dos dez primeiros anos em que trabalhei como médico voluntário [...]” (VARELLA, 2017, p. 7).

Nota-se que o livro lançado em 1999 é a base, o alicerce editorial o qual fortifica a autoria de Varella. Caso outro autor ou autora tivesse escrito “Carcereiros” ou “Prisioneiras” talvez não tivesse a mesma credibilidade que o médico apresenta. A sociedade poderia questionar: “Este autor ou autora trabalhou no ambiente prisional?”, “Esteve no Carandiru?”.

Vale destacar aqui que o trabalho médico de Varella no Carandiru, além dos elementos que já destacamos anteriormente, foi fundamental na verificação dos fatos relatados por ele. Essa condição é tão marcada socialmente e discursivamente que a designação entre o nome do autor (Drauzio Varella) e a obra (Carandiru) é tratada, geralmente, por uma antonomásia em que Varella é denominado como o “médico do Carandiru”.

Uma nomeação que já circula nos meios digitais e pode ser comprovada quando se digita em uma ferramenta de busca a expressão “médico do Carandiru”, entre os milhares de resultados que o dispositivo nos oferece, o primeiro item apresenta a imagem de Varella e sua biografia.

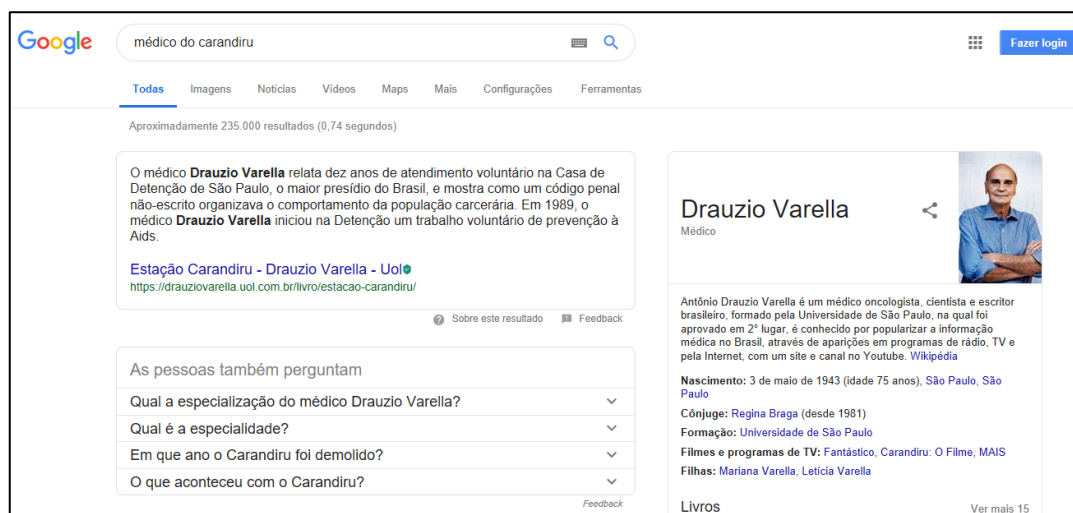


Figura 10 – Recorte de uma página digital<sup>10</sup>

<sup>10</sup> Disponível em

[https://www.google.com.br/search?source=hp&ei=Cs\\_bXMLmCui75OUPkoKBvAw&q=medico+do+Carandiru+&oq=medico+do+Carandiru+&gs\\_l=psy-ab.12..0j0i22i30i2.4426.8717..10167...0.0..1.1305.4410.0j2i0j1i0j2j0j2.....0....1.gws-wiz.....0..0i131.wN9BThbxiWY](https://www.google.com.br/search?source=hp&ei=Cs_bXMLmCui75OUPkoKBvAw&q=medico+do+Carandiru+&oq=medico+do+Carandiru+&gs_l=psy-ab.12..0j0i22i30i2.4426.8717..10167...0.0..1.1305.4410.0j2i0j1i0j2j0j2.....0....1.gws-wiz.....0..0i131.wN9BThbxiWY). Acesso em 18 dez 2018.

A imagem acima é um recorte das páginas digitais da Google, uma empresa estadunidense que hospeda e desenvolve uma série de serviços e produtos baseados na internet. Na parte superior esquerda, encontramos escrito, na ferramenta de busca, a expressão “médico do Carandiru” e logo abaixo, os resultados que estão armazenados em seu arquivo de dados digitais. Entre os 235.000 resultados possíveis para a consulta realizada, observa-se como o primeiro item dessa pesquisa o nome de Drauzio Varella seguido de uma breve descrição relacionada ao seu trabalho no Carandiru. Na coluna da direita, há o nome do médico em destaque que é ancorado, iconicamente, pela sua foto, em seguida, temos uma resumida biografia do médico/autor.

Retornando à função-autor, Foucault (2009) afirma que a circulação do nome do autor, no meio social, dá credibilidade a sua autoria enquanto discurso. Nesse sentido, a antonomásia “médico do Carandiru”, atribuída a Varella, é legitimada verbo-visualmente na/pela página digital da empresa estadunidense. Assim, os meios digitais também contribuem para a veiculação e funcionamento da autoria em nossa contemporaneidade, pois a comunicação passou a ser mediada por meio de dispositivos eletrônicos e digitais que se conectam virtualmente à Internet e possibilitam que os usuários naveguem em tempo real pelo ciberespaço.

É bom lembrar que a revolução digital, advinda do desenvolvimento tecnológico das últimas décadas, mudou as formas simbólicas, sociais e culturais de representarmos o mundo. Com o advento da Web 2.0, o computador e os dispositivos móveis tornaram-se ferramentas interativas conectadas a redes capazes de navegarem virtualmente por plataformas líquidas do ciberespaço. “A sociedade não pode ser entendida ou representada sem suas ferramentas tecnológicas.” (CASTELLS, 1999, p. 43). Essa conectividade moderna permite que os usuários ao visualizarem a página eletrônica acima (fig.) passem a acreditar que Drauzio Varella é o autor (ou o único) capaz de relatar sobre a história do Carandiru.

Além disso, encontramos, nessa mesma página digital, três elementos que também são pertinentes à nossa análise sobre a autoria, quando nos referimos às duas obras de Varella: a pessoa, o escritor e o inscridor. Segundo Maingueneau (2018), os processos de subjetivação que atuam na criação literária precisam levar em conta três instâncias de subjetivação do discurso as quais se comunicam mutuamente.

Como quer que se considerem as formas de subjetivação do discurso literário, não se pode justapor sujeito biográfico e sujeito enunciativo como duas entidades sem comunicação, ligadas por alguma harmonia preestabelecida. Cumpre distinguir não duas, mas três instâncias, que propomos denominar a pessoa, o escritor e o inscitor. A denominação “a pessoa” refere-se ao indivíduo dotado de um estado civil, de uma vida privada. “O escritor” designa o ator que define uma trajetória na instituição literária. Quanto ao neologismo “inscitor”, ele subsume ao mesmo tempo as formas de subjetividade enunciativa da cena de fala implicada pelo texto e a cena imposta pelo gênero do discurso: romancista, dramaturgo, contista... [...] Essas três instâncias não se dispõem em sequência, seja em termos de cronologia ou de estratos. Não há em primeiro lugar “a pessoa”, passível de uma biografia, em seguida “o escritor”, ator do espaço literário, e depois “o inscitor”, sujeito da enunciação: cada uma dessas instâncias é atravessada pelas outras, não sendo nenhuma delas o fundamento ou pivô (MAINGUENEAU, 2018, 136)

Com relação “a pessoa”, na página digital da Google, encontramos a foto de Drauzio Varella e uma sequência descritiva com: nascimento, formação acadêmica, profissão, cônjuge, participação em programas televisivos, trabalhos publicados entre outras informações. Algo semelhante também ocorre na capa interna (orelha do livro) de “Estação Carandiru” e “Carcereiros” (foto e biografia). Essa descrição biográfica atesta o que Maingueneau (2018) considera como o indivíduo que possui um estado civil e uma vida pessoal. Condição, esta, comprovada, por exemplo, no último capítulo de “Carcereiros” denominado de “A festa”.

Narrado em primeira pessoa, “A festa” inicia-se com Varella realizando a verificação médica do corpo de um dos detentos do Carandiru que fora violentamente executado a facadas antes de ser encaminhado ao Instituto Médico Legal “ – Quanta perversidade – comentei com o funcionário que me acompanhava naquela verificação de óbito sumária que éramos obrigados a documentar [...]” (VARELLA, 2012, p. 219). Nessa ocasião, o médico estava muito atarefado na enfermaria do Pavilhão 4, mas havia assumido um compromisso com seu cônjuge “Naquele dia, tinha prometido a minha esposa que chegaria mais cedo, a tempo de irmos sem correria ao jantar de aniversário de um amigo” (VARELLA, 2012, p. 220). O preso esfaqueado, o elevado número de pacientes na entrada da enfermaria, o jantar festivo, tudo isso o deixou mal-humorado, pois queria atender cada detento com o mínimo de dignidade possível “O trabalho exige determinação e energia para consolar e motivar pessoas fragilizadas, na tentativa de convencê-las a enfrentar a adversidade com persistência e otimismo” (VARELLA, 2012, p. 221).

Contudo, no início da noite, cansado e dividido entre a fila e o aniversário do amigo, Varella decide encerrar os atendimentos “Torvão, assim não dá, atendi mais de quarenta pessoas. Quantas mais viriam? (VARELLA, 2012, p. 222). O médico sai

apressado do presídio, pois já estava atrasado “Em casa mal tive tempo para o banho” (VARELLA, 2012, p. 223).

Quando chegamos, o jantar estava para ser servido. Embalados pelo vinho, todos conversavam e riam. Fiquei tão calado que minha mulher perguntou se estava indisposto. Faltou coragem para dizer que me sentia desambientado, sem nenhum interesse no chef idealizador do melhor carpaccio da cidade nem disposição para discutir o campeonato paulista ou falar das pechinchas nas lojas de Nova York. Minha imaginação continuava no mundo do crime, no corpo jogado no banheiro, na fisionomia daqueles infelizes na fila da enfermaria e no nascimento de uma facção criminosa que se impunha pela degola, temas mais do que impróprios para ocasiões festivas (VARELLA, 2012, p. 223)

Esses fatos relatados no último capítulo de “Carcereiros” mostram o dilema enfrentado por Varella para conciliar o seu trabalho no Carandiru com sua vida particular, principalmente, quando havia um compromisso com horário estipulado e mesmo estando em outro ambiente como um jantar festivo, as imagens e os dilemas da prisão não o abandonavam.

A expressão “Minha imaginação continuava no mundo do crime” é nosso ponto de partida para compreendermos a instância “o escritor”. Para dar materialidade literária a esse “mundo do crime” que como vimos, anteriormente, a princípio seria uma coluna policial a qual circularia no periódico “Notícias Populares” e diante das dificuldades de descrever o presídio e sua dinâmica a cada novo texto para que os leitores entendessem o funcionamento dos sete pavilhões e acompanhassem o percurso narrativo de cada história, Varella, então, decide escrever um livro.

Com a publicação de “Estação Carandiru” que foi avaliado pela crítica “[...] nos dias seguintes vários colunistas escreveram sobre o livro. Jamais imaginei tamanha repercussão [...]” (VARELLA, 2017, p. 7-8). Drauzio Varella inicia sua trajetória no meio literário, tornando-se, graças à circulação de suas obras, uma referência sobre a historicidade do Carandiru em um período específico (1989-2002).

Em “Estação Carandiru” descrevi a vida na cadeia com o olhar do médico que atende homens obrigados a cumprir penas em gaiolas apinhadas, como se participassem de um experimento macabro. Neste livro, escrito treze anos mais tarde, tentarei fazê-lo da perspectiva dos homens que passam a vida a vigiar prisioneiros (VARELLA, 2012, p. 23)

Ao dar legibilidade aos relatos sobre a Casa de Detenção que compõem “Estação Carandiru” e “Carcereiros”, o escritor Varella que também é influenciado pela sua

pessoa, projeta-se como um sujeito da enunciação por meio da instância “o inscritor”. Nessa condição, seu texto passa a ter marcas enunciativas que o enquadrarão em um determinado gênero do discurso a partir do estilo característico da sua escrita como: capítulos curtos, linguagem simples, predomínio da descrição, observação de detalhes externos, uso mais acentuado da terceira pessoa, breve apresentação de cada personagem. Tudo isso caracterizará o inscritor Varella e sua subjetividade enunciativa que também enuncia a pessoa e o escritor.

Mas não se pode isolar ou reduzir nenhuma dessas instâncias às outras; sua separação é a condição do desencadeamento do processo de criação. Através do inscritor, é também a pessoa e o escritor que enunciam; através da pessoa, é também o inscritor e o escritor que vivem; através do escritor, é também a pessoa e o inscritor que traçam uma trajetória no espaço literário (MAINGUENEAU, 2018, p. 137)

O homem, o escritor e o inscritor são significativos no processo de criação de uma obra. Nesse sentido, além da pessoa de Varella e sua vida particular que analisamos no episódio “A festa”, há também o escritor que segue uma trajetória no espaço literário e o inscritor o qual imprime uma subjetivação do estilo descritivo empregado pelo autor Drauzio Varella. Essas três instâncias contribuem na construção autoral e reforçam a antonomásia “médico do Carandiru”

Assim, para se dizer algo é preciso estar autorizado, legitimado por uma instância discursiva a proferir um certo discurso. No caso de Varella, o seu dizer enquanto autor é validado pela instituição médica, pelo mercado editorial e pelos meios de comunicação de massa e mídias digitais. Outros também disseram e dirão sobre o Carandiru, porém não tiveram ou não terão a mesma credibilidade atribuída ao autor Drauzio Varella o qual tem seus trabalhos aceitos e valorizados no meio social.

## **2.2 – Drauzio Varella e a filiação discursiva**

Se a circulação do nome de Drauzio Varella enquanto autor é legitimada por certas instâncias discursivas como discutido anteriormente e sua autoria deve ser analisada também pela subjetividade enunciativa de seus textos em que encontramos a pessoa, o escritor e o inscritor em constante comunicação no ato da criação literária

(MAINGUENEAU, 2018). O que ocorrerá com esse sujeito do discurso ao se filiar a uma determinada formação discursiva?

Michel Pêcheux define formação discursiva como algo que faz parte de uma formação ideológica, visto que o sujeito é constituído enquanto sujeito do seu dizer pelo ideológico. Essa postura ideológica que constitui os sujeitos no discurso é perceptível em Drauzio Varella que se projeta em sua produção textual como um sujeito discursivo e nessa condição, ele está, direta ou indiretamente, filiado a uma formação discursiva. O conceito de formação discursiva (FD) tem saído caro ao arcabouço teórico da Análise do Discurso, sua aplicação caiu em desuso entre a maioria dos teóricos franceses, mas, no Brasil, ainda possui fôlego metodológico em diversas análises.

Sua paternidade é atribuída a dois importantes estudiosos do discurso: Michel Foucault e Michel Pêcheux. Para o primeiro, a FD configura-se como um conjunto de enunciados que não se reduzem a objetos linguísticos, tal como as preposições, atos de fala ou frases, mas submetidos a uma mesma regularidade e dispersão na forma de uma ideologia, ciência, teoria etc. “[...] se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições, funcionamentos, transformações), diremos, por convenção, que se trata de uma formação discursiva” (FOUCAULT, 2000, p. 43)

Na visão arqueológica de Foucault, essa noção esconde o plano geral das coisas ditas no nível específico dos enunciados, ou seja, é na variedade de instâncias enunciativas e na regularidade presente em um conjunto de enunciados que encontraremos o discurso, desde que esse conjunto apoie-se na mesma FD, pois o discurso é compreendido como uma rede de enunciados que tornam possível a existência de diferentes regularidades e sentidos inscritos no meio social, submetidos a certas regras históricas que permitem as condições para que certas FDs existam ou sejam apagadas.

Já para Pêcheux, o conceito de FD está diretamente relacionado ao materialismo dialético e as formações ideológicas como “[...] o que pode e deve ser dito (articulado sob a forma de uma arenga, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa etc) a partir de uma posição dada numa conjuntura”. (PÊCHEUX, 1995, p. 161).

Influenciado pela leitura de Althusser, Pêcheux considera que a noção de ideologia é fundamental para o desenvolvimento do conceito de FD. Nesse sentido, as formações discursivas intervêm nas formações ideológicas enquanto componentes e determinam o que pode e deve ser dito em certa instância discursiva.

Ao longo dos estudos teóricos de Pêcheux, o conceito de FD foi sendo revisto, juntamente com outros conceitos a ele relacionados. Com a publicação, em 1975, de “Semântica e Discurso”, passou-se a relacionar a formação discursiva com o interdiscurso, trazendo uma renovação significativa à aplicação teórica e analítica da FD. O interdiscurso é “[...] que algo fala” (ça parle) sempre “antes, em outro lugar e independentemente”, isto é, sob a dominação do complexo das formações ideológicas (PÊCHEUX, 1995, p. 162). Nessa definição, o autor francês busca mostrar que o pré-construído e seu modo de apresentação é determinado materialmente pela estrutura do interdiscurso.

Vale lembrar que Pêcheux (1995) trabalha o conceito de pré-construído como um já dito anterior e exterior, independente, que retorna no enunciado, ou seja, é a marca, no enunciado, de um discurso anterior, opondo-se ao que é construído no enunciado. Assim, o pré-construído seria um efeito discursivo relacionado à estrutura sintática, remetendo à presença de um discurso em outro graças às relações interdiscursivas que integram às FDs.

Posteriormente, Jean-Jacques Courtine reformula os conceitos de FD e interdiscurso de Pêcheux, explorando a exterioridade constitutiva dos enunciados, ou seja, as condições que produzem um dado sentido no interior da FD, entendendo que o enunciado está relacionado aos modos de existência do discurso, trazendo uma estabilidade referencial dos elementos do saber que constituem uma FD.

Observamos, em primeiro lugar, que o enunciado se encontra situado, de um lado, em uma relação horizontal com outras formulações no interior do intradiscurso de uma sequência discursiva; e, de outro, em relação vertical com formulações determináveis noutras sequências discursivas no interdiscurso de uma FD: a definição do enunciado novamente acentua a indissociabilidade dos dois modos de existência do discurso como objeto. Por outro lado, nessa rede vertical, ou interdiscursiva, de formulações, um dado enunciado tomará lugar entre um conjunto de formulações extraídas de sequências discursivas levantadas de outras CP do discurso, entre as quais algumas serão heterogêneas (COURTINE, 2009, p. 90)

Essas formulações que ocorrem nas sequências discursivas foram construindo uma metodologia de análise proposta por Courtine que o aproximou do conceito de FD elaborado por Foucault, inclusive, reformulando as redes de saberes que atravessam os enunciados, observando como tais saberes organizam os efeitos de sentido no interior das FDs.

Entendemos que esse conceito é válido para a compreensão da filiação discursiva de Drauzio Varella como um elemento que também atua na sua construção autoral, pois quem diz, diz de um lugar ideologicamente marcado. Para isso, dividimos nosso estudo sobre a FD de Varella em dois momentos. O primeiro, tratando da FD do médico e um segundo, da relação dessa FD com alguns discursos dos detentos e dos carcereiros os quais estão filiados à FD do sistema prisional.

Começamos pela FD de Varella, uma posição social em que os dizeres gozam de reputação e prestígio no meio social, já que a pessoa de Varella está sempre associada a sua profissão. Esse saber médico que o conduziu ao Carandiru e permitiu que ele conhecesse não apenas os detentos moribundos na enfermaria do pavilhão 4, mas percorresse o presídio como se fosse um grande paciente de concreto e aço sempre a lhe chamar a atenção.

Enquanto sujeito discursivo, Varella se filia ao discurso científico da medicina. Historicamente, a imagem do médico foi construída como aquele que possui conhecimento e autoridade não apenas para clinicar, mas seu saber é visto, por muitos, como inquestionável, destronando, às vezes, a esfera terapêutica para ocupar um lugar de instrutor de como se deve agir e viver.

Nesse sentido, Varella é interpelado pelo saber médico que passa a gerenciar sua FD medindo, organizando, selecionando o que deve ou não ser dito. Por isso, seu discurso é marcado pela cautela, pela descrição objetiva, esquivando-se das zonas de confronto, das disputas discursivas travadas nas arenas sociais.

É o olhar do médico que passa a fazer parte de sua discursividade, a marcar sua escrita, a narrar suas histórias pelos corredores da Detenção. Uma FD que também está inscrita na formação social que compõe sua produção discursiva, pois Varella pode entrar e sair do Carandiru, movimentar-se do exterior para o interior do presídio “Pego o metrô no largo Santa Cecília, na direção Corinthians – Itaquera, e baldeio na Sé”. Desço na estação Carandiru” (VARELLA, 2003, p. 13).

Do ponto de vista social, a estação do metrô representa o lugar de chegada e saída para Varella, contudo também significa uma condição fixa, imóvel comparada com o cenário interno da Casa de Detenção onde os corpos viviam reclusos, cerceados. Nesses dois espaços, Varella trafegou sempre na condição de médico. No Carandiru, com seu trabalho voluntário e fora dos muros do presídio, com sua vida profissional e pessoal que não estão dissociadas de sua FD.



Segundo Orlandi (2010) é por meio da FD que podemos compreender o funcionamento discursivo de certos dizeres e saber como os sentidos vão sendo construídos. Um exemplo disso ocorre no fragmento “No Brasil, tortura nunca mais! Esse grito de ordem dos ativistas políticos pode ser menos abrangente do que as palavras sugerem” (VARELLA, 2012, p. 136). Nesse enunciado, Varella procura mencionar que o fim da tortura ainda estaria distante daqueles que vivem encarcerados, mas, além dessa possível significação, o termo “tortura” graças às relações interdiscursivas aciona outros discursos que estão filiados a outras FDs. Por exemplo, se esse termo fosse mencionado no discurso dos detentos (FD sistema prisional) produziria um efeito de sentido que em outra FD como a da PM seria diferente. Como Pêcheux (1995) já mencionara sobre a mudança de sentido das palavras ao ocuparem diferentes posições discursivas. Sem mencionarmos que “tortura” traz um outro discurso sugerido pela expressão “ordem dos ativistas políticos” que faria emergir a memória sobre a da Ditadura Militar no Brasil.

A tortura foi indiscriminadamente aplicada no Brasil, indiferente a idade, sexo ou situação moral, física e psicológica em que se encontravam as pessoas suspeitas de atividades subversivas. Não se tratava apenas de produzir, no corpo da vítima, uma dor que a fizesse entrar em conflito com o próprio espírito e pronunciar o discurso que, ao favorecer o desempenho do sistema repressivo, significasse sua sentença condenatória. Justificada pela urgência de se obter informações, a tortura visava imprimir à vítima a destruição moral pela ruptura dos limites emocionais [...] (ARNS, 1986, p. 43)

Nessa época, as autoridades perseguiram e torturavam aqueles que eram contra o regime, considerados subversivos e perigosos aos ideais impostos. Essa força coercitiva vigiava e desarticulava toda forma de expressão contrária ao regime. Muitos estudantes, professores, intelectuais, artistas e pessoas que se opuseram a esse poder ditatorial foram presos e levados para interrogatórios, castigos e torturas.

Nota-se que uma FD não é um espaço homogêneo, pois é constituída pela presença de outros discursos que trarão um posicionamento ideológico, podendo criar alianças ou disputas com relação a determinados dizeres, já que os sujeitos se identificam com as condições de produção em que seu discurso se filia “[...] a interpelação do indivíduo em sujeito de seu discurso se realiza pela identificação (do sujeito) com a formação discursiva que o domina” (PÊCHEUX, 1995, p. 214).

No caso de Varella, sua identificação ocorre pela FD médico-científica que também o torna um aconselhador. Essa condição, além do atendimento clínico, é notada na relação entre a FD do médico com a FD do sistema prisional.

No final do ambulatório mandei chamar o rapaz que acabou com a briga. Nego-Preto a seu dispor, disse ele. Pedi-lhe que interviesse para evitar violência contra o Arnaldo. Respondeu que eu podia ficar tranquilo, a situação já estava resolvida. Depois disso, sempre aparecia para conversar, contava casos da cadeia e falava das preocupações com a família, principalmente com o filho mais velho, adolescente sem juízo, que não obedecia à mãe (VARELLA, 2003, p. 253)

No fragmento acima, o personagem Nego-Preto havia interferido em uma discussão na qual alguns presos ameaçavam Arnaldo, um funcionário que auxiliava Varella na enfermaria. Acalmados os ânimos, o médico pede a presença do detento que pôs fim ao conflito e ele se apresenta pelo apelido como todos o conheciam. Notando que este era respeitado entre os presos do pavilhão, Varella pede-lhe que protegesse o funcionário de uma possível agressão física. Esse episódio fez com que ambos se aproximassem “Depois disso, sempre aparecia para conversar”.

As expressões “falava das preocupações com a família” e “o filho mais velho, adolescente sem juízo” indicam que esse personagem não visitava frequentemente o ambulatório em busca de uma consulta médica, mas via na figura de Varella uma pessoa de confiança para suas angústias internas, além da pressão ocasionada pelo espaço do cárcere “O passado de Nego-Preto era semelhante ao dos outros, a infância nas ruas de terra da periferia, muitos irmãos e más companhias” (VARELLA, 2003, p. 253).

O personagem Nego-Preto representa, metonimicamente, a FD do sistema prisional, uma instância discursiva que carrega o discurso da exclusão, da inferioridade, do preconceito e daqueles que estão na periferia cujas vozes são silenciadas, apagadas em determinados espaços sociais, pois representam a escória da sociedade. Essa segregação social se inscreve, discursivamente, na sua própria nomeação pleonástica “Nego-Preto” em que “Nego” se apresenta como uma variação linguística coloquial para o adjetivo “negro” que é utilizada para designar um indivíduo afrodescendente, porém o termo “Preto” ao ser usado para nomear uma pessoa, como referência a sua tonalidade de pele, traz marcas do preconceito racial. Nesse sentido, “Nego-Preto” sofria uma dupla discriminação social: a do cárcere e da sua origem africana.

A aproximação com a FD de Varella coloca em ação o discurso do aconselhamento como uma prática terapêutica que permite um elo de confiança, fazendo com que o médico tenha acesso aos diferentes relatos dos encarcerados para depois os materializar em “Estação Carandiru” com o fez no capítulo intitulado “Nego-Preto”.

Com relação ao discurso dos carcereiros, observamos que a proximidade com a FD de Varella, além do discurso em torno do aconselhamento, também traz um outro elemento essencial para que os relatos fossem transcritos nas páginas de “Carcereiros”: a amizade.

Num feriado combinamos de reunir o Conselho num almoço no Feijão de Corda, restaurante nordestino da avenida Cruzeiro do Sul, próximo à estação Santana do metrô. Justamente por causa dos compromissos familiares do fim de semana prolongado, éramos poucos: Irani, protagonista da batalha do conhaque no pavilhão Sete, 62 anos, casado, pai de quatro filhos [...] Mavi, 55 anos, pai de uma enfermeira que trabalha em Lábrea, no Amazonas, cabeça raspada à navalha [...] Manoel, baiano de 69 anos, casado, sem filhos, recém-aposentado por tempo de serviço [...] Araújo, 68 anos, jardineiro por diletantismo, casado em segundas núpcias com dona Cida [...] já apresentado no início deste livro como um dos responsáveis por impedir que o massacre do Nove chegasse ao Oito [...] Valdemar, funcionário que chefiou o Departamento de Esportes do Carandiru durante muitos anos [...] Sombra, 57 anos, casado, pai de três filhos, técnico de som de riso fácil [...] A conversa começou com Mavi reparando que a barba de Valdemar estava mais crespa [...] (VARELLA, 2012, p. 120-121)

No excerto acima, o termo “Conselho” é uma referência ao grupo formado por Varella e alguns carcereiros que se reuniam, esporadicamente, para beberem e conversarem sobre a vida “Em 2002, nos dias que precederam a implosão, pressenti que aquelas reuniões festivas chegariam ao fim” (VARELLA, 2012, p. 16). A descrição detalhada com nome, idade, estado civil e outros detalhes pessoais demonstram o quanto o autor os conhecia. Essa proximidade foi sendo consolidada gradativamente, pois no início das atividades de Varella, no Carandiru, os funcionários o viam com desconfiança, mas foram, no decorrer dos anos, fundamentais para que o médico conseguisse realizar o seu trabalho.

A expressão “reuniões festivas” se opõe ao ambiente férreo do interior do presídio em que as conversas entre o médico e os funcionários eram mais restritas e ponderadas. Se a proximidade de Varella com os detentos ocorria na enfermaria, os diálogos com alguns dos carcereiros aconteciam em locais onde a liberdade da rua atuava como um elemento de inspiração para os relatos que, depois de maturados pela FD médico-científica, passariam a compor os capítulos de “Carcereiros” como ocorre com o personagem Amauri Bonilha.

Embora já nos conhecêssemos de passagem, só nos tornamos amigos depois de uma vasectomia. Amauri trabalhava no Cinco, pavilhão que abrigava os jurados de morte do Amarelo. Havia casado em segundas núpcias com dona Cecília, também funcionária da Casa de Detenção, com quem acabara de ter uma filha

que, somada aos três do primeiro casamento, justificava a indicação da vasectomia que conseguiu sem custo para ele, num hospital particular. Seu pai era um técnico em eletrônica que saiu de Piracicaba em 1946 para tentar a vida em São Paulo (VARELLA, 2012, p. 215)

A expressão “só nos tornamos amigos” atesta a relação de amizade entre o personagem e o médico, permitindo que detalhes pessoais da vida de Bonilha sejam descritos no capítulo que trata da história desse carcereiro que, segundo Varella, só se tornou agente penitenciário aos 22 anos por ter sido rejeitado no concurso para investigadores da Polícia Civil.

Na Casa de Detenção atuou, especialmente, nos pavilhões Dois e Cinco e era respeitado pelos colegas como um funcionário íntegro e justo, por sempre recusar algum tipo de suborno “Em anos de atendimento médico ouvindo confidências dos detentos, nunca soube que tivesse aceitado suborno” (VARELLA, 2012, p. 217).

Com a desativação do Carandiru, passou a trabalhar na cadeia de Franco da Rocha, ocasião em que decidiu abrir um estabelecimento “Amauri vendeu o carro, o da esposa, levantou um empréstimo e montou um bar na Vila Mariana” (VARELLA, 2012, p. 217). Esse botequim inaugurado por Bonilha passou a ser um dos locais para os encontros do Conselho “Fizemos diversas reuniões do Conselho no bar do Bonilha. Era um lugar despojado, com um balcão em L, três mesas e meia dúzia de cadeiras” (VARELLA, 2012, p. 218).

No final do capítulo, Varella relata que em uma madrugada de maio de 2006 três homens chegaram ao estabelecimento do ex-funcionário do Carandiru que já estava próximo do fim do expediente, aproximaram-se do balcão, puxaram as armas que traziam escondidas e atiraram em Amauri e a esposa “A execução de Amauri e Cecília fazia parte do levante da facção responsável pelos incêndios de ônibus e pelas mortes, em maio de 2006” (VARELLA, 2012, p. 218). A expressão “levante da facção” refere-se às ações realizadas pelo PCC (Primeiro Comando da Capital) contra policiais e agentes ligados à corporação militar ocorridas em 2006.

Compreendemos que a FD de Varella é interpelada e legitimada pela ordem do discurso médico que gerencia e seleciona o que deverá ser dito, além de ser uma instância discursiva que carrega o prestígio social construído historicamente sobre a figura do médico que também é um dos elementos que compõe a sua autoria enquanto escritor. Nessa condição, a posição de sujeito que Varella ocupa, aquela da medicina, garante a confiança do outro que se posiciona ou se constitui ora como paciente, organizado e

subjetivado pelo discurso clínico, ora como aconselhado, subjetivado pelos dizeres da ordem do saber psicológico e social que organizam o seu estar no mundo a partir da interação discursiva estabelecida com o ambiente prisional.

A relação entre a FD de Varella e a FD do sistema prisional (detentos e carcereiros) ocorre por meio dessas duas posições que subjetivam o outro na condição de paciente ou aconselhado e está diretamente envolvida ao trabalho do médico na enfermaria. Apesar de ocuparem ideologicamente lugares bem distintos. Varella sabia que, mesmo conquistado o respeito dos presos, havia um distanciamento social entre ambos.

Já a proximidade com os carcereiros, além dos conselhos, era marcada pela amizade que é representada, discursivamente, por meio da figurativização descritiva dos personagens e pelo ambiente festivo que as reuniões representavam.

Na materialidade discursiva de suas duas obras, Varella busca um vínculo de aliança com essas FD sobre o que pode e deve ser mencionado em relação ao Carandiru, embora outros elementos vindos de outras FDs como o termo “tortura” trarão, interdiscursivamente, outros discursos que, por meio da memória discursiva, movimentarão os efeitos de sentido e as possibilidades de significação do que é dizível nesses escritos.

### **2.3 – Memórias em “Estação Carandiru” e “Carcereiros”**

Vimos, acima, que a FD de Varella está filiada ao discurso científico e procura um vínculo discursivo com a FD do sistema prisional que organiza o discurso dos detentos e dos carcereiros sobre o que pode e deve ser dito na tessitura de seus textos. Ao fazer isso, uma memória, interdiscursivamente, será acionada e outros discursos poderão vir à tona, mesmo que se queira silenciá-los.

A memória é um espaço de mobilidades e deslocamentos (Pêcheux) que reatualiza os sentidos cristalizados ou não, permitindo a possibilidade de toda FD produzir e operar formulações anteriores, que já foram enunciadas. Essas formulações são engendradas por conta das relações interdiscursivas que uma FD realiza com outra FD ou FDs permitindo, assim, o aparecimento, a rejeição, o apagamento, a filiação ou a transformação de enunciados pertencentes a outros discursos inscritos nas relações sociais.

Segundo Orlandi (2010, p. 30), as condições de produção de um discurso também trazem vestígios de memória “A maneira como a memória “aciona”, faz valer, as condições de produção é fundamental”. Condições, estas, que indicarão a filiação de um dizer a uma determinada FD, pois quem diz, diz de um espaço ideologicamente marcado. Isso ocorreu com a análise anterior relacionada ao termo “tortura” que já carrega uma memória inscrita nas relações histórico-culturais.

Se no interior de uma FD há um fio interdiscursivo que faz com que outra(s) FD(s) mobilize(m) novos dizeres e acione(m) uma memória discursiva que poderá desestabilizar os já ditos constituintes de um discurso estabilizado e na emergência de um novo acontecimento, ela fará com que os significados estejam sempre em movimento, perturbando a memória antes estável. Nesse sentido, entendemos que a memória discursiva é uma instância organizadora e está presente nas duas obras de Varella, mobilizando certos discursos.

Assim, nosso propósito de análise a seguir é recuperar algumas das memórias discursivas imersas em alguns enunciados que foram selecionados de “Estação Carandiru” e “Carcereiros” a fim de sabermos que efeitos de sentido ela produz, bem como os discursos que estão relacionados, interdiscursivamente, a seu domínio.

Na distribuição, o diretor reúne grupos de dez a quinze triagens que, respectivamente, de mãos para trás, ouvem as normas da Casa: – Vocês estão chegando na Casa de Detenção de São Paulo para pagar uma dívida com a sociedade. Aqui não é a casa da vovó e nem da titia, é o maior presídio da América Latina (VARELLA, 2003, p. 22)

O fragmento acima faz parte do capítulo “Os Pavilhões”. Nesse momento introdutório de “Estação Carandiru”, Varella descreve, com objetividade científica, os sete pavilhões da Detenção, destacando suas dimensões físicas e humanas. No Pavilhão 2, conhecido por ser a entrada do presídio, ocorria a chegada e distribuição dos novos detentos (triagem), que após receberem o uniforme padrão e ouvirem as recomendações do diretor, seriam distribuídos para um dos seis pavilhões restantes onde cumpririam a pena.

Na fala do diretor direcionada aos novos encarcerados, há um deslize gramatical referente à regência do verbo chegar “chegando na” que, linguisticamente, contribui para o efeito de coloquialidade dado à mensagem. Esse efeito de proximidade

com uma linguagem que caracterize e se aproxime do espaço prisional e de seus atores é uma marca de estilo na escrita de Drauzio Varella, especialmente, na fala dos detentos.

O termo “normas” traz, interdiscursivamente, o discurso da sanção normalizadora que legitima o uso das técnicas disciplinares como forma de coerção e correção sobre os corpos dos detentos. Enquanto que a expressão “pagar uma dívida com a sociedade” refere-se ao discurso jurídico, na forma de punição por um delito cometido. Ambas estão relacionadas às práticas coercitivas do ambiente prisional e unidas à expressão sarcástica do diretor “Aqui não é a casa da vovó e nem da titia” soam como um alerta aos presos novatos de que no “maior presídio” estariam sobre constante vigilância e disciplina.

Na tarde da segunda-feira que antecedeu o Natal de 1997, cheguei no presídio para ver os doentes e já havia uma pequena fila de cobertores, cadeiras e camas de armar. Eram mulheres e crianças que, terminada a visita da véspera, não tinham voltado para casa: postaram-se ali, dispostas a aguardar até o próximo final de semana (VARELLA, 2003, p. 54)

Nas páginas de “Estação Carandiru”, o autor não se preocupa apenas em descrever os aspectos internos do presídio e de explicar como funcionava essa cidade-prisão para que o leitor pudesse compreender a dinâmica espacial de sua narrativa. O lado externo da detenção e o movimento na rua também lhe chamavam a atenção, pois não estava alheio a sua condição de quem podia entrar e sair semanalmente daquele espaço carcerário guardado por altas muralhas.

No excerto, o sintagma “Natal” que remete ao discurso religioso cristão ao se aproximar do ato de sacrifício dos familiares dos presos “mulheres e crianças” que passariam a festividade natalina na entrada do presídio, aguardando a próxima visita, cria um efeito de dignidade junto à figura dos detentos como indivíduos que possuíam um núcleo familiar, mas que, naquele momento, estavam isolados pelas grades da cela. Essa relação em torno do discurso religioso também faz emergir uma memória relacionada à compaixão humana.

É bom acrescentar que um dos elementos que Varella valoriza, ao caracterizar os seus personagens, é a origem familiar “Num sábado, no campo do Oito, conheci a mãe do Pirata, uma senhora baixa e encorpada, na ponta dos pés e o dedo em riste no nariz dele” (VARELLA, 2003, p. 52). Ao fazer uso desse procedimento, o autor

almeja que sua narrativa se aproxime da dignidade humana, afastando-se das agruras do ambiente prisional e do discurso de que os detentos são a escória da sociedade.

No trabalho com os travestis, encontramos o caso da Sheila, condenada a três anos e dois meses por ter comprado eletrodomésticos para o casamento de um ex-namorado (pelo qual ela, boba, ainda estava apaixonada) com o talão de cheque roubado de um pastor protestante que a tinha contratado na avenida. [...] Sheila confessava na presença de testemunhas mais de mil parceiros sexuais na Casa de Detenção no decorrer do ano anterior à pesquisa [...] Ela era HIV-negativa, teste repetido e confirmado no Laboratório Bioquímico de São Paulo e no de Retrovirologia da Cleveland Clinic dos Estados Unidos, demonstrando que algumas pessoas não se infectam mesmo após inúmeras exposições ao vírus (VARELLA, 2003, p. 65)

O termo “travestis” indica um grupo social que, no decorrer das últimas décadas, sofreu e sofre todo tipo de preconceito e discriminação. No caso do personagem Sheila esse preconceito ocorria de forma tripla: gênero, detenção e HIV. Sua história demonstra uma preocupação de Varella ao iniciar seu trabalho na Detenção: como conter o avanço do HIV entre a população carcerária, sendo que Sheila integrava um grupo de risco conhecido por cumprir pena no pavilhão 5 e manter relações sexuais com diversos parceiros na prisão. Diante dessa situação, o médico realiza uma pesquisa e encontra resultados como o caso de Sheila a qual não era soro positivo, um teste comprovado em diferentes laboratórios.

Nesse fragmento, também encontramos outra ação relacionada ao campo da medicina: o pesquisador. As primeiras pesquisas realizadas por Varella e sua equipe auxiliaram na criação de medidas que pudessem conter o avanço da epidemia. Nesse sentido, as informações sobre os modos de contágio do HIV eram ainda pouco divulgadas, principalmente, entre os grupos de risco nos quais se enquadravam muitos presos dependentes químicos. O medo de se contrair essa doença facilitava a construção de tabus e preconceitos.

A epidemia transformou o Carandiru em um laboratório importante para o estudo do vírus HIV, pois os detentos infectados apresentavam características díspares no desenvolvimento da enfermidade. Essa relação prisão/enfermaria torna possível a presença de outros discursos e com eles, a memória da ação médica relacionada ao isolamento e tratamento dos enfermos como as casas de cura da idade média ou as vilas construídas para



abrigar, por exemplo, os leprosos, pois representavam uma ameaça aos cidadãos considerados sadios.

Essa aura de respeito sincero em torno da figura do médico que lhes trazia uma pequena ajuda exaltou em mim o senso de responsabilidade em relação a eles. Com mais de vinte anos de clínica, foi no meio daqueles que a sociedade considera como a escória que percebi com mais clareza o impacto da presença do médico no imaginário humano, um dos mistérios da minha profissão (VARELLA, 2003, p. 75)

Segundo Foucault (2004b), o ato de examinar, historicamente, instituiu o médico do ritual de visitas externas, trazendo-o para o interior dos hospitais como um elemento fundamental para o tratamento das enfermidades. Essa condição é observada no trabalho de Drauzio Varella que, após uma visita ao Carandiru, apresenta um projeto inicial de caráter epidêmico (combater o vírus da Aids) e com o tempo, torna-se um profissional importante para a saúde dos encarcerados.

A expressão “essa aura de respeito sincero em torno da figura do médico” atesta essa importância adquirida por Varella, especialmente, pela maneira como atendia os presos enfermos, desarmando-os do espaço que os degradava “escória humana” para um tratamento digno “O ar de revolta que muitos traziam para a consulta desaparecia depois que lhes palpava o corpo e auscultava pulmões e coração [...] A paciência de escutar e o contato do exame físico desarmavam o ladrão” (VARELLA, 2003, p. 96).

O rejuvenescimento da percepção médica, a iluminação viva das cores e das coisas sob o olhar dos primeiros clínicos não é, entretanto, um mito, no início do século XIX, os médicos descreveram o que, durante séculos, permanecera abaixo do limiar do visível e do enunciável (FOUCAULT, 1977, p. 10)

Essa percepção médica que torna visível o paciente e sua enfermidade faz com que a “presença do médico no imaginário humano” traga uma “aura” terapêutica ao ambiente em que esteja presente. Nessa condição, a figura de Varella enquanto médico era portadora de uma credibilidade entre os detentos que o aproximava do discurso religioso como aquele que trazia a cura para os enfermos e esquecidos nas celas do presídio.

Nas semanas subsequentes, a realidade demonstrou-se mais complexa do que eu imaginava. O número de doentes que vinha dos pavilhões para atendimento ambulatorial aumentava sem parar. Não eram apenas os casos de AIDS e tuberculose, a clientela tornou-se variada: facadas, acessos de asma, diabéticos,

hipertensos, abscessos, craqueiros dispneicos, paraplégicos com escaras, epiléticos com crise, dermatites diversas e, inclusive, gente saudável com intenção de tirar vantagem do médico ingênuo. Parecia um minipátio de milagres. (VARELLA, 2003, p. 90)

As pesquisas, as palestras informativas e preventivas, a atenção humanizada tornaram a enfermaria do pavilhão 4 um local de intensa procura pelos detentos enfermos ou não. A expressão “médico ingênuo” refere-se ao fato de alguns presos procurarem o médico com o intuito de conseguirem vitaminas e fortificantes para serem comercializados por entorpecentes. A dependência química era algo que preocupava Varella, especialmente, os usuários de drogas injetáveis pelo risco de contraírem o vírus do HIV. Nessa condição, os encarcerados dependentes, além de estarem reclusos no cárcere, também estavam acorrentados ao vício.

A atenção dispensada a cada preso, durante a consulta, permitia que Varella conhecesse diferentes histórias sobre a vida pessoal dos atendidos e compreendesse melhor o funcionamento de cada pavilhão. Não era preciso deixar o ambulatório para colher os relatos que, posteriormente, seriam escritos em seus livros, eles chegavam por meio dos próprios enfermos, pois havia uma relação de respeito e confiança.

As expressões “número de doentes” e “minipátio de milagres”, discursivamente, gravitam em torno do discurso médico e religioso graças ao campo semântico relacionado à cura e pelas relações interdiscursivas, traz a memória bíblica sobre os enfermos que procuravam Cristo almejando uma cura milagrosa. Nesse sentido, a figura do médico do Carandiru é sacralizada como aquele que trará o alívio terapêutico justificando a “aura” atribuída a ele pelos encarcerados.

Padres, pastores, médiuns, pais e mães-de-santo e até adoradores de Satanás frequentam o presídio para converter à palavra do Senhor as ovelhas desgarradas. A crença na ajuda divina é para muitos presos a derradeira esperança de conforto espiritual, única forma de ajudá-los a estabelecer alguma ordem no caos de suas vidas pessoais. (VARELLA, 2003, p. 117)

Ao longo de “Estação Carandiru”, Varella descreve a diversidade religiosa que havia na Casa de Detenção. Os evangélicos compunham o maior grupo de adeptos, sendo a Assembleia de Deus a denominação mais coesa. Essa influência religiosa está presente no relato de alguns personagens como Valente que após participar de uma reunião

de oração entre os protestantes, converte-se “Andava pelas galerias do Nove com o velho testamento, sem maldade no coração, lutando para colocar os companheiros no caminho da verdade” (VARELLA, 2003, p. 278).

As expressões “ajuda divina”, “derradeira esperança” e “conforto espiritual” mostram que o discurso religioso era uma ação capaz de aliviar as interdições do cárcere sobre a vida dos prisioneiros, opondo-se ao discurso do ambiente prisional como um espaço de violência e degradação humana. Nesse sentido, a direção do presídio autorizava a prática religiosa no interior dos pavilhões por compreender que os presos convertidos à determinada doutrina espiritual, teriam um comportamento disciplinado pela fé a qual seguiam, afastando-se de possíveis desentendimentos e rebeliões. “No pavilhão Cinco, um pastor-chefe comanda a ala, auxiliado por três outros. Os pastores devem ser casados, ter bom testemunho e reputação ilibada com a diretoria do presídio”. (VARELLA, 2003, p. 118).

A presença desses pastores e de outros representantes religiosos na vida diária dos agitados corredores do Carandiru atuando como conselheiros espirituais dos detentos recupera uma memória relacionada aos suplícios realizados no final do Século 18 em que o condenado deveria pedir perdão publicamente como menciona Foucault em “Vigiar e Punir”.

[Damiens fora condenado, a 2 de março de 1757], a pedir perdão publicamente diante da porta principal da Igreja de Paris [aonde devia ser] levado e acompanhado numa carroça, nu, de camisola, carregando uma tocha de cera acesa de duas libras; [em seguida], na dita carroça, na praça de Grève, e sobre um patíbulo que aí será erguido, atenazado nos mamilos, braços, coxas e barrigas das pernas, sua mão direita segurando a faca com que cometeu o dito parricídio [...] Depois desses suplícios, Damiens, que gritava muito sem conduto blasfemar, levantava a cabeça e se olhava; o mesmo carrasco tirou com uma colher de ferro do caldeirão daquela droga fervente e derramou-a fortemente sobre cada ferida [...] Achearam-se vários confessores e lhe falaram demoradamente; beijava conformado o crucifixo que lhe apresentavam, estendia os lábios e dizia sempre: “Perdão, Senhor” (FOUCAULT, 2004b, p. 9)

A figura do confessor que se aproximava do supliciado para que este declarasse seus pecados e aceitasse a palavra divina como uma maneira de redimir os crimes cometidos e, assim, suavizar as dores da sentença imposta pelo carrasco se aproxima do trabalho dos líderes religiosos que atuavam na Casa de Detenção, visando o aconselhamento espiritual para reeducar a conduta dos presos no ambiente carcerário, inclusive, sobre os vícios. “A igreja funciona como centro de recuperação, talvez o único

disponível no presídio” (VARELLA, 2003, p. 120). Essa condição de conselheiro espiritual que está filiado ao discurso religioso é almejada pela FD de Varella, pois se aproxima da ação médica como aquele que vem para curar, aliviar e sanar as dores. Logo, a memória discursiva em torno da religiosidade se faz presente na escrita de Varella.

Ezequiel curou-se da tuberculose e ficamos amigos. Era o mais respeitado destilador de maria-louca do pavilhão Oito. A fama de sua pinga atraía fregueses da cadeia inteira. A tal de maria-louca é a aguardente tradicional do presídio. Segundo os mais velhos, sua origem é tão antiga quanto o sistema penal brasileiro. Apesar da punição com castigo na isolada, a produção em larga escala resistiu. O alto teor alcoólico da bebida torna os homens violentos. Eles brigam, esfaqueiam-se e faltam com respeito aos funcionários que tentam reprimi-los. (VARELLA, 2003, p. 182)

O personagem Ezequiel é um dos exemplos de detentos que, com a orientação médica de Varella, alcançou a cura, criando um misto de gratidão e respeito com o médico. Diante de diferentes enfermidades (Aids, tuberculose etc), muitos prisioneiros, mesmo com um tratamento, não apresentavam um quadro positivo de recuperação. No texto, Ezequiel é descrito como um habilidoso destilador da aguardente conhecida por “maria-louca”.

A expressão “O alto teor alcoólico da bebida” traz à tona o discurso sobre a dependência química que tornava os presos bêbados e violentos. Nesse caso, a aguardente, cuja fabricação era proibida, atuava como uma espécie de “válvula de escape” líquida que os detentos ingeriam para mascarar as agruras do cárcere, além de outros tipos de entorpecentes que circulavam no interior do Carandiru. Esse discurso da dependência faz emergir uma memória sobre outro espaço de interdição: o manicômio. Local onde os pacientes vivem constantemente sobre o efeito de medicamentos e assim, como os presos, permanecem encarcerados e privados do meio social.

No interior do hospital, o louco é o alvo de certa relação de autoridade que se articulará em decisões, ordens, disciplinas etc. Essa relação de autoridade baseia-se em certo poder, que é político em sua trama profunda, mas se justifica também e se articula a partir de algumas condições ditas de racionalidade, e essa relação que se exerce permanentemente sobre o louco dentro do hospital é, pela própria maneira como o discurso e o personagem do médico funcionam na comunidade científica e na sociedade (FOUCAULT, 2015, p. 5-6)

A expressão “Apesar da punição com castigo na isolada” se aproxima do poder disciplinar que tornava o louco o alvo o qual justificava a existência do hospital psiquiátrico enquanto espaço científico capaz de auxiliá-lo no tratamento de sua anomalia por meio de um tratamento físico e medicamentoso que o tornava incapaz de criar uma resistência. Nesse sentido, a fabricação da aguardente também pode ser compreendida como uma forma de contrariar as normas impostas pela ordem disciplinar características desses dois lugares de interdições.

De todos os presos que passaram pela enfermaria, Edelson era o que tinha mais jeito para a medicina. Era o preferido da malandragem para aplicar injeções, fazer curativos e, nas madrugadas sofridas, receitar o melhor tratamento sintomático. Com a experiência, aprendeu a diagnosticar tuberculose melhor do que muito médico. Trazia o doente já com a conduta: – Doutor, esse aqui tem febre, dor no peito e sudorese noturna. Foi receitado soro com vitamina e ampicilina, mas eu já comecei o esquema tríplice. Agradável no trato, dentes preservados, roupa cuidada, destoava naquele ambiente de homens pobres e corpos marcados pela violência. (VARELLA, 2003, p. 205)

Na narrativa de Varela, o personagem Edelson, em alguns momentos, é nomeado como “falso médico” “Voltei na semana seguinte e reuni o trio de auxiliares: o falso médico Edelson [...]” (VARELLA, 2003, p. 86). Essa nomeação se deve ao fato desse personagem possuir habilidades básicas da área de saúde, o que o tornou muito útil como auxiliar de Varela na enfermaria.

As expressões “Era o que tinha mais jeito para a medicina” e “aprendeu a diagnosticar tuberculose melhor do que muito médico”, além de destacar a competência do detento, também faz ressoar outro discurso em torno das oportunidades profissionais caso ele não fosse um dos tantos encarcerados no Carandiru que, interdiscursivamente, retoma outro discurso: o da reinserção social.

Uma vez cumprida a pena “pagar uma dívida com a sociedade”, sabe-se que a maioria dos homens que passaram pelas celas do Carandiru, ao retornarem à liberdade, encontraram inúmeras dificuldades de se inserirem novamente no meio social, pois carregavam uma marca em seus históricos de vida que o preconceito tornava-a evidente. Nesse sentido, a expressão “destoava naquele ambiente de homens pobres e corpos marcados pela violência” também indica uma preocupação do médico com o futuro de Edelson que mesmo com talento para a área médica poderia padecer “naquele ambiente” tão marcado pela exclusão.

No terceiro andar, ao ouvir o aviso para sair da galeria, Dadá, um ladrão de Carapicuíba que sobreviveu a seis tiros de um justiceiro contratado pelos comerciantes do bairro, único desencaminhado numa família de crentes praticantes e que na véspera havia recebido uma carta da mãe pedindo-lhe que não deixasse de ler na Bíblia o Salmo 91, teve uma impressão falsa – Estava meio sinistro. Vinha uma pá de polícia de máscara, só com os olhos de fora, metralhadora, latido de cachorro e um helicóptero abaixando bem baixinho, com um cano para fora. Já entraram no andar de baixo atirando, mas eu, idiota, achei que era bala de festim (VARELLA, 2003, p. 286)

O fragmento acima pertence ao capítulo “O Ataque” de “Estação Carandiru” que compõe um dos três capítulos que tratam dos relatos ocorridos em 02 de outubro no pavilhão 9. Nele, o personagem Dadá é apresentado como um detento que antes de ser preso quase perdeu a vida “sobreviveu a seis tiros de um justiceiro [...]” e faz parte de uma família religiosa. Sua mãe lhe envia uma carta “[...] na véspera havia recebido uma carta da mãe pedindo-lhe que não deixasse de ler na Bíblia o Salmo 91 [...]”. Essa referência à Bíblia convoca para o texto a memória religiosa e suas implicações de sentido.

O percurso narrativo de Dadá é caracterizado pelo milagre divino. Primeiro, sobrevive aos tiros do justiceiro, depois, com o invasão da PM no terceiro andar do pavilhão 9, sai ferido do interior do xadrez com um tiro de raspão “morreram onze, escapei só eu, com um tiro de raspão no pescoço[...]” (VARELLA, 2003, p. 287), ao sair da cela nu, recebe um golpe, cai na escada e é atacado por um cachorro da PM “O pastor veio em cima – O tombo causou um branco na mente. Foi até bom, porque na hora nem senti as mordidas do cachorro nas pernas e no testículo” (VARELLA, 2003, p. 290), sobrevive ao ataque do animal e posteriormente, os soldados da polícia pedem para ele e outros sobreviventes descerem pelas escadas com os corpos dos mortos, após isso, um dos policiais quer matá-lo, só não o faz, porque Dadá se parece com seu filho mais velho “[...] deu graças a Deus pela semelhança física com o primogênito do militar – Eu tirei a noção de que o filho dele me salvou a vida, depois de ver que os demais carregadores sumiram para sempre” (VARELLA, 2003, p. 294). No dia seguinte, após sobreviver à ação da polícia, encontra uma bíblia “[...] finalmente leu o Salmo 91 recomendado pela mãe na véspera, e diz que chorou feito criança com o trecho – Mil cairão a teu lado e dez mil à tua direita, mas tu não serás atingido; nada chegará a tua tenda” (VARELLA, 2003, p. 295).

Esse personagem incorpora o próprio tema religioso, é um exemplo concreto de milagre frente à adversidade sofrida durante as horas em que o conflito se

estendeu pelo pavilhão 9. Sua presença no texto de Varella faz com que outros dizeres se movimentem, façam sentido. Além do sagrado, o discurso mítico do herói também é resgatado na trajetória de Dadá, pois ele passou por provações, sofreu ferimentos e permaneceu vivo até o fim da ação militar como um verdadeiro protegido das forças divinas “mas tu não serás atingido”.

A memória religiosa, perceptível no salmo bíblico, faz com que ocorra um efeito catártico no texto de Varella, um equilíbrio sacralizador entre as forças em confronto (morte versus vida), suavizando os impactos do discurso da violência. Seu percurso de luta pela sobrevivência inicia-se no segundo capítulo e prolonga-se até o final de “O rescaldo” com a leitura do salmo 91.

No dia 2 de outubro de 1992, morreram 111 homens no pavilhão Nove, segundo a versão oficial. Os presos afirmam que foram mais de duzentos e cinquenta, contados os que saíram feridos e nunca retornaram. Nos números oficiais não há referência a feridos. Não houve mortes entre os policiais militares. (VARELLA, 2003, p. 295)

Às sete da manhã do dia 2 de outubro de 1992, olhou as plantas no corredor, regou dois vasos de avenca e saiu de casa, como de rotina. Pegou o metrô na estação Tatuapé, desceu na Sé e fez a conexão para Santana. Dez para as oito entrava para ocupar o posto de chefe titular substituto do pavilhão Oito da Casa de Detenção, conhecida popularmente como Carandiru. Quando seu Araújo passou pela Portaria, um colega baixo e entroncado, com a barba por fazer, tomou o cuidado de avisá-lo: – Está havendo um probleminha no pavilhão Nove. Fica esperto. (VARELLA, 2012, p. 7)

As ações ocorridas em 2 de outubro de 1992 no pavilhão 9 é um dos acontecimentos históricos mais marcantes na história da Casa de Detenção de São Paulo. Essa importância se verifica na sequência narrativa sobre esse fato que é tratado nos dois livros de Varella que analisamos. Em “Estação Carandiru” as ocorrências desse dia são relatadas nos três últimos capítulos e se finalizam com o primeiro fragmento acima. Enquanto que em “Carcereiros” o mesmo acontecimento é narrado pela ótica dos carcereiros que estavam no pavilhão 8 e se encontra na abertura do livro.

Na primeira obra, Varella fragmenta a história do massacre em três pequenos capítulos e evita os detalhes da ação militar, preferindo, durante a narrativa, que alguns detentos descrevam o ocorrido “Ouvi apenas os presos. Segundo eles, tudo aconteceu como está relatado a seguir (VARELLA, 2003, p. 285). A expressão “segundo eles” indica a conformidade de quem irá dizer, ou seja, “eles” (presos) foram autorizados a

falar e delega também a responsabilidade do que será dito aos sujeitos desse dizer (discurso de autoridade). Eximindo o mediador das consequências desses dizeres e os efeitos de sentido que recairão sobre os acontecimentos mencionados. A voz dada aos detentos sobreviventes, por meio do discurso direto no texto de Varella, permite que sua FD mantenha-se afastada dos perigos da ordem do discurso e cria o efeito de veracidade à narrativa, pois pressupõe que são os próprios presos (*in loco*) que estão descrevendo o que “realmente” aconteceu no pavilhão 9. (MARIANO, 2012).

As expressões “morreram 111 homens” e “foram mais de duzentos e cinquenta” representam, discursivamente, diferentes FDs que ao questionarem o real número de vítimas após a ação militar, colocam em circulação diferentes posições ideológicas, criando uma disputa discursiva que mobiliza a memória e os anseios de se cristalizar esse ou aquele discurso.

Acreditamos que a partir do Massacre do Carandiru uma nova regularidade discursiva é imposta sobre o que pode e deve ser dito. Quando esse acontecimento histórico é discursivizado por Varella, a palavra “massacre”, por exemplo, é um termo que não é mencionado, é como se uma censura fosse imposta a certas palavras ou expressões. Essa característica já não ocorre em “Carcereiros” que já no início da obra, o autor retoma a memória sobre os acontecimentos do dia 2 a partir do trabalho heroico dos carcereiros em controlar toda a população carcerária do pavilhão 8, durante a ação militar no pavilhão 9, inclusive, a palavra “massacre” é mencionada com mais frequência ao longo do livro. Nesse sentido, os relatos sobre o massacre atuam como um elo entre as duas obras, um fio discursivo que traz para a narrativa de Varella diferentes discursos que revelam outro efeito de sentido sobre o que é dito.

Guardas de presídio como seu Araújo formam uma corporação a um só tempo homogênea e diversa. A variedade dos aspectos físicos é enorme: vai dos baixos e magros aos de porte avantajado, que, embora nem sempre sejam altos, têm força para agarrar boi bravo pelos chifres. O tipo forte e rude predomina entre os mais velhos, contratados num tempo em que as cadeias eram tocadas na base do enfrentamento (VARELLA, 2012, p. 29)

Ao descrever a aparência física dos carcereiros, Varella chama a atenção para as diferenças que existiam entre eles “vai dos baixos e magros aos de porte avantajado e destaca que a força não estava relacionada ao porte físico que o carcereiro apresentava,



porém os termos “tipo forte e rude” e “enfrentamento” sugerem a inscrição de outro discurso em torno do imaginário social sobre a figura imponente do carcereiro.

Nesse discurso, a força física apresentar-se-ia como um atributo de segurança e resistência do carcereiro ao enfrentar as inúmeras situações de perigo que o ambiente carcerário apresenta, mas também representa uma condição de impor respeito diante dos presos e pela “força” aplicar-lhes castigos e punições. Condição, esta, que aproximaria o carcereiro do carrasco.

Diante dessas relações interdiscursivas, teríamos a memória da tortura no ambiente prisional como forma de punição sobre os condenados, uma ação muito almejada por parte do corpo social que defende um poderoso clichê de que “bandido bom é bandido morto”. Assim, o “tipo forte e rude” seria a característica ideal de carcereiro para a execução de tais práticas, algo que Varella desmitifica ao longo do seu livro.

Soube da existência de Luizão pelos jornais que noticiaram as mortes na tentativa de fuga de 1982 na Casa de Detenção, dirigida por ele naquela época. Jamais imaginei que viesse a conhecê-lo, muito menos que jantaríamos num restaurante do centro da cidade dez anos mais tarde, que ainda seríamos amigos fraternos e que me tornaria seu médico (VARELLA, 2012, p. 93)

No fragmento, Varella chama de Luizão o que considera um dos principais diretores que o Carandiru já teve. “[...] Luiz Wolfmann, o Luizão, lendário diretor-geral do Carandiru e da Penitenciária nos anos 1980” (VARELLA, 2012, p. 43). Segundo o autor, suas histórias ocorridas no meio carcerário eram extraordinárias e ricas em detalhes como a tentativa de fuga de 1982 que causou a morte de dois funcionários que faziam a escolta de Wolfmann. Esse episódio é relatado por Varella em “Carcereiros” no capítulo “Fuga Sangrenta” em que alguns presos amotinados fizeram o diretor como refém numa tentativa de escaparem pela entrada do presídio “Gringo, o chefe deles, foi justamente o que encostou o revólver na cabeça de Luizão e lhe transmitiu a certeza de que morreria daquela vez, merecidamente” (VARELLA, 2012, p. 204). No desfecho dessa história, os detentos envolvidos na fuga foram mortos pelos atiradores de elite e Wolfmann, que havia enfrentado um dos presos, sai com um corte na cabeça devido a um dos facões que os rebelados possuíam.

Para Varella, o ato de coragem do ex-diretor do Carandiru em enfrentar os detentos amotinados é narrado como um feito heroico e contribui para a caracterização dos funcionários como aqueles que, apesar das condições de trabalho precárias, eram capazes

de arriscar a própria vida em nome da vigilância constante do presídio para que nenhum preso fugisse. Esse desejo de fugir por parte dos encarcerados pode ser compreendido como um discurso de resistência ao poder disciplinar que os mantinha isolados constantemente por grades e muralhas e remete a uma das práticas que os carcereiros tentavam diariamente evitar no pavilhão Sete conhecido por ser a “fábrica de túneis” da Detenção. Sobre isso, Varella menciona em “Estação Carandiru”. “Duas ou três semanas depois, em casa, no café da manhã, abro o jornal: “Detentos fogem através de túnel no Carandiru”. O buraco, escondido atrás de uma miragem de Nossa Senhora Aparecida foi aberto numa sala do Patronato [...] no térreo do Sete” (VARELLA, 2003, p. 97).

A solidariedade entre carcereiros é comparável à dos soldados em guerra. Como no caso dos militares nas trincheiras, a vida do guarda de presídio está nas mãos do companheiro de trabalho: uma palavra mal colocada, um passo em falso, uma simples distração podem comprometer a integridade física de todos. Cumprir o expediente em contato direto com homens enjaulados não é uma profissão qualquer, exige equilíbrio psicológico, perspicácia, sabedoria, capacidade de discernimento, astúcia e atenção permanente (VARELLA, 2012, p. 99)

Os termos “equilíbrio psicológico”, “sabedoria”, “astúcia” entre outros citados no fragmento acima indicam que a força física não era uma garantia de segurança para os carcereiros, pois necessitavam de uma ajuda mútua semelhante aos soldados em situação de combate. Nessa analogia feita por Varella, a expressão “soldados em guerra” evoca o discurso bélico o qual se filia às ações da PM nas revistas realizadas no interior do Carandiru, mas diferentes da corporação da PM, os carcereiros não portavam armas e contavam com a ajuda mútua para desarticular as intrigas entre os presos e evitar situações que poderiam sair do controle como, por exemplo, uma rebelião dentro de um dos pavilhões. Por isso, Varella afirma que “não é uma profissão qualquer”.

A expressão “atenção permanente” relacionada ao espaço da prisão como um local onde a vigilância atua por excelência traz à tona o discurso sobre o Panóptico de Bentham. Um dispositivo construído em que a vigilância podia ver sem parar e agir imediatamente sem ser vista. Ele fazia com que o detento tivesse consciência de que estava sendo vigiado, pois permanecia sempre visível, mesmo que um vigia não o observasse naquele momento, o preso sabia que em algum instante isso poderia acontecer. Foucault descreve seu princípio de funcionamento da seguinte forma:

O Panóptico de Bentham é a figura arquitetural dessa composição. O princípio é conhecido: na periferia uma construção em anel; no centro, uma torre; esta é vazada de largas janelas que se abrem sobre a face interna do anel; a construção periférica é dividida em celas, cada uma atravessando toda a espessura da construção; elas têm duas janelas, uma para o interior, correspondendo às janelas da torre; outra, que dá para o exterior, permite que a luz atravesse a cela de lado a lado. Basta então colocar um vigia na torre central, e em cada cela trancar um louco, um doente, um condenado, um operário ou um escolar. Pelo efeito da contraluz, pode-se perceber da torre, recortando-se exatamente sobre a claridade, as pequenas silhuetas cativas nas celas da periferia (FOUCAULT, 2004b, p. 165-166)

Escondido atrás de olhos disseminados pelo espaço, o poder disciplinar poderia aplicar sua didática corporal sem que sua origem fosse identificada. Dissolvido nas relações sociais entre detentos, funcionários, policiais, advogados, médicos, familiares, juízes entre outras, permaneceria com o rosto encoberto, protegido de um possível ataque da resistência indisciplinar. Assim, os presos estariam vigiados e impossibilitados de praticar qualquer ato nocivo que pudesse acarretar uma punição. Punir não era o objetivo de sua ação.

Seu problema não era fazer com que as pessoas fossem punidas, mas que nem pudessem agir mal, de tanto que se sentiriam mergulhadas, imersas em um campo de visibilidade total em que a opinião dos outros, o olhar dos outros, o discurso dos outros impediria de fazer o mal ou o nocivo [...] (FOUCAULT, 2004a, p. 215-216)

É um olhar que inibe e mantém a ordem disciplinar a um baixo custo, pois um só homem mesmo desarmado pode vigiar muitos e notar qualquer desatenção ou desobediência de um determinado grupo de prisioneiros. Essa vigilância constante favorece o processo produtivo dos saberes que examina a vida dos encarcerados. [...] é um tipo de funcionamento em que o poder poderá se exercer pelo simples fato de que as coisas serão sabidas e de que as pessoas serão vistas por um tipo de olhar imediato [...] (FOUCAULT, 2004a, p. 216).

Uma prática visual que era utilizada nos agitados pavilhões do Carandiru, pois por eles havia um fluxo crescente de presos fora de suas celas. Muitos estavam envolvidos em atividades, em oficinas de trabalho. Cada um procurava algo para ocupar o tempo e a mente. E toda essa movimentação de detentos incomodava os olhos da vigilância. “[...] se cada pavilhão pudesse ser isolado como uma unidade autônoma, ficaria mais fácil vigiar.” (VARELLA, 2003, p. 18-19).

A vigilância do poder não adormecia o seu foco de visão pelos corredores dos pavilhões do Carandiru. Ela estava atenta a qualquer ato indisciplinar e a qualquer manifestação perturbadora da ordem corporal estabelecida. Aqueles que se desviavam das normas, tornavam-se um alvo fácil do saber examinador e de um poder que corrigiria e puniria caso fosse necessário. Cada um vigiava o outro e a si mesmo. Nesse sentido, o olhar vigilante dos carcereiros representava a ação panóptica no interior da Detenção.

– Mal encosto no balcão, já vem o bem-estar. No primeiro gole de conhaque saio voando do inferno para o paraíso. Assim descreveu a sensação que lhe trazia o bar no fim do expediente um moreno alto, jovem ainda, que dava plantão no setor do Amarelo com um pedaço de cano nas mãos, para lá e para cá, o tempo todo, dois anos mais tarde afastado para tratamento psiquiátrico no Hospital do Servidor. As cadeias são ambientes cinzentos, mesmo que não estejam pintadas dessa cor. A presença ostensiva das grades, das trancas e o som de ferro das portas quando se fecham oprimem o espírito de forma tão contundente, que em mais de vinte anos jamais encontrei alguém que dissesse sentir prazer quando entra num presídio. Ao contrário, a sensação de alívio ao cruzar o portão que dá acesso à rua é universal (VARELLA, 2012, p. 115)

A antítese “inferno/paraíso”, encontrada no excerto acima, revela traços do ambiente hostil e cinzento que representava o presídio na vida dos carcereiros. A expressão “No primeiro gole de conhaque” mostra que o consumo de bebida alcoólica realizado por alguns funcionários, ao deixar o local de trabalho, era uma forma de aliviar as tensões provocadas pelo convívio constante no interior do Carandiru. Essa necessidade da bebida como uma maneira de alívio se assemelha ao consumo ilegal da aguardente “maria-louca” entre os detentos e o uso desses dois produtos poderia, com os anos, tornar-se um problema grave de saúde, tanto para os carcereiros como para os presos.

A expressão “tratamento psiquiátrico” demonstra uma das causas dessa pressão que oprimia o espírito humano entre os corredores e grades da Detenção, fazendo com que alguns dos carcereiros na condição de funcionários que entravam e saíam do Carandiru, também tivessem uma forma de aprisionamento psicológico proporcionada pelo trabalho que desempenhavam no presídio. Assim, a memória do espaço psiquiátrico se aproxima mais uma vez, por meio do fio interdiscursivo, dos dizeres que constituem a narrativa de Varella.

A Casa de Detenção era um verdadeiro coração de mãe. Funcionava como válvula de escape do Sistema, sempre pronta a dar vazão às tensões provocadas pela superlotação nos distritos policiais e nas cadeias do interior e da capital. Pelos portões entravam em média quarenta a cinquenta detentos por dia, número em geral maior que o de libertações. Eventualmente, chegavam cem ou mais. Era

só haver rebelião numa delegacia ou em qualquer presídio para os presos serem transferidos para lá, muitas vezes em plena madrugada. Arranjavam-se como podiam na Triagem Um, no térreo do pavilhão Dois, cela de oito metros por quatro, espalhados pelo chão em colchonetes de espuma enrijecidos de tanto uso ou sobre pedaços de papelão surrado (VARELLA, 2012, p. 127)

A expressão “coração de mãe” cria um efeito de eufemismo quando relacionada ao termo “superlotação”, relatando uma prática que ocorria com frequência no Carandiru e tornava o trabalho dos carcereiros mais intenso, pois a Detenção já sofria com a superlotação de seus pavilhões e a chegada de presos transferidos, colocava em risco a segurança de todos.

O termo “rebelião” quando inscrito em determinada FD como a dos movimentos estudantis pode representar a luta por direitos sociais, mas ao se relacionar aos discursos em torno do espaço prisional, produz um efeito de sentido que faz emergir os problemas do sistema penitenciário brasileiro “Funcionava como válvula de escape do Sistema” e no caso do Carandiru, aciona a memória discursiva de outras rebeliões ocorridas no próprio presídio que tiveram um desfecho problemático após a intervenção de forças militares externas. Nesse sentido, as expressões “transferidos para lá” e “espalhados pelo chão” indicam que a superlotação poderia, a qualquer momento, gerar um tumulto que alimentaria uma rebelião e essa possibilidade preocupava os carcereiros. Por isso, Varella destaca a coragem desses funcionários diante de situações tão adversas.

Na Detenção o procedimento para receber os PMS do Choque que era padronizado: pela manhã, as celas permaneciam trancadas e a tropa se reunia no pátio interno, cada soldado com um cão policial e uma metralhadora. Prevendo o pior, os presos que guardavam facas no xadrez se livravam delas: uma chuva de estiletes e facões de todos os tamanhos despencava das janelas e ricocheteava no chão; ninguém se arriscava a cruzar o pátio naquela hora (VARELLA, 2012, p. 143)

A revista realizada pela PM nos pavilhões, segundo Varella, trazia um temor à população carcerária, especialmente, aos presos que possuíam algum tipo de arma. No fragmento acima, a expressão “cada soldado com um cão policial e uma metralhadora” aciona o discurso bélico, criando um efeito de sentido de que os soldados do choque se preparavam para uma possível batalha contra seus inimigos: os detentos. Esse suposto conflito entre detentos desarmados contra policiais militares armados e acompanhado de cães por meio da expressão “Prevendo o pior” aciona outra memória de outra ação

envolvendo os dois grupos em questão. Uma memória que não se descola nas/pelas discursividades em torno do Carandiru conhecida como Massacre do Pavilhão 9.

Após os acontecimentos de outubro de 1992, toda ação da PM como as revistas, por exemplo, aos pavilhões trazia uma preocupação entre os detentos de que o passado pudesse se repetir tragicamente, mesmo com a presença de policiais femininas integrando a PM “Quando as mulheres entraram para a PM, o choque pôde contar com a presença feminina, incluída na tropa com a provável intenção de humanizá-la” (VARELLA, 2012, p. 143).

É bom acrescentar que a expressão “cada soldado com um cão policial e uma metralhadora”, interdiscursivamente, também retoma a memória relacionada ao genocídio dos judeus na II Guerra Mundial na qual os soldados alemães vigiavam os campos de concentração armados e com cães, rondavam o perímetro e revistavam aqueles que apresentavam uma atitude suspeita.

Esses homens foram contratados numa época em que bater nos presos malcomportados era política institucional consentida pela sociedade, não receberam treinamento nem tinham preparo para tomar conta daqueles que queremos ver atrás das grades, sem nos importarmos com a precariedade dos espaços nos quais serão encarcerados. Atirados num ambiente dominado pelos piores instintos humanos, em contato direto com a violência, com salários insuficientes para sustentar a família em condições de trabalho quase medievais e a vida em risco permanente, cada um procurou agir da forma que lhe pareceu mais sensata (VARELLA, 2012, p. 226)

Esse fragmento compõe a última página de “Carcereiros”, momento no qual Varella realiza suas reflexões finais sobre a dura rotina de trabalho que os carcereiros faziam sem estarem adequadamente preparados “para tomar conta daqueles que queremos ver atrás das grades”.

A prisão aqui é vista como um espaço inadequado à regeneração humana, por isso era um “ambiente dominado pelos piores instintos humanos”. Nessa expressão, encontramos o discurso da necessidade da interdição carcerária como uma prática legalizada institucionalmente para segregar aqueles que possuem um comportamento inadequado em relação aos indivíduos considerados justos perante os olhos do saber jurídico. A memória da legitimidade das instituições penais no corpo social se faz presente nesses dizeres e ao se relacionar com a expressão “bater nos presos” traz à tona outra

memória por meio do discurso da tortura como uma ação repressiva consentida pela sociedade.

A expressão “condições de trabalho quase medievais” aciona o discurso sobre a constituição histórica da prisão enquanto um espaço de punição que foi legitimado pelo discurso jurídico como forma de tornar os corpos dóceis “Como não seria a prisão imediatamente aceita, pois se só o que ela faz, ao encarcerar, ao retrainar, ao tornar dócil, é reproduzir, podendo sempre acentuá-los um pouco” (FOUCAULT, 2004, p. 196).

Graças a esses elementos, as técnicas disciplinares podiam operar no condicionamento corporal dos detentos, tornando seus corpos obedientes e úteis ao longo dos dias, das semanas e dos meses. O tempo trabalha a favor da máquina corporal na interdição (duração da pena) e na fabricação de um novo saber (reeducação social). Nesse sentido, a espacialidade externa e interna de cada pavilhão atendia às exigências da máquina de sujeição corporal. Um poder que atuava 24 horas sobre a vida de mais de 7 mil presos desarticulando-os, organizando-os, moldando-os, individualizando-os, disciplinando-os, fazendo de cada pavilhão do Carandiru, que era vigiado pelos carcereiros, um exemplo de mecanismo de comando social característico da sociedade disciplinar que surgiu a partir do século 18.

Sociedade disciplinar é aquela na qual o comando social é construído mediante uma rede difusa de dispositivos e ou aparelhos que produzem e regulam os costumes, os hábitos e as práticas produtivas. Consegue-se pôr para funcionar essa sociedade, e assegurar obediência a suas regras e mecanismos de inclusão e/ou de exclusão, por meio de instituições disciplinares (a prisão, a fábrica, o asilo, o hospital, a universidade, a escola e assim por diante) que estruturam o terreno social e fornecem explicações lógicas para a “razão” da disciplina. O poder disciplinar se manifesta, com efeito, na estruturação de parâmetros e limites do pensamento e da prática, sancionando e prescrevendo comportamentos normais e/ou desviados (HARDT; NEGRI, 2006, p. 42)

É bom ressaltar que apesar do caráter disciplinar que regia as relações internas no Carandiru, o contato entre as diferenças foi uma prática constante no presídio durante sua existência. As fotos das mulheres nuas convivendo ao lado das figuras religiosas, a imagem de Cristo tatuada no corpo de um preso, a da caveira, em outro, a sombra do interior da cela em contraste com o filete de luz da janela cercada por grades, os vigias na torre observando o jogo de futebol dos detentos, o encontro do preso com sua família no dia de visita, a linguagem formal da administração ao lado da gíria malandra do cotidiano dos corredores. A mobilidade de suas fronteiras possibilitava que as diferenças se

aproximassem, compenetrassem-se, contaminassem-se no seu terreno ora firme, ora movediço. Era o encontro que atraía e expelia e toda essa dinamicidade que ocorria nos pavilhões do Carandiru estava sempre sobre os olhares atentos dos carcereiros.

Assim, trabalhar nesse ambiente prisional diante de situações adversas com baixa remuneração, convivendo com uma massa carcerária muito superior ao número de funcionários, sujeitando-se a enfrentar ameaças de determinados detentos ou desarticular possíveis rebeliões, utilizando apenas o diálogo como arma de convencimento, é para Drauzio Varella uma profissão digna de heroísmo e não poderia, com a desativação da Detenção, ser esquecida no anonimato característico da vivência desses profissionais como parte da história do Carandiru.

Na análise discursiva dos fragmentos selecionados acima. Percebemos que em “Estação Carandiru” há uma preocupação inicial com a descrição física do presídio e da funcionalidade de cada pavilhão que atuava como um modelo da máquina disciplinar que agia diariamente sobre a vida dos detentos. Por isso, o diretor alertava os novatos sobre as condições adversas de se cumprir pena naquele espaço prisional, exaltando a sua grandiosidade.

Realizada a apresentação física do velho “casarão” como Varella nomeava os pavilhões, o autor inicia seu percurso narrativo destacando também alguns aspectos externos como o sacrifício dos familiares na entrada do presídio no aguardo da próxima visita. Essas ações mobilizam um discurso que se relaciona à dignidade humana. Uma característica discursiva almejada pela FD de Varella ao descrever os relatos vivenciados ao lado dos detentos na condição de médico e de conselheiro.

Ao começar o seu trabalho no Carandiru, Varella realiza algumas pesquisas que lhe oferecem um diagnóstico desafiador sobre a gravidade da epidemia do vírus HIV entre a população carcerária em um momento que essa doença era pouco conhecida, principalmente, para os detentos. Diante disso, o médico transforma a enfermaria do Pavilhão 4 em um importante laboratório de estudo e ações preventivas para conter o avanço do vírus, aproximando-se da memória da ação médica relacionada ao isolamento e tratamento dos enfermos que eram afastados do convívio social e aprisionados em pequenas vilas de cura.

A ação emergencial realizada por Varella (pesquisas, palestras, material informativo etc) foi decisiva para que ele adquirisse o respeito e a admiração entre os detentos e entre alguns funcionários que no início o viam com desconfiança. Essa



credibilidade dada ao médico do Carandiru fez com que a enfermaria se tornasse, em pouco tempo, um espaço de atendimento clínico e de aconselhamento, já que ao clinicar um preso enfermo, este, contava-lhe algo da vida pessoal e do funcionamento de cada pavilhão do presídio. Por isso, Varella denominava a enfermaria como um “minipátio de milagres”.

A aura constituída pelo saber médico permitiu que Varella percorresse os corredores, as galerias e algumas celas do Carandiru, vindo a conhecer diferentes histórias que, depois de maturadas e selecionadas, estampariam as páginas de seu livro, contando a história de personagens como: Sheila, Valente, Ezequiel, Edelson, Dadá entre outros que compõem a historicidade da Casa de Detenção de São Paulo.

É o discurso médico-científico que sustenta o que é dizível na narrativa de Varella e organiza o que pode e deve ser mencionado, dito, descrito, mostrado aos olhos do leitor. Nesse sentido, essa instância discursiva constitui tanto sua autoria, sua FD e seu discurso. Assim, o termo “minipátio de milagres” aproxima Varella do discurso religioso como aquele que trará a cura e aciona uma memória discursiva de outros discursos que gravitam em torno desse sentido, criando uma aliança entre o discurso de Varella e a religiosidade.

É bom lembrar que o discurso religioso é o mais acionado na tessitura de “Estação Carandiru” desde a atuação clínica de Varella até os feitos milagrosos no percurso narrativo de alguns personagens como Dadá que sobrevive ao massacre do Pavilhão 9. No livro, fica evidente que o médico do Carandiru seleciona palavras e expressões, tomando o cuidado para que elas não ameacem a sua ordem do discurso que é pautada no/pelo saber científico, distanciando-se do discurso bélico e daqueles que carregam uma memória marcada pela violência prisional como ocorre com os relatos do dia 2 de outubro de 92.

O Carandiru descrito por Varella mobiliza discursos em que a dignidade humana possa sobressair, ofuscando a degeneração corporal e mental que o presídio imprimia sobre a vida dos detentos. Logo, a valorização da origem familiar, o atendimento clínico, a confiança, o respeito, os aconselhamentos, tudo isso foi fundamental na constituição dos efeitos de sentido que certa memória aciona no decorrer dos capítulos de “Estação Carandiru”, pois Drauzio Varella possui a aura daquele que traz a cura aos detentos moribundos que estavam esquecidos a própria sorte nas numerosas celas do presídio.

Já em “Carcereiros”, notamos que essa aura em torno da cura e substituída por outros discursos que acionam outras memórias, especialmente, relacionadas ao campo do heroísmo. Isso fica comprovado no primeiro capítulo “Um dia trágico” em que os acontecimentos sobre o massacre do Pavilhão 9 são retomados, mas pela perspectiva do seu Araújo que chefiava o Pavilhão 8 e com o auxílio de outros funcionários, conseguiu impedir que os presos se rebelassem e os policiais da PM entrassem no interior da pavilhão, inclusive, em “Carcereiros” a palavra “massacre” é mencionada com maior frequência ao longo do livro, diferentemente de “Estação Carandiru”. E o que permite que isso ocorra?

Como o foco dessa obra é descrever o difícil trabalho dos guardas de presídio no interior do Carandiru, encontramos, ao longo de nossa análise, discursos em torno da aparência física e da presença dos policiais do Choque em dia de inspeção que acionam, interdiscursivamente, a memória da tortura e no casa da revista da PM, a memória sobre os acontecimentos do dia 2 de outubro.

Há também discursos sobre o alcoolismo, a dependência psiquiátrica provocada pelo ambiente carcerário e os funcionários que ao vigiarem constantemente os presos, representavam o próprio mecanismo do Panótipo de Bentham.

Ao final do livro, Varella faz uma reflexão sobre a dura rotina de trabalho vivenciada diariamente pelos carcereiros, pois além das péssimas condições de trabalho, o presídio é descrito como um local incapaz de regenerar aqueles que cumpriam a sua pena e aciona uma memória relacionada à constituição histórica da prisão enquanto um espaço de punição legitimado pelo discurso jurídico. Todo essa adversidade enfrentada pelos funcionários, segundo Varella, torna-os verdadeiros heróis.

Se em “Estação Carandiru” encontramos, principalmente, a memória em torno do discurso religioso da cura e em “Carcereiros” a memória relacionada ao heroísmo, sendo que essas duas instâncias discursivas auxiliam na organização discursiva materializada nos dois livros.

De que forma essas e outras memórias que analisamos se relacionam com o apagamento e a desmemória discursiva?

Por exemplo, a memória do discurso religioso que traz a aura da cura consegue apagar, silenciar outros discursos? Segundo Orlandi (1995) o apagamento pode

ser entendido por meio do silêncio que está presente no interior dos discursos. Essa questão que envolve o apagamento e a desmemória é a temática de nosso último capítulo.

## **CAPÍTULO 3 – Apagamento, desmemória e implosão**

### **3.1 – Quando se deseja apagar os rastros**

No segundo capítulo, notamos que a autoria de Drauzio Varella é validada pela instituição médica, pelo mercado editorial e pelos meios de comunicação de massa e mídias digitais e que sua FD está filiada ao discurso científico, mantendo uma relação discursiva com a FD do sistema prisional. Essa filiação ao discurso médico-científico ficou perceptível na análise de alguns fragmentos em que analisamos, especialmente, em “Estação Carandiru”, pois a FD de Varella, em alguns casos, aproxima-se, interdiscursivamente, do discurso religioso.

Neste terceiro e último capítulo, faremos a teorização e aplicação de conceitos que tratam do apagamento e da desmemória a fim de sabermos como esses elementos se relacionam com a memória e os acontecimentos que dizem respeito à implosão do Carandiru.

Se lembrar, esquecer ou apagar são ações que necessitam de uma seleção de informações que foram armazenadas e precisam ser acionadas pela memória. Podemos dizer que não há memória sem esquecimento ou apagamento. Esse apagar pode ser compreendido como uma opção de restringir ao essencial certos acontecimentos a respeito de um determinado discurso, mas também se caracteriza como uma ação deliberada de ocultação dos dizeres.

Segundo Robin (2016), o desaparecimento, a ausência de rastros de certos acontecimentos como os ocorridos durante a II Guerra Mundial com a comunidade judaica, por exemplo, em que os nomes daqueles que eram executados nas câmaras de gás não foram sequer registrados ou listados, mostra que o apagamento é uma forma de “abolir a memória” dos acontecimentos históricos e das pessoas “Há acontecimentos que não deixam traço algum nos arquivos ou cujos arquivos foram destruídos ou perdidos [...]” (ROBIN, 2016, p. 86).

Já para Báez (2006), o apagar de uma memória está relacionado à destruição de livros ao longo da história da humanidade por meio de incêndios, enchentes, terremotos, guerras e regimes autoritários que provocaram a destruição de bibliotecas e de milhares de livros “Um livro é destruído com a intenção de aniquilar a memória que encerra, isto é, o patrimônio de ideias de uma cultura inteira” (BÁEZ, 2006, p. 24).

Por outro lado, o ato de apagar pode ser entendido por meio do silenciamento. Orlandi (1995, p. 14) compreende essa ação a partir do silêncio. Um silêncio “[...] que atravessa as palavras, que existe entre elas, ou indica que o sentido pode sempre ser outro [...]”. Nesse caso, o silêncio é tratado com um elemento essencial à própria condição de significar.

Por possuir uma natureza contínua, o silêncio permite ao sujeito se mover em diferentes significações e ao dizer, percorrer novos sentidos. “O funcionamento do silêncio atesta o movimento do discurso [...]” (ORLANDI, 1995, p. 17). Esse movimento indica que o silêncio é algo que significa, que produz diferentes efeitos de sentido, distinguindo-se do implícito, que precisa do dito para colocar-se sob a significação. Para tratar disso, a autora destaca dois pontos: o silêncio “fundante” e o silêncio como política de censura.

[...] distinguimos entre a) o silêncio fundador, aquele que existe nas palavras, que significa o não dito e que dá espaço de recuo significante, produzindo as condições para significar e b) a política do silêncio que se subdivide em b1) silêncio constitutivo, o que nos indica que para dizer é preciso não dizer (uma palavra apaga necessariamente as “outras” palavras) e b2) o silêncio local, que refere à censura propriamente (aquilo que é proibido dizer em uma certa conjuntura). Isso tudo nos faz compreender que estar no sentido com palavras e estar no sentido em silêncio são modos absolutamente diferentes entre si. E isto faz parte da nossa forma de significar, de nos relacionarmos com o mundo, com as coisas e com as pessoas (ORLANDI, 1995, p. 23-24)

Essas duas formas demonstram a complexidade sobre o silêncio e a produção de sentido. Ele fundamenta o movimento da interpretação, pois há uma dimensão do silêncio que se refere ao caráter de incompletude da linguagem, já que todo dizer é uma relação com o não dizer, ou seja, ao refletirmos sobre o silêncio, em certos discursos, poderemos identificar o apagamento de palavras vindas de outras formações discursivas.

Nessa perspectiva teórica de Orlandi, entendemos que a memória não tratará apenas daquilo que pode ser lembrado, rememorado, evocado ou armazenado em um determinado suporte discursivo. Ela diz respeito também ao esquecimento e ao apagamento de palavras, textos, imagens, monumentos e ideias que circularam em certo contexto histórico-social. Segundo Rossi (2010), a História possui inúmeros exemplos de formas de apagamento.

A história do século XX, conforme bem sabemos também quando tentamos esquecê-lo, está cheia de censuras, apagamentos, ocultações, sumiços, condenações, retratações públicas e confissões de inúmeras traições, além de

declarações de culpa e de vergonha. Obras inteiras de história foram reescritas, apagando os nomes dos heróis de um período; catálogos editoriais foram mutilados, assim como foram subtraídas fichas nos catálogos das bibliotecas; foram publicados livros com conclusões diferentes das originais, passagens foram retiradas, textos foram montados em analogias numa ordem favorável a documentar filiações ideais inexistentes e ortodoxias políticas imaginárias. Primeiro, foram queimados os livros. Depois, foram eliminados das bibliotecas, na tentativa de apagá-los da história. Primeiro, foram eliminados inúmeros seres humanos, depois, tentaram apagar os apagamentos, negar os fatos, obstaculizar a reconstrução dos eventos, vetar a contagem das vítimas, impedir a lembrança (ROSSI, 2010, p. 33)

Nesse sentido, apagar configura-se como um ato de interdição em que alguém ou um grupo através de uma ação específica (queimar, esconder, derrubar, reescrever etc) tenta calar certos discursos para que eles não façam eco na arena social, já que os dizeres passam por mecanismos de controle.

Como o dizer é controlado e vigiado, o apagamento torna-se uma prática que visa a interesses pessoais (políticos, religiosos, econômicos ou culturais) de quem a executa, incluindo-se, portanto, nos jogos de poder e disputas que movimentam as relações sociais, pois há o interesse de que uma palavra, um texto, um discurso não seja dito, mencionado e permaneça no silêncio dos espaços discursivos para que, finalmente, caia no abismo do esquecimento, podendo retornar ou não do seu exílio.

Por estar vinculado aos jogos de poder, o ato de apagar não está livre das implicações ideológicas de quem faz uso desse mecanismo de silenciamento, porque, ao fazê-lo, fica evidente que alguém ou um grupo que representa um determinado lugar ideológico procura ocultar, fazer calar e destruir a “verdade” de um certo dizer em benefício próprio, opondo-se aos interesses daquele que foi silenciado. São as lutas em torno do poder.

Por mais que o discurso seja aparentemente bem pouca coisa, as interdições que o atingem revelam logo, rapidamente, sua ligação com o desejo e com o poder. [...] o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar (FOUCAULT, 2008a, p. 10)

Essa luta pelo poder faz com que uma FD acabe assumindo como tarefa a proteção de seu domínio discursivo perante outras FDs, pois no interior dos discursos ocorrem embates sociais e se uma FD defende o discurso X, possivelmente, entrará em atrito com uma outra FD partidária do discurso Y ou Z quando, aquela, sentir-se contrariada ou ameaçada na ordem do discurso

Assim, o apagamento, neste caso, apresentar-se-ia como uma forma de se evitar o confronto direto, ocultando aquilo (palavra, texto, discurso, imagem etc) que colocaria em risco a estabilidade e os interesses de uma FD, especialmente, pela regulação discursiva provocada por um novo acontecimento.

É bom acrescentar que na irrupção de um novo discurso, graças às relações interdiscursivas, essa estabilidade almejada estará sempre sobre ameaça, pois não há como cristalizá-la delimitando seus efeitos de sentido. O discurso “[...] uma vez posto em circulação, ele pode se deslocar por qualquer ponto dos processos discursivos” (ORLANDI, 1995, p. 121).

Essa circulação ocorre nos dois livros de Drauzio Varella, que tomados enquanto materialidade discursiva, eles produzem sentido, dialogam com diferentes FDs e movimentam a significação em torno dos dizeres sobre a memória do Carandiru. E como esses textos lidam com o apagamento? O que é apagado discursivamente nas narrativas de Varella? Sabemos que sua FD organiza o que pode e deve ser escrito, tendo no saber científico seu amparo para se falar sobre o Carandiru.

Entendo que o conceito de “política do silêncio” de Orlandi (1995) é pertinente à nossa investigação sobre o apagamento nas duas obras em questão, por apresentar um dizer que apaga outro (constitutivo) e aquilo que deve ser censurado.

A prisão é um local de interdição por excelência, além do corpo que é disciplinado pelas técnicas coercitivas, o dizer é cerceado, vigiado como menciona Varella “O crime é silêncio” (VARELLA, 2003, p. 15).

Essa expressão refere-se aos saberes e mandamentos que circulavam entre a população carcerária, funcionando como uma advertência que regulava o comportamento e os dizeres de quem andava pelos corredores. Algo que Varella aprendeu no decorrer do seu trabalho, inclusive, nos atendimentos realizados na enfermaria “Na cadeia, certos temas queimam a língua de quem fala e os ouvidos que escutam” (VARELLA, 2003, p. 97). O enunciado “queimam a língua”, metaforicamente, refere-se ao cuidado que se deve ter ao proferir certos dizeres no ambiente prisional, mesmo para aqueles que traziam a aura da cura “ – Olha, não sou polícia, venho aqui atender quem está doente. Pode confiar” (VARELLA, 2003, p. 97)

O silêncio entre os detentos e os carcereiros poderia garantir a sobrevivência desse ou daquele indivíduo, inclusive, do próprio médico do Carandiru. Por isso, as

palavras eram medidas, calculadas, oprimidas pelas relações sociais estabelecidas nesse espaço de reclusão.

Para tratar desse apagamento nas duas narrativas. Dividimos nossa análise em três temáticas: o estilo descritivo e o uso do linguajar científico, a escolha dos personagens que podem falar e a censura a determinadas palavras.

É notório, especialmente, em “Estação Carandiru” o uso de termos técnicos e expressões da área médica, apesar de parecer uma ação óbvia, essa utilização exerce um papel importante na construção discursiva que Varella imprime a sua narrativa cuja principal característica é a objetividade descritiva “Ronaldo, um ladrão com Aids que fugiu do hospital penitenciário e foi preso em flagrante fumando crack” (VARELLA, 2003, p. 130), “Sérvulo, um ladrão de Guaianases, encarregado da enfermaria do Oito que nos dias de atendimento [...] (VARELLA, 2003, p. 141), “Seu Chico é pai de duas mocinhas e um filho que deve estar grande. Foi abandonado pela mulher [...]” (VARELLA, 2003, p. 217) e “Sem-Chance diz que não era ladrão nem nada. Mulato, franzino, riso aberto, o caçula da casa [...]” (VARELLA, 2003, p. 267).

Essas descrições, que revelam a origem de cada detento, criam na narrativa de Varella um efeito de dignidade entre o médico e seus pacientes do cárcere, afastando, apagando o teor semântico da criminalidade. Eram pessoas que vinham de uma base familiar, possuíam filhos e estavam encarcerados na Detenção para pagarem por um erro cometido.

O discurso, por exemplo, que diz que “bandido bom, é bandido morto” aqui é silenciado, apagado. Em sua abordagem como médico, Varella traz dignidade ao nomear os detentos ou chamá-los pelo apelido, distanciando-se de expressões características do meio prisional. Isso ocorre com o personagem “Sem-Chance” que intitula uns dos capítulos de “Estação Carandiru”.

Na narrativa de Varella, esse detento é descrito como o filho caçula de uma família simples da periferia da capital de São Paulo e após se envolver em um assalto no bairro onde morava, acaba sendo preso e condenado a doze anos e oito meses de reclusão, pois um dos companheiros havia atirado no vigia da empresa a qual eles tentavam assaltar.

Sem-Chance conheceu Varella por ocasião de uma doença “Tratei-o de uma tuberculose grave, instalada nos gânglios linfáticos. Tinha ínguas volumosas no pescoço e axilas. Magrinho, quase morreu” (VARELLA, 2003, p. 268). Contudo, com a melhora ocasionada pelo tratamento médico, volta a fazer uso do crack e sofre uma recaída “Em



poucos dias ficou fraco, dipneico, caído na cama o dia inteiro. Ainda assim, sorria quando eu chegava para examiná-lo (VARELLA, 2003, p. 269). Esse detento representa, metonimicamente, aqueles que eram denominados pelo apelido, uma característica comum entre a população carcerária. Nesse sentido, o apelido cria uma proximidade com o universo linguageiro dos presos e produz, nos relatos de Varella, um efeito de veracidade com o ambiente em que essas histórias são narradas.

Além disso, o uso de expressões da área médica também faz parte da política do silêncio utilizada pelo autor em sua escrita. Termos como “epidemia”, “epidemiológico”, “infectados”, “HIV”, “hepatite”, “Leptospirose”, “Tuberculose”, “dependência química” entre outros, entrelaçam-se aos relatos descritos em seu livro.

O lexema “epidemia” é um dos mais recorrentes “A assistência médica no presídio era precária para enfrentar uma epidemia como aquela. Para cuidar dos 7 mil prisioneiros [...]” (VARELLA, 2003, p. 79). Nesse fragmento, Varella refere-se aos inúmeros casos de HIV que o preocupavam quando teve contato com os primeiros diagnósticos realizados.

Pesquisar, informar, prevenir, combater às epidemias (Aids, tuberculose e crack), tudo isso foi uma das principais atividades realizadas por Varella nas dependências da Casa de Detenção. Ao destacá-las em sua obra, coloca em evidência o discurso médico-científico como o mediador do que deve e pode ser dito, apagando, colocando à margem outros discursos que também querem dizer e reclamam também por sentido.

Um exemplo, desses discursos silenciados, seria o abandono em que se encontravam os detentos diante das ações causadas pelo vírus da Aids, esquecidos ali, rapidamente encontrariam à morte, sendo exterminados. Nesse sentido, os pavilhões funcionariam como campos de extermínio. Uma memória discursiva que a escrita de Varella tenta calar, apagar.

Outro elemento de apagamento está relacionado à escolha dos personagens que falam nas duas narrativas que analisamos. Pela enfermaria do médico do Carandiru passaram centenas de detentos enfermos, que durante a consulta, contavam-lhe algo, desabafavam sobre a dura rotina do presídio e de como viviam antes do encarceramento. Ao se referir a eles, Varella dá voz a determinados personagens e apaga outros, nem todos podem dizer e o que isso implica? Para tentarmos compreender essas escolhas, analisamos dois personagens de cada livro.

Em “Estação Carandiru”, escolhemos “seu Jeremias” e “seu Valdomiro”. O autor descreve seu Jeremias como um homem sensato “Tantos anos preso, doutor, a mente aprende a dominar o corpo” (VARELLA, 2003, p. 243). Chegou a São Paulo com a esposa, fugindo da seca na Bahia na década de 40, teve dezoito filhos, 32 netos e sete bisnetos. Cumpria pena no Carandiru há vinte anos e sua esposa o visitava semanalmente. Era um homem calado, especialmente, sobre seu passado “Seu Jeremias é daqueles que jogaram uma pá de cal sobre o passado. Nunca tive coragem de perguntar-lhe a respeito da vida no crime [...] (VARELLA, 2003, p. 244). Apesar de ser analfabeto possuía uma linguagem rica e marcada pelo sotaque nordestino. Conhecia muito sobre as diferentes épocas da prisão “Visto de antigamente, a Detenção agora é um parque do infantil” (VARELLA, 2003, p. 244). Tanto tempo naquele espaço de reclusão, ensinou-o a andar sozinho “Na cadeia, tem que andar sozinho e Deus. Isto aqui, é pisar em casca de ovo!” (VARELLA, 2003, p. 245).

No texto de Varella, seu Jeremias relata alguns episódios ocorridos na cadeia como o caso de um detento do pavilhão Oito que era casado, mas se envolveu com um homossexual e foi pego em flagrante pela esposa que foi visitá-lo de surpresa. O médico admirava essas histórias e com o tempo se tornaram amigos, inclusive, Varella visita-o depois da pena cumprida “Seu Jeremias estava no quintal com dois meninos [...] quando me viu, seus olhos se emocionaram. Tive vontade de dar um abraço nele, mas fiquei com vergonha” (VARELLA, 2003, p. 246).

“Seu Valdomiro é um mulato de rosto vincado e cantos grisalhos na carapinha. Em seu olhar de homem preso, às vezes brilha uma luz que ilumina o rosto inteiro” (VARELLA, 2003, p. 270). No texto de Varella, esse senhor tinha setenta anos e inúmeras histórias sobre fatos da cadeia, esteve preso com detentos lendários, tornando-se um homem muito respeitado no Carandiru.

Conhecido também como Valdo, seu Valdomiro, antes de chegar à Detenção, passou por diversas unidades prisionais, chegando a ficar quatro meses na solitária. Para livrar-se desse castigo, afirma ter se fingido de louco e comido os próprios excrementos “Tive que fazer essa sujeira para sair daquele lugar” (VARELLA, 2003, p. 270).

Descrito como de origem humilde, quando criança teve que ir morar com os irmãos na casa da avó materna que administrava um pequeno prostíbulo ao lado da casa “Com o dinheiro que a vovó ganhou administrando o puterinho, compramos um parque de

diversões [...]” (VARELLA, 2003, p. 271). O trabalho no parque o levou a outros lugares, vindo a conhecer Betina, mulher que se tornou sua companheira e devido ao ciúme dela, colocou-o em uma situação desagradável com o marido de uma mulata que vivia na vizinhança “Nunca nem olhei para a sua esposa, cidadão. Até peço desculpas à sua esposa [...] minha mulher é ciumenta possessa e sempre dá vexame” (VARELLA, 2003, p. 273).

Não aceitando a versão de seu Valdomiro, o marido o ameaça com uma faca, mas seu Valdo estava acompanhado de um amigo armado que atira no marido, levando-o a óbito. “Trouxa, dois dias depois se apresentei na delegacia, pobre, sem advogado, alegando legítima defesa” (VARELLA, 2003, p. 273).

Em “Carcereiros”, destacamos “Zé Montanha” e “Valdemar Gonçalves”. Quando Bem Nutrido tornou-se chefe de um dos pavilhões do Carandiru, Zé Montanha era um de seus subordinados, ex-lutador de luta livre em espetáculos de televisão e dedicado funcionário. Certa ocasião, confessou algo ao chefe “Chefe, dei uma cana num preso que tinha seiscentos contos enrustidos na meia. É o meu salário de cinco meses” (VARELLA, 2012, p. 69). Bem Nutrido orientou-o a realizar uma ocorrência e encaminhar o dinheiro ao departamento responsável, mas Zé Montanha cogitou na possibilidade de dividirem-no “Tá louco, chefia? Pôr para a frente, porra nenhuma, vamos dividir meio a meio [...]” (VARELLA, 2012, p. 69). O chefe discordou de tal atitude, alegando que o traficante o denunciaria ao diretor de disciplina.

Mesmo diante de uma possível punição, Zé Montanha declara que aquele dinheiro, ajudaria-o a construir um quarto para ele e seus filhos na casa de sua mãe, pois havia se divorciado e admitiu que assumiria toda a responsabilidade, caso alguém descobrisse “Se você segura, dá aqui os trezentos. Vou passar o Natal sorridente” (VARELLA, 2012, p. 70).

Outros fatos semelhantes a esse estão relatados no livro de Varella, além do heroísmo e coragem em enfrentar situações difíceis como a que seu Araújo vivenciou no pavilhão 8 (capítulo 1), desvio de conduta, malandragem, suborno e até funcionário envolvido com o tráfico de entorpecentes na prisão fazem parte das histórias narradas pelo médico sobre os carcereiros do Carandiru.

Alguns dias após a partilha dos valores, Bem Nutrido é chamado pelo diretor de Disciplina para se explicar sobre um de seus subordinados que havia ocultado o dinheiro apreendido de um dos detentos. Como Zé Montanha havia dito que assumiria todas as responsabilidades, o chefe e o diretor de Disciplina planejaram uma punição

“Alguma punição tem que ter, senão vira a casa da mãe Joana. Por que o senhor não transfere ele para o pavilhão Oito? Ninguém gosta de trabalhar com os reincidentes [...] (VARELLA, 2012, p. 70).

Apesar de contrariado, Zé Montanha acata a punição, tendo consciência de que poderia ter sido demitido do serviço público e processado judicialmente. Após dois meses, retorna ao trabalho e aos cuidados do antigo chefe, termina a reforma do quarto na casa da mãe, oficializa o divórcio e casa-se novamente.

Há em “Estação Carandiru” um capítulo sobre os funcionários em que o nome de Valdemar Gonçalves é mencionado “Nos primeiros anos, descontados o Valdemar Gonçalves, que virou amigo íntimo, mais uns dois ou três, os restantes mudavam de assunto à minha chegada” (VARELLA, 2003, p. 105). Em “Carcereiros” sua descrição chega a ser folclórica “A barba branca que chega ao peito em meio às correntes grossas com o crucifixo e o busto de prata de um guru barbudo como ele [...]” (VARELLA, 2012, p. 153). De família simples, começou a trabalhar com oito anos, entregando marmitas para os operários da fábrica de máquinas Santa Terezinha, na zona norte de São Paulo. Foi sapateiro, office boy, vendedor de peças e mesmo com salários baixos, afirmava com orgulho que nunca fora demitido de nenhum dos empregos até entrar para o funcionalismo público. Se a mãe não tivesse morrido, ele jamais teria realizado o concurso, em 1985, para agente penitenciário “Ela não admitiria que um filho passasse a vida no meio de bandido, mas eu sempre sonhei com a carreira de servidor público” (VARELLA, 2012, p. 154).

Quando Varella iniciou seu trabalho, Valdemar já não trabalhava na carceragem do Carandiru, era o encarregado do Departamento de Esportes. Cargo que o colocava como um dos funcionários mais respeitados entre toda a população carcerária. Inclusive diante das desavenças e mal entendidos como no caso de Messias que estava prestes a matar um companheiro recém-chegado ao pavilhão vizinho, mas após receber a visita de Valdemar, mudou de atitude “No fim do dia Messias apareceu: – Vim agradecer o senhor. Eu ia atrasar a minha vida.” (VARELLA, 2012, p. 154).

Para organizar os eventos esportivos que ajudavam a entreter e disciplinar os detentos, Valdemar contava com o auxílio da “Turma do Esporte”, formada por presos eleitos pelos companheiros de cada pavilhão. Dos jogos realizados entre as equipes de cada pavilhão, sairia a seleção da Casa que jogaria contra times de várzea convidados pelo Departamento de Esportes.

Varella narra que certa vez, ao passar pela sala de Valdemar, antes de se dirigir à enfermaria do pavilhão Quatro, este o chama “Tem um senhor no pavilhão Dois que passou mal à noite. No fim do dia a gente não poderia dar uma olhada nele? (VARELLA, 2012, p. 155). Terminado o expediente na enfermaria, o médico e Valdemar se dirigem ao segundo andar do pavilhão Dois “Era um caso de sinusite num homem com pressão alta. Tinha febre e tossia muito [...] receitei cortisona, um antibiótico, e fomos embora” (VARELLA, 2012, p. 156). Ao saírem do pavilhão, Varella quis saber quem era aquele homem e Valdemar disse que se tratava de um importante bicheiro da zona sul que controlava bancas, máquinas eletrônicas e outras contravenções e cumpriria cinco anos de condenação por uma suposta ordem para matar um concorrente.

Na semana seguinte, voltaram para saber se tinha apresentado melhoras, encontraram-no bem e animado, inclusive, ao falar da escola de samba em que era presidente. Como forma de agradecimento, pediu que Varella e Valdemar fossem visitá-la em dia de ensaio, pois seriam tratados com fidalguia por um de seus funcionários.

O convite foi aceito “Fomos conduzidos à tribuna de honra, na parte central, construída a dois metros e meio do chão, com a escada de acesso guardada por dois brutamontes [...]” (VARELLA, 2012, p. 157). Durante a apresentação, foram recepcionados com porções e bebidas. Após três meses dessa visita, Valdemar recebe uma proposta para levar cinco quilos de cocaína para dentro da cadeia como forma de pagamento para três presos executarem o bicheiro. Apesar da proposta ser financeiramente alta, ele a recusa “E aí, Valdemar? – Vou fingir de morto. Nasci para ser pobre” (VARELLA, 2012, p. 160).

Essas histórias contadas nas duas obras de Varella são um pequeno exemplo de que poucos poderiam dizer, testemunhar. Durante 23 anos atendendo no Carandiru, o médico presenciou e ouviu muitos relatos, mas apenas alguns deveriam figurar nas páginas dos seus livros. Ao escolher determinados personagens entre os presos e funcionários, Varella seleciona, analisa e organiza dentro de cada capítulo quem deve e pode falar, apagando outras vozes, outras histórias. Os escolhidos fazem parte de um ciclo de confiança e camaradagem, além da experiência que possuíam com o ambiente prisional. Uma característica necessária a todos esses personagens ao relatarem sobre suas vidas e sobre o presídio.

O terceiro item sobre o apagamento que destaco diz respeito ao que Orlandi denomina como “silêncio local”, quando um termo não pode ser mencionado em

determinado espaço discursivo. Esse procedimento ocorre com a palavra “massacre” que é tratada de forma diferente em cada um dos livros de Varella.

Em “Estação Carandiru”, o uso desse lexema é praticamente proibido e quando não se pode evita-lo, pois ele integra a historicidade do presídio, procura-se citá-lo como um referente temporal “Na reforma que o pavilhão sofreu depois do massacre de 1992 [...]” (VARELLA, 2003, p. 34). Ao ser utilizado como um moderador de tempo “antes” ou “depois”, tenta-se apagar, silenciar os efeitos de sentido que essa expressão discursivamente traz à ordem do discurso que trata da história do Carandiru. E por que é proibido dizer massacre?

Para isso temos duas hipóteses. A primeira, refere-se à produção de sentido que o termo “massacre” possui quando mencionado em discursos que estão relacionados ao Carandiru. Um exemplo disso ocorre na fala do ex-governador de São Paulo Luiz Antonio Fleury “[...] uma única vez, numa entrevista, um cidadão me atribuiu que eu teria falado em massacre. Eu nunca uso essa expressão, porque acho que não houve. Prefiro usar a expressão “episódio do Carandiru” (BORELLI; RODRIGUES, 2007, p. 97).

Nota-se que o termo “massacre” incomoda Fleury “eu nunca uso essa expressão”, mas ao tentar amenizá-lo, apagá-lo por outra palavra “episódio”, as relações discursivas entram em ação e com elas a produção de sentido. Logo, apagar a palavra “massacre” pode significar para o ex-governador não assumir diretamente a responsabilidade pelas ações militares que causaram a morte de 111 presos que está inscrita na memória desse acontecimento.

A outra hipótese diz respeito ao campo semântico do termo “massacre”. No dicionário essa palavra é definida como: “ato de massacrar; carnificina; morticínio cruel” (NASCENTES, 1988, p. 405). Seu teor semântico poderia trazer para a narrativa de Varella possíveis relações de sentido como tortura, maus tratos, violação aos direitos humanos que a escolha lexical do médico procura evitar.

É bom ressaltar que em “Carcereiros” esse termo é citado três vezes e aparenta ter uma censura mais branda. É como se a polícia discursiva agisse de uma forma em “Estação Carandiru” e fosse menos enérgica no segundo livro, permitindo até comentários críticos.

Os funcionários antigos lamentam o aparecimento de facções que impõem suas leis nos presídios atuais, inversão de papéis que ganhou força após o massacre de 1992. A estupidez assassina da autoridade de quem partiu a ordem para a PM

invadir o pavilhão Nove, tomado por uma rebelião que não havia feito um único refém, situação que os carcereiros teriam resolvido com facilidade caso lhes dessem a oportunidade de negociar com os rebelados, foi um divisor de águas na história das cadeias paulistas. A partir do dia 2 de outubro de 1992 os presos se organizaram para assumir o poder no interior dos presídios, criando um nível de cogestão interna que jamais seria admitido se não tivesse ocorrido aquele evento absurdo (VARELLA, 2012, p. 42)

As expressões “aparecimento de facções” e “os presos se organizaram para assumir o poder” referem-se ao discurso em torno da fundação do PCC (Primeiro Comando da Capital). Uma organização que passa a gerenciar o crime dentro e fora das prisões e segundo o texto, sua ação teve início após o massacre “foi um divisor de águas na história das cadeias”. Um acontecimento que poderia ter sido evitado caso os carcereiros estivessem no controle das negociações, mas a “estupidez assassina” não permitiu.

Esse julgamento de valor feito por Varella não ocorre em “Estação Carandiru”. Entendo que em “Carcereiros”, por se tratar de uma produção editorial posterior e os relatos focalizarem a difícil tarefa da carceragem, tendo o autor conhecimento do destino final do presídio (implosão). O sujeito discursivo assume uma postura mais crítica do que descritiva, afastando-se do saber clínico para um discurso avaliativo.

Isso se comprova pela expressão “a estupidez assassina” que ao se aproximar, interdiscursivamente, da palavra “massacre” cria o efeito de sentido de que os detentos do pavilhão 9 foram mortos de forma brutal e desumana. Uma postura que é apagada em “Estação Carandiru”.

É bom acrescentar que esse apagamento pode estar relacionado também ao fato de que o massacre inaugura um novo acontecimento histórico: O PCC. Esse acontecimento ao ser discursivizado por Varella em sua narrativa produz a irrupção de um novo discurso, criando uma nova série discursiva que ameaça a estabilidade de outros dizeres.

Essa gente ainda vai causar muita dor de cabeça. Depois de matar os inimigos, dão essa facada de misericórdia para que todos reconheçam a autoria. Não lembro se estávamos em 1994 ou 1995 – nas cadeias, é fácil perder a contagem do tempo –, mas foi naquela segunda-feira que ouvi falar pela primeira vez da facção que assumiria o poder na maioria das prisões de São Paulo (VARELLA, 2012, p. 219-220)

A expressão “essa facada de misericórdia para que todos reconheçam a autoria” mostra que a ação dessa facção no interior dos presídios se filia ao discurso da

violência como forma de intimidação diante de seus adversários. Uma nova regulação discursiva que se opõe aos discursos que se relacionam à FD de Varella como, por exemplo, o discurso religioso que traz a cura.

Assim, o estilo descritivo e objetivo intercalado aos termos do saber médico que gerenciam os discursos em torno da FD de Varella, a escolha de qual personagem poderia dizer e ao dizer, apagaria outros dizeres, levando-se em consideração que a população carcerária naquela época chegava a mais de 7.000 presos e a censura de determinadas palavras como “massacre” fazem parte da política do silêncio empregada por Varella em suas duas obras.

Compreendo que esse apagamento é uma tentativa de pôr à margem certos discursos, de apagar os rastros de certos acontecimentos que também constituem a historicidade do Carandiru. Por outro lado, não impede que esses dizeres interditados reclamem sentido, abram fendas de leitura, provoquem a irrupção de um novo acontecimento, pois os dizeres estão em constante movimento, minando os anseios do sujeito por uma possível estabilidade discursiva.

No início desse capítulo, afirmamos que a memória necessita do esquecimento como parte do seu funcionamento e que há uma “política do silêncio” como propõe Orlandi (1995, p. 75) “[...] que ao dizer algo, apagamos necessariamente outros sentidos possíveis, mas indesejáveis, em uma situação discursiva dada”.

Vimos, em algumas análises, que Varella evita, esquiva-se de certos discursos que possam ameaçar a sua ordem discursiva, mas como menciona Foucault (2008a, p. 8) “o que há, enfim de tão perigoso no fato de as pessoas falarem e de seus discursos proliferarem indefinidamente?”.

Observo que em “Carcereiros” há um “inscritor” que procura, mesmo timidamente, refletir sobre temas como a ineficiência do sistema carcerário ou a violência urbana “Na periferia das cidades brasileiras, milhões de crianças vivem em condições de risco para a violência” (VARELLA, 2012, p. 200). “O lema “lugar de bandido é na cadeia” é vazio e demagógico. Não temos nem teremos prisões suficientes” (VARELLA, 2012, p. 201). Essas pequenas reflexões estão articuladas no meio das narrativas sobre a história de alguns dos carcereiros e de seus atos de coragem no trabalho diário com os detentos.

Se o apagamento é uma condição de existência da memória e sabendo que nos dois livros de Varella há o silenciamento de certos dizeres. Como esse apagamento se



relaciona com o processo de desmemória? Que relação há entre o apagamento e a desmemória na produção de sentido sobre o Carandiru?

### 3.2 – Há uma desmemória discursiva no Carandiru?

Segundo Rossi (2010), o ato de apagar está relacionado às ações da censura que buscam e tentam impedir a circulação de determinadas lembranças, inclusive, apagando nomes de indivíduos de catálogos e livros numa tentativa de aboli-los da memória e da história. Nesse sentido, sabemos que o apagamento ocorre no interior das duas obras de Drauzio Varella e acreditamos que há uma relação que poderá favorecer a desmemória no fio memorial do discurso o qual trata da historicidade do Carandiru.

A desmemória discursiva é redenominação, reformulação no fio memorial do discurso e pode ser entendida como um conjunto de fenômenos de desligamento das lembranças e inserções de deslizamentos de sentidos. Paveau (2015) afirma que há diversos processos em ação na desmemória e destaca quatro entre esses elementos relacionados ao sentido e ao referente das palavras.

Desancoragem de certas expressões consagradas a partir de seu contexto referencial original [...] ancoragem, ao contrário, de alguns discursos nas formas de outro, realizando uma espécie de transferência de uma memória para outra: no site da Internet do Comitê Véritas, que defende a Argélia francesa, encontra-se um texto intitulado “J'accuse”, que pede a condenação do general De Gaulle, retomando a fórmula escolhida por Émile Zola para defender Dreyfus: essa escolha estilística envolve uma desmemorização seguida por (outra) rememorização do acontecimento; disjunção entre um significante e seus sentidos e referentes, em especial no caso do nome próprio: para muitos, *Tataouine* é um dos Clubs Méditerranée mais agradáveis da Tunísia, pois se apagou a memória da colônia penal, e a foliação memorial ficou bloqueada sobre certos sentidos em detrimento de outros; subjativação memorial: a partir do exemplo do polenômio (nome de batalhas) [...] pode-se mostrar que a construção dos sentidos do nome próprio estava amplamente situada numa comunidade cultural, social, nacional (PAVEAU, 2015, p. 236 – grifo nosso)

Um dos processos de desmemória relacionado ao sentido e ao referente é a disjunção entre um significante e seus sentidos. Um fenômeno que ocorre especialmente no caso do nome próprio no qual se tenta bloquear um sentido em detrimento de outro. Essa forma de desmemória pela disjunção é encontrada, por exemplo, na capa de “Estação Carandiru”.

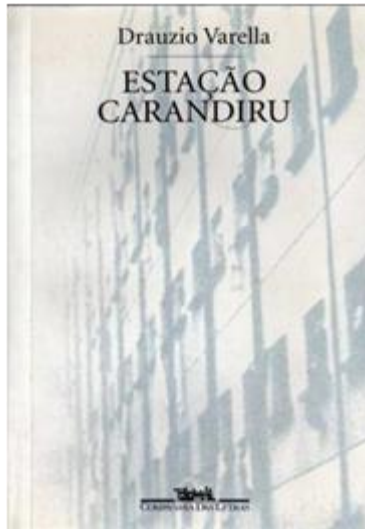


Figura 11 – Capa de “Estação Carandiru”

“Estação Carandiru”, título do livro, também remete a uma das estações do metrô de São Paulo da linha norte-sul. Do ponto de vista etimológico, a palavra “estação” vem do latim “Statione” que significa lugar de parada (NASCENTES, 1998, p. 256) e pode ser associado ao verbo “estar” no sentido de espaço físico de onde as pessoas partem, indicando movimento e liberdade. Um sentido que é oposto ao da imagem ao fundo de um dos pavilhões da Casa de Detenção. Nesse caso, O Carandiru denomina o presídio, um lugar estático em que os corpos viviam reclusos e divididos em celas.

Por meio da disjunção, desmemorializa-se o referente presídio e sua significação em detrimento do sentido de estação de metrô. Esse processo de desmemória, ocorre visualmente na imagem da capa na qual um de seus pavilhões tem seus traços pictóricos desfocados em segundo plano, contornando a silhueta da simetria arquitetônica do prédio, feito uma fotografia envelhecida que vai se distanciando do olhar de quem observa, seus pontos fragmentados no ar simulam o movimento, a ação de partir e chegar que caracteriza o funcionamento da estação.

Outro exemplo de desmemória por disjunção encontra-se no uso do lexema “Casarão”. No folclore do Casarão há muitas menções [...]” (VARELLA, 2003, p. 19). Na apresentação inicial da obra, Varella denomina o complexo do Carandiru de “Casarão” e também faz uso de termos como “barraco” e “casa” para descrever o espaço interno dos pavilhões.

Por meio da desmemória é possível o deslizamento de sentido e a busca de novas reformulações, redonomações mediante um acordo semântico. Ao denominar o presídio, em alguns momentos, por casarão, busca-se um deslizamento de sentido, um revestimento semântico por disjunção sobre a significação primeira, desmemorializando o termo “presídio” para o campo semântico de moradia.

Essa reformulação do sentido também ocorre no uso de termos da área médica por meio do que Paveau (2015) chama de ancoragem na qual um discurso realiza uma espécie de transferência de uma memória para outra. Isso é notado, em “Estação Carandiru”, na relação entre os lexemas “praga” e “HIV”. Antes das palestras informativas de Varella, os detentos denominavam o vírus da Aids como “praga” “[...] o médico que vem conscientizar os manos do perigo dessa praga [...]” (VARELLA, 2003, p. 74), mas com o tempo, passam a chamá-la por “HIV” “— Com sua permissão, doutor, sabemos que o senhor vem atender os manos da enfermaria com HIV [...]” (VARELLA, 2003, p. 87). Essa transferência semântica, de um termo técnico para uma denominação mais próxima ao linguajar dos presos, indica a influência do discurso médico-científico de Varella na reformulação de certos dizeres utilizados anteriormente pelos encarcerados.

Vale lembrar que os acordos semânticos entre a linguagem médico-científica e o linguajar coloquial da população carcerária foram decisivos para o sucesso das campanhas preventivas realizadas por Varella e sua equipe. O uso de expressões como “Para derrubar a malandragem” e “tudo na colher” para designar a dependência química ao crack mostra que os arranjos semânticos criam uma proximidade de sentido, mas os seus efeitos podem ser outros em dada situação discursiva.

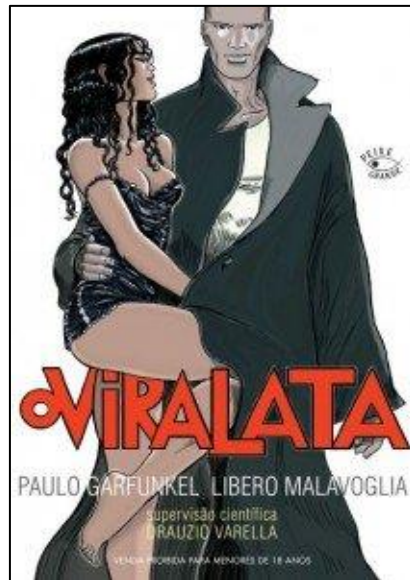


Figura 12 – Capa da revista “O Vira Lata”<sup>11</sup>

Um exemplo disso se encontra na revista “O Vira Lata” “[...] editamos a revista em quadrinhos O Vira Lata, um Carlos Zéfiro dos anos 90, escrito por Paulo Garfunkel e desenhado por Líbero Malavoglia [...]” (VARELLA, 2003, p. 10). Era um material verbo-visual adequado ao universo linguageiro dos detentos e distribuído nas palestras e nas celas dos pavilhões.

Essa revista, além do discurso sobre o HIV, também mobiliza outros dizeres, outras memórias no fio discursivo em torno do saber médico e da necessidade de campanhas públicas para se evitar epidemias, da imposição de uma prevenção eficaz por parte do Estado, mas também traz outra memória, a dos enfermos que ao longo da história das epidemias foram isolados, colocados à margem da sociedade, pois representavam uma ameaça aos cidadãos considerados sadios.

Nesse caso, a memória discursiva do isolamento epidêmico ao se aproximar, interdiscursivamente, da expressão “Vira Lata” produz uma reformulação de sentido, pois esse referido termo já carrega um traço semântico de algo que é marginalizado e desqualificado socialmente. Assim, um detento que adquiriu o vírus da Aids, além do seu cárcere diário, também recebia outra forma de isolamento, provocada pela portabilidade da doença.

O sentido está em constante movimento, produzindo novos significados, desestabilizando as fronteiras do discurso, mesmo que se tente evitá-lo, silenciá-lo, apagá-

<sup>11</sup> Disponível em < <http://www.universohq.com/reviews/o-vira-lata/>>. Acesso em 15 mar 2019.

lo como é o caso da palavra “massacre” que, além de censurada, também é desmemorializada em “Estação Carandiru”.

Esse processo de desmemória pode ser compreendido em três etapas em que cada uma corresponde a um capítulo e no interior desses capítulos, encontramos expressões linguísticas que realizam um acordo semântico. Assim, em “O Levante”, temos expressões como “briga de cadeia”, “tumulto pelos andares”, “pavilhão amotinado” e “mãos dos rebelados”. Já no segundo capítulo, “O Ataque”, destacamos “barulho de rajada”, “um tiro de raspão” e “precisão militar” e no último, “O Rescaldo”, encontramos “tiros calaram”, “medo das balas” e “Viva o choque!”.

Essas expressões procuram reforçar o sentido que se tenta estabelecer entre o título e o que é narrado sobre os acontecimentos do dia 02 de outubro, numa forma de desmemorializar a palavra “massacre”, buscando bloqueá-la. Apesar que a expressão “Morreram 111” tornou-se um tipo de discurso cuja memória está diretamente ligada a esses acontecimentos.

Já em “Carcereiros”, vejo que o processo de desmemória não é marcado por relações entre termos, mas pela proximidade afetiva que Varella possui com seus personagens. Se no primeiro livro, os funcionários eram tratados como “cadeeiros” e havia um distanciamento entre o médico e eles “No início, fiquei com a impressão de que os funcionários não confiavam em mim. Depois, tive certeza” (VARELLA, 2003, p. 105). Na segunda obra, essa condição é alterada “[...] permanecemos fiéis à promessa feita antes da implosão: a cada duas ou três semanas nós nos juntávamos para tomar cerveja, contar histórias de cadeia e dar risada” (VARELLA, 2012, p. 20).

Dessas reuniões com os funcionários/amigos “No início dos anos 1990, ao terminar o atendimento médico [...] convidei Valdemar Gonçalves [...] Foi a primeira de uma rotina de reuniões com um número crescente [...]” (VARELLA, 2012, p. 16). Varella sentiu-se na obrigação de descrever as histórias desses homens como parte do legado memorial do Carandiru, mas ao fazê-lo, nota-se em “Carcereiros” um escriba diferente da primeira obra, pois a Detenção já era outra e o médico também.

Ao pensarmos nessa condição, nota-se que a desmemória em “Carcereiros” não ocorre diretamente na reformulação que um termo estabelece com outro, mas dentro da própria narrativa como um todo no qual o sentido do Carandiru enquanto presídio vai se distanciando, perdendo-se nas estações do sentido que movimentam os discursos, sendo

desmemorializado pelo foco dado às ações dos carcereiros e não no presídio como o personagem principal.

Para compreendermos essa desmemória que é produzida na/pela narrativa de Varella, a ação do apagamento nesse processo é fundamental. É o ato de apagar que auxilia a desmemória de certos discursos sobre o Carandiru. No caso de “Carcereiros” essa ação está presente na escolha dos personagens que podem falar “Por razões éticas e pela necessidade de proteger a identidade daqueles que ainda são funcionários públicos, nem sempre os acontecimentos descritos serão atribuídos ao personagem que os narrou” (VARELLA, 2012, p. 23)

A expressão “Por razões éticas” tenta apagar o discurso de que nem todos podem dizer sobre o que vivenciaram na condição de funcionários. Apenas os selecionados descrevem, recordam um Carandiru já longínquo em suas lembranças “No passado, quando a indisciplina era punida com castigos físicos [...]” (VARELLA, 2012, p. 99). Esse distanciamento/apagamento do Carandiru/presídio para um percurso narrativo centrado no heroísmo, nas ações altruístas e no desvio de conduta de alguns dos ex-funcionários da Detenção abre fendas discursivas para que a desmemória haja sobre os efeitos de sentido.

Entendemos que o apagamento trabalha a favor da desmemória. Se em “Carcereiros” isso está alicerçado, especialmente, no foco temático da narrativa de Varella, em “Estação Carandiru” esse apagar se opera pela ação do discurso médico-científico que gerencia o estilo objetivo da descrição do espaço físico e dos pacientes, dissemina as expressões específicas da área médica, realiza as escolhas de quem pode e deve falar e evita o uso de determinados termos contrários à sua FD.

É da enfermaria do pavilhão 4 “No último andar do Quadro está situada a enfermaria, local de muitas histórias contadas neste livro” (VARELLA, 2003, p. 17) que Varella articulava, media e decidia as ações médicas e preventivas que impactaram a população carcerária, fazendo com que os pavilhões do Carandiru, em sua narrativa, fossem perdendo o traço semântico de prisão por meio do apagamento que os preparava para uma desmemória, uma nova reformulação de sentido.

No documentário “O Prisioneiro da Grade de Ferro” produzido meses antes da desativação da Casa de Detenção, uma das cenas mostra Varella atendendo alguns detentos na enfermaria, logo após isso, um dos enfermeiros que o auxiliava declara que o médico era o único profissional que tocava nos presos durante as consultas e os tratava como seres humanos.

Essa aparição do médico do Carandiru na filmagem realizada pelos próprios presos documenta e atesta a importância do trabalho de Varella que também é comprovada, especialmente, nos relatos de “Estação Carandiru”. “Terminei de prescrever, dei algumas orientações e me despedi [...] Um dos enfermeiros, Juliano [...] acompanhou-me até o elevador: – Bom descanso, doutor. O Senhor volta?” (VARELLA, 2003, p. 84-85)

### 3.3 – Carandiru! Adeus??

#### 3.3.1 – A implosão



Figura 13 - Implosão dos pavilhões 6, 8 e 9 do complexo penitenciário do Carandiru<sup>12</sup>

A implosão dos pavilhões foi um acontecimento histórico significativo na constituição da(s) memória(s) sobre o Carandiru. Para isso, foi dividida em duas fases. A primeira ocorreu em 08 de dezembro de 2002 (pavilhões 6, 8 e 9) e a segunda, em 17 de julho de 2005 (pavilhões 2 e 5). Essa ação fazia parte do processo de remodelação do centro de São Paulo e surgiu como uma boa oportunidade para retirar o Carandiru da cena urbana. Afastar dali, sua sombria presença, o medo da vizinhança, o impacto das rebeliões dos presos, as manifestações na entrada do presídio, e principalmente, apagar de sua epiderme de concreto, as inscrições deixadas por quem esteve encarcerado em suas celas, as histórias de vida, as lembranças da dureza do ambiente prisional, os conflitos, as mortes, o massacre de 92. Tudo isso se tornaria fragmentos de memórias na poeira dos seus

<sup>12</sup> Fotos Rogério Cassimiro/Folha Imagem. Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u64329.shtml>. Acesso em 18 ago. 2010.

escombros. As cidades passam por um processo de modernização do seu espaço, sendo que a cultura popular e as pessoas que a produzem são tiradas da cena urbana, afastadas para a periferia, desterritorializadas de suas raízes cotidianas das regiões centrais.

Segundo Robin (2016, p. 82) “As destruições resultam também de renovações urbanas, restaurações que não são unicamente reabilitações, no sentido que os urbanistas dão a esse termo”. No caso do Carandiru, essa reabilitação não visava manter os sete pavilhões edificadas, tornando-os parte de uma processo de restauração, mas, sim, demoli-los por completo, apagando sua nostalgia da paisagem urbana.

Esse assunto é tratado também por Renato Cordeiro Gomes ao descrever como foi o processo de remodelação da Cidade do Rio de Janeiro, a mudança da velha cidade colonial para um cenário moderno e cosmopolita identificado com o modelo parisiense. Essa mudança arquitetônica idealizava uma cidade ideal, higienizada, de bom gosto e símbolo do progresso, apagando, assim, a cidade real com seu atraso e seus segmentos populares. O sonho de um Rio civilizado e belo não incluía a vida simples da tradição popular que permeava as ruas do centro carioca. Um espaço dos operários, andarilhos, prostitutas, artistas do povo, malandros, criminosos. Essas pessoas representavam a cena da cidade e habitavam as crônicas de João do Rio, um flâneur da multidão anônima. Esse universo vivo e pulsante de tradições, hábitos e costumes deveria ficar de fora do novo cenário arquitetado para não manchá-lo com as experiências do cotidiano de seus habitantes (GOMES, 1994).

Essa mancha que deve ser afastada do meio social em decorrência do novo também está representada em “Carcereiros”. No livro, Varella dedica um capítulo à implosão. Inicia o texto questionando a finalidade da cadeia enquanto um espaço de punição “Nossas cadeias são construídas com o objetivo de punir os marginais e de retirá-los das ruas, não com o intuito de recuperá-los para o convívio social” (VARELLA, 2012, p. 193). Uma punição que, segundo o médico, ocorria com os indivíduos oriundos das regiões periféricas da cidade sem poder aquisitivo. Esses presos eram vistos como a “escória social” e estavam encarcerados naquele conjunto de prédios com mais de 7 mil homens a poucos quilômetros do centro da cidade de São Paulo. “Tinha para a cidade a mesma importância que uma craca grudada no casco tem para o resto do navio” (VARELLA, 2012, p. 193). Nesse sentido, o Carandiru deveria sair da obscena urbana com todos os seus problemas e a demolição foi a sentença imposta pelas autoridades da época.



No texto, Varella menciona que uma das maiores causas para a implosão da Detenção estava relacionada ao massacre do pavilhão 9 “Até a morte dos 111, a Detenção só havia aparecido nos noticiários de rádio e TV [...] por ocasião da tentativa de fuga à mão armada que ocorreu em 1982” (VARELLA, 2012, p. 194). A ação militar no pavilhão 9 fez o Carandiru ganhasse notoriedade entre os principais veículos de comunicação do Brasil e do mundo, saindo de seu anonimato silencioso de quase meio século para trazer à tona as mazelas daqueles que viviam atrás de suas muralhas “A única explicação para esse fenômeno está na invisibilidade social reservada aos excluídos” (VARELLA, 2012, p. 194).

A expressão “invisibilidade social” que se relaciona ao discurso dos excluídos e é discutida ao longo do texto de Varella, também produz outro efeito de sentido ao se aproximar do número de presos mortos durante a ação da PM no pavilhão 9. Os detentos que antes estavam invisíveis aos olhos da sociedade, encontraram visibilidade na ocasião em que morreram tragicamente. Assim, era preciso afastar a presença física do Carandiru da paisagem urbana, tornando-o invisível pela demolição “A decisão de implodir o Carandiru foi fruto da má notoriedade adquirida” (VARELLA, 2012, p. 196).

No final do capítulo. Varella relata os momentos que antecederam a contagem regressiva “No dia da implosão reuni um grupo de funcionários antigos na lanchonete do último andar de um prédio da avenida Ataliba Leonel, com visão panorâmica da cadeia” (VARELLA, 2012, p. 197). Enquanto os alto-falantes não indicavam o início da implosão, Varella e os funcionários riam e bebiam, mas ao ouvirem a contagem regressiva, tudo se calou.

Em segundos, os pavilhões requebraram e ruíram desajeitados como se mãos descomunais lhes tivessem arrancado as pernas. Das entranhas do monstro de concreto e ferro retorcidos subiu uma nuvem alaranjada de poeira densa que se propagou pela Ataliba Leonel, na direção do Alto de Santana. No silêncio comovido da sacada, Valdemar murmurou: – Não precisava ter sido assim (VARELLA, 2012, p. 197).

A demolição teve um impacto direto na relação dos funcionários e do médico com o presídio “A implosão do Carandiru foi um marco na vida de todos nós, mas especialmente na deles. O mundo onde viviam desabou no instante em que as paredes vieram abaixo” (VARELLA, 2012, p. 226). Esse local onde presenciaram a violência, a corrupção, as mortes de presos sem poder impedir, o bem e o mal lado a lado, tudo isso estava soterrado debaixo dos escombros da Detenção.

Por isso, Varella, durante os encontros com os funcionários, ouvia as histórias desses homens, pois sabia que as reuniões se tornariam cada vez mais difíceis. Nesse sentido, a implosão também tem uma influência no estilo empregado pelo autor à escrita de “Carcereiros”. Publicado em 2012, dez anos após a primeira implosão, esse livro apresenta um autor diferente da primeira obra, talvez por não estar mais presente fisicamente na Detenção. Cremos que o distanciamento que analisamos em “Carcereiros” se deve ao fato dessa obra ser produzida após a implosão, o que explicaria os comentários críticos do médico ao longo do livro, uma característica que não encontramos em “Estação Carandiru”.

Outro impacto causado pela demolição do Carandiru na vida dos funcionários foi a transferência dos postos de trabalho, pois cada um teve de ser remanejado para outro espaço prisional, às vezes, distante da sua própria residência.

[...] a Secretaria, impossibilitada legalmente de demiti-los, decidiu distribuí-los pelas cadeias de São Paulo. Funcionários com muitos anos de experiência, capazes de manter a paz em pavilhões com mais de mil reincidentes, sufocar rebeliões com as mãos desarmadas e enfrentar a bandidagem mais indócil apenas com o poder persuasivo da palavra, foram estigmatizados e afastados do contato com os presos, escalados para postos subalternos sob o comando de colegas despreparados nos Centros de Detenção Provisória ou em funções burocráticas atrás de escrivainhas emperradas (VARELLA, 2012, p. 17)

A distribuição dos ex-funcionários da Detenção realizada pela Secretaria de Segurança, discursivamente, pode ser compreendida como uma forma de dissolução da imagem do Carandiru iniciada pela implosão da estrutura física e posteriormente, fragmentando o trabalho de funcionários que mesmo competentes “Funcionários com muitos anos de experiência, capazes de manter a paz em pavilhões com mais de mil reincidentes” representavam a lembrança do que obrigatoriamente deveria ser esquecido. Nesse sentido, a redistribuição dos ex-funcionários do Carandiru, separando-os e os colocando em outras funções pode ser entendida como uma ação de apagar, silenciar, afastar os resquícios de quem trabalhou por tanto tempo nos agitados corredores da Detenção. Assim, a implosão representa também um ato de apagamento que podemos compreender de três maneiras.

A primeira pelo aspecto físico (fig. 1) que demoliu os pavilhões 6, 8 e 9 transformando-os em pedaços de concreto e aço e varreu o centro de São Paulo com uma nuvem de poeira, tornando-se um acontecimento histórico espetacularizado pelos meios de comunicação, pois contava com a participação do governador e autoridades. Segundo

Bianchini (2018, p. 66) “Para que a implosão ocorresse foram necessários 250 quilos de explosivos, espalhados por três mil pontos de perfuração, que transformaram os pavilhões em 80 mil toneladas de entulho, precisando de 8 mil caminhões para sua remoção”.

Após a implosão, duas empresas ficaram responsáveis pelas atividades de transporte, descarga e descarte dos resíduos que foram produzidos pela demolição, pois no local, onde antes havia o presídio, um novo projeto urbanístico ocuparia aquele espaço (BIANCHINI, 2018).

Uma segunda forma de apagamento diz respeito a sua historicidade na condição de uma instituição prisional que “[...] surgiu em 31 de julho de 1920, a partir da inauguração do Instituto de Regeneração do Carandiru” (BORELLI; RODRIGUES, 2007, p. 17) e teve a construção baseada em um projeto francês, tornando-se, nessa época, um dos cartões-postais da cidade. Sobre isso, Bianchini (2018) menciona que os próprios detentos produziam os alimentos e organizavam as tarefas diárias, fazendo da instituição um presídio modelo.

Já a terceira maneira que a implosão impõe um ato de apagar está relacionada à ordem discursiva. Quando a implosão ocorre, ela se torna um acontecimento histórico que foi documentado em fotografias, vídeos e reportagens jornalísticas. Esse acontecimento histórico ao ser discursivizado nos relatos de Varella, como analisado anteriormente, passa a ser considerado um acontecimento discursivo e como Pêcheux menciona, a sua irrupção enquanto um novo acontecimento procura desregular uma instância discursiva já estabilizada em torno dos discursos que tratam da história do Carandiru como analisaremos a seguir.

Discursivamente, a implosão é entendida como uma ação de apagar os rastros discursivos que estão inscritos em diferentes materialidades sobre a historicidade da Detenção em circulação pelo meio social. Se para o Governo do Estado de São Paulo a demolição representava a demolição de um presídio antigo para a execução de um projeto de revitalização da área central da cidade de São Paulo, para outras FDs como a do sistema prisional significava não assumir a responsabilidade pelos diversos crimes ocorridos no interior do Carandiru, entre eles, o Massacre do pavilhão 9.

Na expressão “– Não precisava ter sido assim” mencionada por um dos ex-funcionários que estavam com Varella no dia da implosão, percebe-se uma indignação diante da decisão tomada pelas autoridades responsáveis que decretaram o fim estrutural do Carandiru. Essa contrariedade se filia ao discurso daqueles que conheciam a realidade

do presídio, conheciam todos os seus problemas e tinham consciência de que a implosão era um ato político, uma tentativa de apagar um passado manchado por injustiças e mortes.

A implosão também movimentou a memória inscrita nas duas narrativas de Varella que, com a demolição do Carandiru, passam a ser uma referência no que diz respeito à história da Casa de Detenção. Esse fato também contribuiu para a legitimidade da autoria do médico do Carandiru.

Retomando a questão do ato de apagar, entendemos que a implosão é uma forma de apagamento não apenas do ponto de vista físico, mas que também produz um efeito sentido com relação aos discursos em torno dos dizeres sobre o Carandiru. Assim, afirmamos que a implosão, discursivamente, contribuiu para o apagamento da Detenção enquanto presídio e acelera o processo de desmemória do Carandiru nas duas obras de Varella por meio da constituição de uma nova desmemória: o Parque da Juventude.

### **3.3.2 – O Parque da Juventude: uma pós-memória?**

Com a demolição do Complexo Penitenciário do Carandiru teve início o processo de reurbanização da área implodida por meio de uma intervenção urbanística que também deveria apagar a presença indesejável do presídio daquela região. Segundo Bianchini (2018), as discussões sobre como seria a organização desse processo, começaram por volta de 1993, um ano após o Massacre do Pavilhão 9 e resultaram na realização de um concurso nacional para a escolha de uma proposta que deveria abrigar um parque que atendesse as demandas sociais da população, com áreas de esporte, cultura, ensino e lazer.

O concurso público de propostas para o Plano Diretor de uso e ocupação da área e edificação Complexo Prisional Carandiru foi fruto de debates entre o governo do Estado de São Paulo e o IAB-SP e tinha como território aproximadamente 43 hectares delimitado pelas Avenidas Cruzeiro do Sul, Gal. Ataliba Leonel e Zaki Narchi (BIANCHINI, 2018, p. 70).

Todo esse processo foi longo, pois deveria aguardar a construção de novas unidades prisionais que abrigariam os detentos do Carandiru no momento de sua desativação. Diante disso, o resultado do concurso só foi divulgado em março de 1999 e a equipe do escritório Aflalo e Gasperini consagrou-se vitoriosa (BIANCHINI, 2018).

A partir desse momento, a equipe vencedora começou a planejar o desenvolvimento da proposta urbanística segundo as exigências do edital que solicitava a

implosão dos pavilhões 8 e 9, posteriormente, o pavilhão 6 veria a ser incluído na demolição por apresentar problemas estruturais.

Inaugurado em 2003, o Parque da Juventude, nome dado ao projeto final, iniciou suas atividades com a Parque Esportivo (pista de skate, pista para caminhada e dez quadras poliesportivas), depois, em 2004, com o Parque Central (área arborizada) e por último, em 2005, o Parque Institucional (Biblioteca São Paulo e ETEC Parque da Juventude) (Bianchini, 2018).



Figura 14 – Complexo do Carandiru<sup>13</sup>



Figura 15 – Parque da Juventude<sup>14</sup>

---

<sup>13</sup> <http://www.osul.com.br/justica-de-sp-fara-novo-juri-dos-74-pms-envolvidos-no-massacre-carandiru/>. Acesso 20 jan. 2019.

A primeira imagem (fig. 2) mostra o Carandiru em plena atividade e a disposição simétrica dos sete pavilhões que compunham a sua arquitetura, seu corpo de concreto e ferro, a entrada de frente para a avenida Cruzeiro do Sul, a divineia, a radial, os campos de futebol dos pavilhões 8 e 9, as muralhas e as imediações vizinhas que temiam a sua atmosfera cinzenta. Já a fotografia abaixo (fig. 3) contempla o Parque da Juventude e seus três setores que são interligados por uma alameda central: o Parque Esportivo, à direita o Parque Central e à esquerda o Parque Institucional.

Com relação à disposição geográfica entre o velho e o novo espaço, temos: o pavilhão 4 (enfermaria) e o pavilhão 7 (fábrica de túneis) que foram remodelados e se tornaram uma ETEC. No espaço dos pavilhões 5 e 2 foi construída a Biblioteca São Paulo, já no local da Divineia e do pavilhão 6 há um estacionamento e no lugar do complexo fundão, pavilhões 9 e 8, encontramos a pista de skate e a pista de corrida.

Ao analisamos as duas imagens, fica nítido a transformação ocorrida e o desejo de se apagar, por completo, os resquícios, as lembranças do presídio. O apagamento é empiricamente comprovado e ele contribui para a ação da desmemória que a partir da mudança urbanística propõe uma disjunção com a imagem da Detenção.

É preciso apagar a memória do Carandiru, afastar da nova paisagem os ecos de sua indesejada materialidade, os pesadelos das rebeliões, as famílias acampadas na entrada do presídio, os jornalistas de plantão, o massacre, tudo isso deve ser desmemorializado com a criação do Parque da Juventude.

A desmemória entre o Carandiru e o Parque da Juventude não é apenas um processo de reformulação de um espaço por outro, ela ocorre linguisticamente entre alguns termos como a relação entre prisão e parque. Do ponto de vista semântico, “prisão” carrega o sentido de uma espaço de reclusão, enquanto que “parque” propõe liberdade, bem estar, à primeira vista temos uma oposição semântica, mas ao atentarmos para a posição discursiva que cada um desses termos representa, encontramos traços ideológicos distintos que aproximados do discurso que trata da reurbanização do espaço o qual se filia à FD do governo do Estado. Nessa configuração, o termo “prisão” é o lugar dos encarcerados, dos delinquentes, dos marginais violentos que ameaçam a sociedade, por isso devem ser isolados, retirados como uma “craca” da região central e dispersos juntamente com a

---

<sup>14</sup> Disponível em <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/projetos/14.162/5213?page=2>. Acesso 20 jan. 2019.

poeira dos escombros do Carandiru. O que era antes um espaço urbano “marginal” agora será ocupado pelas famílias dignas e trabalhadoras que poderão usufruir do parque diariamente como um lugar de direito dos cidadãos de bem, desmemorializando os excluídos e seus problemas sociais.

Não se trata de uma substituição de lexemas, a desmemória do Carandiru por Parque da Juventude realiza uma redefinição do espaço físico de sua nomeação linguística, procurando apagar a memória do presídio por meio de discursos como, por exemplo, o educacional. Isso ocorre com os dois únicos pavilhões que não foram implodidos: o 4 e o 7. No pavilhão 4, além da enfermaria onde Varella atendia os presos doentes, havia os detentos com distúrbios psiquiátricos e a população carcerária era reduzida “A intenção original era que fosse um pavilhão exclusivo do Departamento de Saúde” (VARELLA, 2003, p. 24). Enquanto que o 7 era designado como o pavilhão do trabalho, tornando-se, em comparação com o 8 e o 9, um espaço mais pacífico, apesar das tentativas de fuga subterrâneas por estar próximo à muralha.

A desmemória dos dois pavilhões remanescentes passa por reformas e adequações estruturais para que possa abrigar a ETEC Parque da Juventude. Nesse sentido, a funcionalidade dos pavilhões enquanto espaço de reclusão e violência é reformulada para o de escola profissionalizante. Apesar do termo “trabalho” ser uma atividade comum entre o pavilhão 7 e a ETEC, os seus atores (detento/aluno) ocupam ideologicamente espaços bem distintos. Nas celas da carceragem, os presos executavam algumas atividades como forma de preencher o tempo ocioso e conseguirem algum recurso financeiro, ao passo que nas salas de aula, os alunos adquirem um conhecimento e projetam um futuro promissor, algo pouco provável entre os encarcerados no Carandiru. Sobre essa relação, outra desmemória se faz presente com o termo “reeducando” “– Prezados reeducandos deste estabelecimento penal” (VARELLA, 2003, p. 77). Uma designação utilizada, após o massacre de 92, para nomear os presos.

A (re)educação no presídio tentava alterar a imagem estilizada, excluída, marginalizada que o termo “preso” carrega socialmente, criando um efeito de sentido de que aqueles homens seriam regenerados no meio prisional e cumprida a pena pela “reeducação” do sistema carcerário, estariam aptos a reingressarem ao convívio social. Ao se desmemorializar o termo “preso” por “reeducando” busca-se uma nova ancoragem, uma transferência de memória que na verdade mais se aproximaria da realidade dos estudantes

da ETEC e não da forma como o sistema tratava os encarcerados nos pavilhões do Carandiru.

Se retornarmos à imagem (fig. 9) do primeiro capítulo 1 em que observamos um grupo de detentos enfileirados na sala de aula da escola interna da Penitenciária do Estado, além do registro histórico, nota-se que houve um momento, na história do Carandiru, que a (re)educação realmente cumpria um papel social na vida dos presos. Com a construção da ETEC sobre os escombros dos pavilhões, volta-se, algumas décadas depois, a se ter uma instituição educacional nesse mesmo local, porém, como analisamos acima, com uma outra missão, apagar, silenciar, desmemorializar os vestígios da prisão e a memória do presídio inscrita, inclusive, na nostálgica fotografia do acervo da Penitenciária.

Outra reformulação que destacamos, encontra-se na relação entre o pavilhão 4 e a ETEC Parque da Juventude. Na enfermaria, que se encontrava no último andar desse pavilhão, Varella deu início ao seu trabalho e organizou as ações que impactariam a vida dos encarcerados e permitiriam que ele se aproximasse da população carcerária, ouvisse relatos e se tornasse um clínico geral e um conselheiro para os detentos. Essa aura que o médico do Carandiru deixou pelos corredores da Detenção que o filia ao discurso religioso enquanto aquele que traz a cura, aproxima-se do sentido da ETEC como um local onde o aprendizado trará benefícios para a mente e o corpo. Assim, a desmemória interdita o sentido de presídio, mas se mantém relacionada à memória da ação médica o que justificaria a não implosão do pavilhão 4.

Não podemos esquecer que a Biblioteca São Paulo também contribui para essa desmemória dos pavilhões implodidos, pois representa o conhecimento e a cultura por meio do acervo bibliográfico que está à disposição gratuitamente aos usuários daquela região. Nesse sentido, distancia-se do analfabetismo e da baixa escolaridade que imperava entre a massa carcerária que cumpria pena no Carandiru, que sem as mesmas oportunidades de uma boa educação institucional, foi colocada à margem, deixou de encontrar na leitura e no conhecimento uma forma de construir uma formação social capaz de afastá-la do espaço da carceragem. Esse discurso do saber atribuído aos livros que retira o homem de sua ignorância e o torna um indivíduo mais consciente do seu papel na sociedade procura interditar todo o sentido que o presídio concretizava enquanto sua materialidade física estava presente.

Se pensarmos nessa desmemória dos pavilhões pela implantação física da biblioteca e do que simbolicamente esse espaço do saber representa, teremos um efeito de



sentido que, até certo ponto, distancia-se do que defende Báez (2006) sobre a destruição dos livros. Para esse pesquisador da história das bibliotecas, a aniquilação dos livros assume um ato simbólico da morte a partir da negação daquilo que o livro representa, pois há nele uma memória.

Esse vínculo poderoso entre o livro e memória faz com que um texto deva ser visto como peça-chave do patrimônio cultural de uma sociedade e, certamente, de toda a humanidade. É interessante observar que a palavra patrimônio vem do grego e alude ao pai e ao verbo *moneo*, que se traduz como “fazer saber, fazer recordar”. Sendo assim, patrimônio é literalmente “o que recorda o pai” à diferença do matrimônio, que seria o que recorda a mãe. Deve-se entender que patrimônio cultural existe na media em que o cultural constitui o patrimônio mais representativo de cada povo. Em si mesmo, o patrimônio tem capacidade de promover um sentimento de afirmação e pertencimento, pode sustentar ou estimular a consciência de identidade dos povos em seu território; é como uma carteira de identidade que permite preservar ações culturais propícias à integração (BÁEZ, 2006, p. 24)

O termo “patrimônio” indica que os livros são significativos para o desenvolvimento cultural e histórico de um povo. Nesse sentido, a destruição de livros e bibliotecas pode ser compreendida como uma forma de atentado contra a memória e o patrimônio de ideias de toda uma civilização. Contudo, a construção e funcionamento da Biblioteca São Paulo dentro do Parque da Juventude, além de espaço de saber e interação cultural a serviço da comunidade paulistana, também é um instrumento arquitetônico utilizado para destruir, apagar, silenciar e desmemorializar a presença física e memorialística do que foram um dia os pavilhões 5 e 2 dentro do Complexo do Carandiru. Assim, essa biblioteca carrega um valor eufórico (templo do conhecimento) e outro disfórico (apagar a memória do presídio).

Com relação aos pavilhões 8 e 9 que foram substituídos pela pista de skate e a pista de Corrida. Vale ressaltar que mesmo se estivesse em perfeito estado estrutural para uma restauração como ocorreu com os pavilhões 4 e 7. O pavilhão 9 não seria poupado da demolição, pois dele ecoa um dos acontecimentos mais marcantes e polêmicos na história da Casa de Detenção. Como Varella mesmo menciona “[...] foi um divisor de águas na história das cadeias paulistas” (VARELLA, 2012, p. 42). Essa afirmação só foi mencionada em “Carcereiros”, pois em “Estação Carandiru”, como analisamos, o termo “massacre” é interdito, silenciado, mas com a destruição do Carandiru, ele passa a circular com uma certa “liberdade” nos escritos, inclusive, do médico do Carandiru.

Liberdade, esta, almejada por aqueles que poderão desfrutar esportivamente das duas pistas construídas sobre os pavilhões do complexo fundão, um desejo que se opõe diretamente ao que a prisão proporcionava diariamente na vida dos mais 7.000 detentos.

Entendo que o processo de desmemória do Carandiru para Parque da Juventude está estruturado em três práticas sociais: a educação (Etec), a informação (biblioteca) e o esporte (pistas esportivas). Essas ações criadas pelo poder público justamente para apagar e abolir a memória do presídio daquele espaço que fora totalmente remodelado. Para isso, necessita que seja frequentado e utilizado por novos atores sociais que por meio das diversas atividades proporcionadas pelas práticas citadas, ocuparão esse espaço dando-lhe uma nova identidade, com novos valores, um novo patrimônio para o bairro e para a cidade de São Paulo como afirma Báez (2006, p. 24) “O patrimônio tem capacidade de promover um sentimento de afirmação e pertencimento, pode sustentar ou estimular a consciência de identidade [...]”. É esse pertencimento com o novo espaço criado que os idealizadores do projeto e o poder público querem que os usuários do parque passem a ter ao usufruir de toda sua infraestrutura e ao fazerem isso, diariamente, vão se desmemorializando as lembranças opacas e cinzentas do Carandiru. Nesse sentido, o Parque da Juventude pode ser compreendido como uma pós-memória.

Refiro-me a pós-memória como uma ação que tenta bloquear e impedir a lembrança de determinados traumas em decorrência de situações-limite como, por exemplo, guerras ou conflitos emocionais ocasionados pela perda de um ente querido.

A pós-memória, assim entendida, tem sido incluída em um grande número de criações atuais. Os artistas, escritores, arquitetos vão utilizar todas as mídias, todos os suportes para se exprimir, e prestar contas de uma transmissão difícil e frágil, sobre uma experiência que eles não vivenciaram, mas cujo mal eles carregam dentro de si, a ferida, um luto que eles não puderam viver. Os artistas vão revelar os diferentes modos de presença de um passado que não chega a se converter em passado, quer seja pela utilização de sombras nas paredes, como Shimon Attie fez em Berlim, nos 1990; quer seja pelos tipos de arquivo, narrativas a partir de histórias em quadrinhos, de fotos; quer seja com base em tatuagens ou em narrativas literárias  
(ROBIN, 2016, p. 315)

Essa ação que tenta bloquear um passado indesejado, traumatizante, porque ele representa uma ameaça (RICOEUR, 2014) aproxima-se muito da noção de “amemória” proposta por Paveau (2015, p. 237) “Falarei de “amemória discursiva” não para designar uma revisão, mas sim um apagamento consciente ou inconsciente, de um passado [...]”.

Nesse sentido, podemos afirmar que na relação entre o Carandiru e o Parque da Juventude há indícios de pós-memória, pois se busca também apagar da cena urbana uma memória indesejada, mesmo que os usuários do Parque nunca tenham entrado no Carandiru ou em outra instituição penal (experiência não vivenciada), construiu-se socialmente o discurso de que a prisão é um local de pessoas ruins e de degradação humana, aproveitando-se desse discurso, o poder público que realizou o investimento na construção do parque, pode justificar esse empreendimento em substituição de uma prisão quando na verdade se quer apagar, abolir, os traumas jurídicos e indenizações provocadas durante a existência do presídio.

Por isso, o Carandiru precisa ser apagado, abolido, desmemorializado, transformado em uma pós-memória cujas lembranças devem ser bloqueadas como se fossem sombras fantasmagóricas do passado que assombravam a vizinhança antes da existência do parque, talvez o seu nome nem deva ser dito como uma forma de denegação do discurso, pois ele representa, no imaginário social, uma forma de trauma a ser esquecida.

Sobre essa questão de uma memória que se deseja esquecer, creio que ela ocorra entre os presos e os funcionários que figuram nas páginas dos dois livros de Varella. Em “Estação Carandiru”, os detentos que sobreviveram ao massacre, certamente, guardam alguma forma de trauma, mas isso não é relatado no livro, encontramos apenas algumas expressões que indicam essa situação “ – Não conseguimos dormir dentro do barraco. Uma porque nós ficamos perturbadíssimos [...]”. O termo “perturbadíssimos” refere-se ao estado emocional dos presos que permaneceram vivos após o massacre. Já em “Carcereiros”, há relatos como do personagem Odair.

O contato com a violência extrema deixa cicatrizes. Odair, funcionário já falecido, ao descrever a experiência de assistir ao esfaqueamento de um ladrão surpreendido pelos companheiros roubando um xadrez alheio, lamentou a persistência das imagens: – Quem está lá fora pensa que a gente é insensível, mas quem apaga as desgraças da nossa mente? O olhar daquele preso ainda criança do outro lado da grade, implorando para que eu o ajudasse, me atormenta quando menos espero, no trabalho, na TV com meus filhos, no aniversário do sobrinho. Até quando faço sexo com minha mulher, ele às vezes aparece (VARELLA, 2012, p. 135)

As expressões “mas quem apaga as desgraças da nossa mente?” e “me atormenta quando menos espero” mostram que certos acontecimentos presenciados no

ambiente prisional deixaram marcas, lembranças, imagens traumatizantes que se tenta evitar, bloquear, pois se tornaram uma experiência dolorosa “Nas experiências traumáticas, são abundantes os exemplos dessas palavras e discursos inconscientemente interditados que se tornam para a experiência do sujeito com formas dolorosas” (PAVEAU, 2015, p. 237). Experiências, assim, e a opressão interna da prisão, fizeram com que muitos funcionários se afastassem “[...] dois anos mais tarde afastado para tratamento psiquiátrico no Hospital do Servidor” (VARELLA, 2003, p. 115). Esses relatos materializados no texto de Varella também contribuem para a pós-memória do Carandiru.

As análises que realizamos até aqui, comprovam que os dois livros de Drauzio Varella atuam no processo de apagamento, desmemória e pós-memória da Casa de Detenção. Em “Estação Carandiru” a FD médico-científica de Varella organiza e seleciona o que deve ser dito e se aproxima da memória do discurso religioso como aquele que traz a cura. Ao selecionar palavras e expressões técnicas entrelaçando-as a sua descrição objetiva e ao linguajar típico da detenção, escolhendo cuidadosamente as personagens que poderiam dizer e ao evitar o uso de determinados discursos, pois o acontecimento Massacre do Carandiru impõe uma interdição e marca uma nova regularidade discursiva sobre o que pode e deve ser mencionado, inclusive, pelo surgimento da facção PCC. Tudo isso atua no processo de memória, apagamento e desmemória do Carandiru. Nessa condição, a narrativa escrita por Varella está em consonância com os interesses de se apagar a memória da prisão por meio da criação do Parque da Juventude.

O Carandiru descrito por Drauzio Varella é uma extensão da enfermaria do pavilhão 4 onde a aura da cura transforma cada pavilhão em um espaço terapêutico, apagando, desmemorializando o termo “prisão” e os discursos que se opõe à sua instância discursiva. Por isso, “Estação Carandiru” se aproxima, discursivamente, do sentido que a ETEC representa.

Entendo que “Carcereiros” é mais memorialístico em relação à “Estação Carandiru”. Isso se deve ao afastamento físico da prisão e à nova regularidade discursiva que a implosão impõe enquanto acontecimento histórico que posteriormente será discursivizada no livro de 2012 “A implosão do Carandiru foi um marco na vida de todos nós” (VARELLA, 2012, P. 226).

Se em “Estação Carandiru”, o massacre de 92 provoca uma nova regularidade, a implosão e posteriormente, o Parque da Juventude também o fazem. No caso específico da implosão, que está discursivizada em “Carcereiros”, permite que Varella

mencione temas como tortura e a falência do sistema penitenciário brasileiro os quais são interditados no livro publicado em 1999.

Em “Carcereiros” o apagamento e a desmemória do presídio ocorrem pela relação de amizade estabelecida entre o médico e alguns funcionários que possuem suas histórias entrelaçadas pelo heroísmo e pelo trabalho árduo dedicado a uma vigilância constante em um ambiente repleto de perigos.

É bom acrescentar que a implosão e a criação do parque contribuem também para a autoria de Drauzio Varella. Com a demolição física do Carandiru, a memória da Casa de Detenção passa a circular em fotos, matérias jornalísticas, documentários, livros, entre essas diferentes materialidades, destaco o filme “Carandiru”.

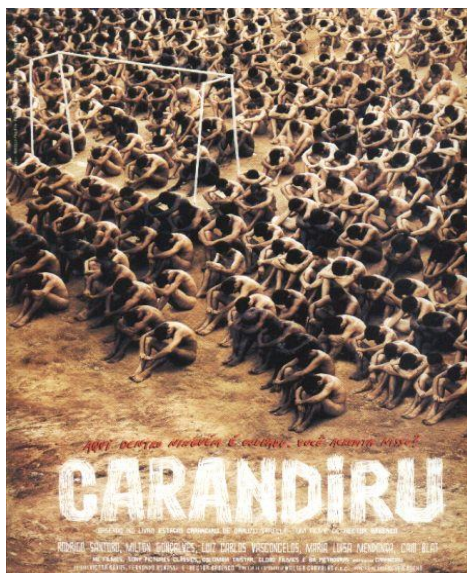


Figura 16 – Capa do filme “Carandiru”<sup>15</sup>

Dirigido pelo cineasta Hector Babenco, “Carandiru” tem seu roteiro cinematográfico inspirado no livro “Estação Carandiru” de Varella. O filme foi lançado em 2003, um ano após a primeira implosão e no mesmo ano em que o Parque da Juventude entrou em funcionamento, sabendo que a Detenção seria demolida e o presídio já estava desativado, a direção do filme decide realizar as filmagens em um dos pavilhões.

<sup>15</sup> Disponível em <http://globofilmes.globo.com/GloboFilmes/Site/0,,GFF18-5402,00.html>. Acesso em 24 nov 2011.

Durante as filmagens de Carandiru, realizadas nas dependências da própria Casa de Detenção, os figurantes que faziam o papel dos presos rebelados nas cenas do massacre foram se queixar ao diretor Hector Babenco: estavam apanhando de verdade dos colegas que interpretavam os policiais militares encarregados de reprimi-los (VARELLA, 2012, p. 147)

A implosão, o Parque da Juventude e o lançamento do filme ajudam, cada um a sua maneira, no processo de visibilidade editorial do livro “Estação Carandiru”. A demolição realiza o pagamento físico do presídio, mas o velho “casarão” continua edificado verbalmente nas páginas do livro, o parque faz a desmemória e a pós-memória do Carandiru que necessita ser apagado como prisão e o filme dá credibilidade ao livro como uma memória autorizada a dizer sobre a história da Casa de Detenção, fato confirmado pela inscrição na contracapa a partir da segunda edição “O livro que inspirou o filme de Hector Babenco” (VARELLA, 2003). Toda essa ação desencadeada por esses três elementos contribui também para que o nome de Drauzio Varella circule no meio social “A função autor é, portanto, característica do modo de experiência, de circulação e de funcionamento de certos discursos no interior da sociedade” (FOUCAULT, 2009, p. 274).

Uma circulação autoral que também pode ser analisada pelas três instâncias propostas por Dominique Maingueneau (2006) como vimos no Capítulo 2. Nesse sentido, temos a pessoa de Varella, o médico, o pai de família cuja imagem está sempre em evidência em entrevistas, depoimentos e programas televisivos que tratam, na maioria dos casos, sobre temas ligados a epidemias e à saúde pública, inclusive, citando a sua experiência médica enquanto esteve no Carandiru. O escritor que seguiu os rituais do campo literário e por isso, foi aceito no cânone dos escritores que descrevem o universo prisional e por último, o inscritor que emerge do texto com suas marcas enunciativas que o enquadram a um determinado gênero do discurso e estilo literário, sendo que essas três instâncias se afetam mutuamente, ou seja, elas fazem parte do processo de autoria de Drauzio Varella com relação aos dois livros que analisamos.

Por essa perspectiva, além da instituição médica, do mercado editorial e dos meios de comunicação de massa e mídias digitais, os elementos que citamos acima contribuem para o processo de criação autoral de Drauzio Varella dando-lhe legitimidade e credibilidade sobre os relatos da história do Carandiru. Podemos afirmar, então, que a união desses diferentes fatores constrói, discursivamente, uma memória oficial que tenta estabilizar certos discursos e controlar o que pode e deve ser dito sobre a Casa de

Detenção. Atribuimos o traço “oficial” pelo fato dessa memória possuir maior circulação e visibilidade na arena social e por alguns discursos estarem vinculados a ela como, por exemplo, o discurso sobre o número de mortos no massacre “No dia 2 de outubro de 1992, morreram 111 homens no pavilhão Nove, segundo a versão oficial” (VARELLA, 2003, p. 295).

Sabemos que a memória possui mobilidade e permite o retorno de discursos antes silenciados que, por alguma razão, estão acomodados nas gavetas dos dizeres de uma época e ao emergirem, poderão provocar uma ruptura com o que foi construído anteriormente. Logo, a tarefa de se tentar estabilizar, cristalizar um determinado discurso é uma ação sem garantia de êxito, pois o sentido é da ordem do incontrolável, da luta entre diferentes enunciados que movem a alavanca dos sentidos, mediante uma nova regularidade discursiva.

Com relação à criação de uma memória oficial que trata da história do Carandiru e à luta de outros discursos os quais buscam desestabilizar a sua ordem discursiva, a título de exemplificação de uma memória de resistência a qual considero pertinente em nossa discussão, faremos a análise de dois discursos oriundos de materialidades diferentes. São eles: dois fragmentos do relato de Milton Marques Viana, sobrevivente do massacre do Carandiru, narrados na obra “Pavilhão 9: paixão e morte no Carandiru” de Hosmany Ramos e outro, relacionado à possível construção de um museu sobre a história da Casa de Detenção nas dependências do Parque da Juventude.

Escrito em 1995 e publicado em 2001, “Pavilhão 9: paixão e morte no carandiru” é um livro composto por 23 contos e o relato de Milton Marques Viana, sobrevivente do massacre de 1992. Narrado em primeira pessoa, os fragmentos, a seguir, narram o percurso final de Viana durante a ação da PM no interior do pavilhão, após ele e outros companheiros tentarem se proteger no último andar desse local.

Entretanto, com a porta aberta, o gás começa a dispersar-se. Tiros e mais tiros. Vozes de desespero e vozes de comando. Um policial chuta alguns corpos e outro diz: – Temos que levar alguns feridos ao hospital. Temos que fazer uma média. Dar entrada antes da rigidez cadavérica. – Melhor levá-los para o IML. Já estão presuntados. Alguém do comando diz em tom de pilhéria: – Escolha alguns que ainda respiram pra levar pro hospital. O número de mortos é muito grande! Senti meu corpo ser arrastado até o pátio de entrada (RAMOS, 2002, p. 258)

A oposição entre as expressões “vozes de desespero” filiada à FD dos presos e “vozes de comando” vinculada à FD policial descreve a tensão provocada com a

entrada da PM na cela. Essa situação se agrava com o enunciado “Um policial chuta alguns corpos” o qual traz à tona o discurso da violência exercida pelos agentes da PM sobre os presos e, interdiscursivamente, faz emergir a memória em torno da tortura.

A expressão “Escolha alguns que ainda respiram pra levar pro hospital. O número de mortos é muito grande!” enunciada por um dos soldados que estavam no comando, apresenta um efeito de sentido sobre o desfecho da ação policial no interior do pavilhão 9. Nessa situação, o elevado número de mortos poderia fazer com que a mídia e a sociedade acusassem a corporação militar como responsável pelas mortes dos detentos e cobrariam do Estado, na pessoa do governador, uma justificativa aceitável para o uso da força policial que provocou tantos óbitos.

Esse efeito de sentido também faz emergir outra memória em torno da quantidade de mortos. Trata-se da versão oficial em que morreram 111 presos. A postura do sujeito discursivo é questionar esse número que será cristalizado pela FD policial. Isso ocorrerá, posteriormente, quando o narrador-personagem, em seu relato, enunciará “Quem matou os 111? Foram só 111? Eu sei que não foram apenas 111, eu estava lá! [...]” (RAMOS, 2003, p. 270).

As discussões sobre a quantidade de mortes têm sido um dos aspectos mais debatidos dentro dos relatos que tratam da história do massacre do Carandiru. Nessa arena de embates, certas FDs reivindicam o direito de dizer algo sempre alicerçadas e subjetivadas por um determinado lugar discursivo, ou seja, outras versões tentam desestabilizar aquilo que é tratado como oficial e inquestionável.

Consigo emitir um suspiro gutural e sou salvo. Quando me põem sobre a maca, sinto que o massacre do Pavilhão Nove, para mim, havia chegado ao fim. Como num milagre, estava esfolado, ferido, massacrado, mas não estava morto. Eu era testemunha ocular do mais dantesco episódio da história criminal do mundo (RAMOS, 2002, p. 258-59)

O percurso final do narrador-personagem é marcado pela sobrevivência após a ação militar “consigo emitir um suspiro gutural e sou salvo”. A expressão “Como num milagre, estava esfolado, ferido, massacrado, mas não estava morto” caracteriza o estado físico e emocional do protagonista que considera o fato de estar vivo como algo somente explicado pelo sobrenatural, aproximando-o do discurso religioso.

Os adjetivos “esfolado”; “ferido” e “massacrado” criam o efeito de sentido de que ele sofreu todo tipo de ameaça por parte dos soldados e mesmo desarmado,



conseguiu sobreviver à ação da PM, configurando-se como uma vítima de uma situação de conflito denominada, pelo narrador-personagem, como “massacre”.

Essa condição de sobrevivente permite que o protagonista se qualifique como uma “testemunha ocular” dos fatos que foram narrados, imprimindo um efeito de verdade sobre o que foi relatado. Isso mostra que seu discurso se filia aos dizeres que resistem à imposição de uma versão oficial sobre os acontecimentos de 02 de outubro “O massacre do Pavilhão Nove não pode cair no esquecimento. Lembro-me diariamente dos acontecimentos. Até hoje carrego comigo o trauma físico e psicológico daquele tiroteio macabro [...]” (RAMOS, 2002, p. 270).

O segundo elemento de nossa análise está relacionado à edificação de um museu como parte do projeto arquitetônico do Parque da Juventude em uma área conhecida como estruturas abandonadas dentro do parque central (região arborizada).

O Parque Central que remete a sensação de um oásis urbano é composto por uma representativa área de cobertura vegetal bastante densa, nessa área está localizado o passeio da muralha e outro forte elemento dessa área são as estruturas abandonadas que se perderam em meio a toda massa arbórea, nesse território encontra-se um edifício que posteriormente abrigará um museu com as memórias do Carandiru (BIANCHINI, 2018, p. 78)

Bianchini (2018) menciona que o Parque da Juventude poderá abrigar um museu voltado para as memórias do Carandiru. Acreditamos que nesse espaço memorialístico haverá fotografias, reportagens, painéis, material audiovisual, documentários, exposições de objetos utilizados pelos presos entre outros elementos que poderão compor esse possível museu.

Antes mesmo de ser edificado, o museu já possui um espaço definido, ficará na região arborizada entre as estruturas abandonadas, distante das áreas privilegiadas do parque como a ETEC e a Biblioteca São Paulo. Se tomarmos esse museu na forma de um discurso que busca rememorar e manter viva a memória do presídio o qual esteve corporificado estruturalmente há décadas naquele espaço e agora, reformulado pelo parque, temos um discurso de resistência que se opõe diretamente aos principais objetivos da criação da nova estrutura urbanística que são: apagar e desmemorializar definitivamente a imagem do Carandiru enquanto prisão.

Caso fosse construído, o museu representaria uma ameaça aos interesses do poder público que idealizou o parque com a missão principal de abolir a memória do

Carandiru e suas mazelas. Esse espaço, mesmo que deslocado, traria as lembranças de um passado que incomodaria a nova regularidade discursiva que a consolidação do parque busca imprimir como analisamos anteriormente. Nesse sentido, o museu manteria em circulação uma memória, que ao ser recuperada pelas imagens e objetos em exposição, faria com que os visitantes chegassem, no decorrer da visita, a questionamentos e suposições as quais poderiam contrariar a nova ordem discursiva que o Parque da Juventude diariamente tenta estabilizar.

Socialmente, o museu é compreendido como um espaço representativo para a conservação de um legado histórico e cultural para a posteridade, o que Báez (2006) entende como um patrimônio cultural da sociedade, um local de recordação que possui um valor humanístico “Espera-se dos locais de recordação, para além do valor informativo que lugares memorativos e documentais proporcionam [...] um aumento da intensidade da recordação por meio da contemplação sensorial” (ASSMANN, 2016, p. 351).

Os locais de recordação remodelados em memoriais e museus estão sujeitos a um paradoxo profundo: a conservação desses locais em favor da autenticidade significa inevitavelmente uma perda da autenticidade. Enquanto se preserva o local, também não se pode evitar ocultá-lo e substituí-lo. Apenas uma pequena parte do acervo pode ser preservada como representativa, e também nesse tipo de prédio é preciso reformar e substituir as partes em ruínas (ASSMANN, 2016, p. 354)

Contudo, a possível presença de um museu nas imediações do Parque da Juventude poderá não ser entendida como um local de recordação que deve preservar um acervo para a posteridade das ruínas do tempo. Sua materialidade ecoará como uma ameaça que dever ser evitada, interdita, apagada. Por isso, a construção desse local permanece incerta, deixada para um futuro até que caia no esquecimento e seja substituído, apagado, desmemorializado por outra edificação da mesma forma que ocorre com os pavilhões do Carandiru.

Diferentemente dos livros “Estação Carandiru” e “Carcereiros” cuja memória está autorizada a circular pelos museus, bibliotecas, salas de aula e outros espaços sociais, propagando, divulgando, rememorando uma memória que pode ser dita sobre a história do Carandiru, sem trazer ameaças ao apagamento e a desmemória que o Parque da Juventude realiza sobre as ruínas memoráveis do presídio.

Mas a memória continua em movimento, estabilizando, desestabilizando os discursos e os sentidos. Ela está na poeira, nos grãos de areia levados pelo vento após a

implosão do Carandiru feito uma metáfora que trará sempre à tona os vestígios humanos inscritos na areia do tempo.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A principal hipótese que levantamos, ao longo desse trabalho, era se o apagamento poderia ser compreendido como um recurso, discursivamente consciente, que aceleraria a desmemória, tornando-se uma estratégia discursiva utilizada pela FD de Varella e auxiliada pela implosão do Carandiru. Tal questionamento estava também relacionado a uma das perguntas de pesquisa: Há alguma proximidade discursiva entre as narrativas de Varella, o apagamento, a implosão dos pavilhões e a construção do Parque da Juventude?

Essa hipótese foi comprovada e a pergunta, creio eu, respondida durante o desenvolvimento, especialmente, do capítulo três, pois a partir do conceito de “política do silêncio” proposto por Orlandi (1995) que trata do silêncio constitutivo e do silêncio local, dividimos as duas narrativas de Varella em três temáticas de análise: o estilo descritivo e o uso do linguajar científico, a escolha dos personagens que podem falar e a censura a determinadas palavras. Na primeira temática, notamos que o uso de termos técnicos e expressões da área médica estão entrelaçados à objetividade descritiva que revela a origem de cada detento, chamando-os pelo nome ou apelido, criando um efeito de dignidade entre o médico e seus pacientes do cárcere e apagando, silenciando o teor semântico da criminalidade presente, por exemplo, no discurso que diz que “bandido bom, é bandido morto”.

Na segunda, observamos que o apagamento está também relacionado à escolha dos personagens que podem falar e relatar suas experiências no interior dos dois livros, pois ao se dar voz a determinado personagem, outros são silenciados (silêncio constitutivo). Isso é comprovado na análise do percurso narrativo dos dois personagens de “Estação Carandiru” e nos dois escolhidos de “Carcereiros” que foram selecionados por estarem dentro de um ciclo de confiança e camaradagem, além da experiência que possuíam com o ambiente carcerário. Já na última temática, vimos que o silêncio local ocorre com a palavra “massacre” que é tratada de forma diferenciada em cada livro. Em “Estação Carandiru” esse termo é silenciado, evitado, pois remete a um discurso que incomoda a FD de Varella, mas em “Carcereiros” ele é citado três vezes, inclusive, sendo mencionado pelo autor como um divisor de águas, inaugurando um novo acontecimento

histórico: o PCC. Assim, essas três temáticas fazem parte da política do silêncio utilizada por Varella para apagar os rastros de certos discursos que também constituem a historicidade do Carandiru. Nesse sentido, o apagamento favorece o processo de desmemória que atua nas narrativas do médico do Carandiru.

Encontramos, em nossas análises, especialmente a desmemória pela disjunção (PAVEAU, 2015) em que se tenta bloquear um sentido em detrimento de outro. Isso ocorre, por exemplo, na capa de “Estação Carandiru” que, por meio da disjunção, desmemorializa o referente presídio e sua significação em detrimento do sentido de estação do metrô. Algo semelhante, nota-se entre os termos “casarão” e “presídio” e um acordo semântico entre a linguagem médico-científica e o linguajar coloquial da população carcerária na revista “O Vira Lata”, além disso, o termo “massacre” é desmemorializado nos capítulos finais de “Estação Carandiru”.

Já em “Carcereiros”, a desmemória não é marcada pelas relações entre termos, mas pela proximidade afetiva que Varella tem com seus personagens (funcionários/amigos), a desmemória não está na reformulação que um termo estabelece com outro, no entanto, ela ocorre dentro da própria narrativa como um todo em que o sentido do Carandiru enquanto presídio vai se distanciando. Nesse sentido, o apagamento auxilia a desmemória de certos discursos sobre o Carandiru. Talvez isso não ocorra em outros objetos de análise, porém, em nossa pesquisa, o apagamento trabalha a favor da desmemória.

Com relação à implosão, entendemos que ela foi um acontecimento histórico decisivo na história do Carandiru, não apenas por decretar o apagamento físico do presídio, mas pelo fato de torná-lo um objeto memorialístico inscrito em outras materialidades discursivas. A implosão representa um ato de apagamento que compreendemos de três maneiras. A primeira que demoliu os pavilhões, transformando-os em pedaços de concreto e aço. Uma segunda que apaga a historicidade da instituição penal edificada ali há décadas e uma terceira, relacionada à ordem discursiva, quando o acontecimento histórico é discursivizado nos relatos de Varella, tornando-se um acontecimento discursivo que procura apagar os rastros dos dizeres inscritos em diferentes materialidades sobre a historicidade da Casa de Detenção em circulação pelo meio social. Assim, a implosão, discursivamente, contribui para o apagamento da Detenção enquanto presídio e acelera o processo de desmemória do Carandiru nos dois livros de Varella por meio de uma nova desmemória: o Parque da Juventude.

Sabemos que a missão principal da criação do Parque da Juventude é apagar, desmemorializar, por completo, as lembranças do Carandiru enquanto presídio. Esse processo de apagamento vai além da reformulação de um espaço por outro, ele se inicia pela mudança linguística entre prisão e parque e se concretiza na desmemória de cada pavilhão que passa a ser substituído por uma nova edificação da seguinte forma: pavilhões 4 e 7 (ETEC), pavilhões 5 e 2 (Biblioteca São Paulo), Divineia e pavilhão 6 (estacionamento) e pavilhões 8 e 9 (pista de skate e pista de corrida).

Entendemos que o processo de desmemória do Carandiru para Parque da Juventude está estruturado em três práticas sociais: a educação (ETEC), a informação (biblioteca) e o esporte (pistas esportivas). Essas ações foram criadas pelo poder público justamente para apagar e abolir a memória do presídio daquela região central da cidade de São Paulo. Além disso, o Carandiru também pode ser compreendido como uma memória indesejada, traumatizante e por isso, deve ser bloqueada, impedida, tornando o Parque da Juventude uma pós-memória (ROBIN, 2016).

Observamos, em nossas análises, que “Estação Carandiru” e “Carcereiros” atuam no processo de apagamento e desmemória da Casa de Detenção aproximando-se, discursivamente, dos interesses de se apagar a memória da prisão por meio da construção do Parque da Juventude. Nesse sentido, o Carandiru descrito por Drauzio Varella é uma extensão da enfermaria do pavilhão 4 em que a aura da cura apaga e desmemorializa o termo “prisão”.

Sobre as duas hipóteses de pesquisa que eram a possível existência de uma memória oficial e institucionalizada que tenta controlar e estabilizar o que pode e deve ser dito sobre o Carandiru e se é que realmente existe essa memória oficial como ela se mobiliza com outros discursos e quais ela procura apagar.

Em nossa análise, entendemos que essa memória oficial existe e é construída, discursivamente, por diferentes fatores que a colocam em circulação e visibilidade na arena social. Por estar sempre em evidência, ela tenta estabilizar certos discursos e controlar o que pode e deve ser dito sobre a Casa de Detenção. Assim, a implosão, o Parque da Juventude, a instituição médica, o mercado editorial, os meios de comunicação de massa, as mídias digitais, os dois livros de Varella, tudo isso atua no processo de institucionalização dessa memória como aquela que deve nortear e gerenciar os discursos que podem ser ditos sobre o Carandiru.

Nesse sentido, o processo de criação autoral de Drauzio Varella também está vinculado a essa memória. No capítulo dois, verificamos que a autoria de Varella é validada pela instituição médica, pelo mercado editorial e pelos meios de comunicação que dão credibilidade a seus escritos, inclusive, as três instâncias propostas por Maingueneau (2018) contribuem nessa construção autoral e reforçam a antonomásia “médico do Carandiru”.

Com a demolição física do presídio, as obras de Varella passaram a ser uma referência no que diz respeito à memória da Casa de Detenção, pois sua imagem (homem, escritor e inscritor) está em evidência no meio social como um legítimo representante dos relatos que tratam da história do Carandiru.

Em contrapartida, há outros discursos que irão tentar desestabilizar e ameaçar a ordem discursiva que busca cristalizar determinados dizeres, o que considero uma memória de resistência como os exemplos que analisamos no final do capítulo três. Esse confronto entre diferentes discursos sobre o Carandiru e sua memória é que permitirão que os sentidos estejam sempre em movimento.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARNS, P. E. **Brasil nunca mais**. 18.ed. Petrópolis: Vozes, 1986.

ASSMANN, A. **Espaços da recordação**: formas e transformações da memória cultural. Trad. Paulo Soethe. Campinas: Ed. Unicamp, 2016.

BÁEZ, F. **História universal da destruição dos livros**: das tábuas sumérias à guerra do Iraque. Trad. Léo Schlafman. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006.

BIANCHINI, D. A. **Do Carandiru ao Parque da Juventude**: reconstrução da paisagem urbana. 2018. 107f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e urbanismo). Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2018.

BORELLI, H.; RODRIGUES, K. F. **Vozes do Carandiru**. São Paulo: Jaboticaba, 2007.

BOSI, E. **Memória e sociedade**: lembrança de velhos. 2.ed. São Paulo: T.A. Queiroz/Edusp, 1987.

BULFINCH, T. **O livro de ouro da mitologia**: histórias de deuses e heróis. Trad. David Jardim. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006.

CABRAL, A. S. C. Os córregos ocultos na paisagem urbana: o caso da bacia Carajás. **Revista Anagrama** – Revista Científica Interdisciplinar da Graduação – USP, ano 5, ed. 3, p. 1-34, maio, 2012.

COURTINE, J.J. **Análise do discurso político**: o discurso comunista endereçado aos cristãos. São Carlos: EdUFSCar, 2009.

FOUCAULT, M. **O nascimento da clínica**. Trad. Roberto Machado. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1977

FOUCAULT, M. **Arqueologia do saber**. Trad. Luiz Felipe B. Neves. 6.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.



FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Org. e trad. Roberto Machado. 20.ed. Rio de Janeiro: Graal, 2004a.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Trad. Raquel Ramallete. 29.ed. Petrópolis: Vozes, 2004b.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio. 17.ed. São Paulo: Loyola, 2008a.

FOUCAULT, M. **O nascimento da clínica**. Trad. Roberto Machado. 6.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008b.

FOUCAULT, M. **Estética: literatura e pintura, música e cinema**. Org. e seleção de textos Manoel Barros da Motta. Trad. Inês Autran Dourado Barbosa. 2.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

FOUCAULT, M. **A sociedade punitiva: curso no Collège de France (1972-1973)**. Trad. Ivone C. Benedetti. São Paulo: Martins Fontes, 2015.

HARDT, M.; NEGRI, A. **Império**. Trad. Berilo Vargas. 8.ed. Rio de Janeiro: Record, 2006.

LE GOFF, J. **História e memória**. Trad. Bernardo Leitão et al. 5.ed. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 2003.

MAINGUENEAU, D. **Discurso literário**. Trad. Adail Sobral. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2018.

MARIANO, D. **Lembranças do Pavilhão 9: memória e discurso em Carandiru**. 2012. 106 f. Dissertação (Mestrado em Letras). Universidade Federal de São João Del-Rei, São João Del-Rei, 2012.

NASCENTES, A. **Dicionário da língua portuguesa da academia brasileira de letras**. Rio de Janeiro: Bloch Ed., 1988.

ORLANDI, E. P. **As formas do silêncio: no movimento dos sentidos**. 3.ed. Campinas: Pontes, 1995.

ORLANDI, E. P. **Análise de discurso**: princípios e procedimentos. 9.ed. Campinas: Pontes, 2010.

PAVEAU, M. A. **Os pré-discursos**: sentido, memória e cognição. Trad. Greciely Costa, Débora Massmann. Campinas: Pontes, 2013a.

PAVEAU, M. A. Memória, desmemória, amemória: quando o discurso volta-se para seu passado. Trad. Jocilene Santana Prado; Eduardo Lopes Piris. **EID&A – Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação**, Ilhéus, n. 5, p. 137-161, dez, 2013b.

PAVEAU, M. A. **Linguagem e moral**: uma ética das virtudes discursivas. Trad. Ivone Benedetti. Campinas: Ed. Unicamp, 2015.

PÊCHEUX, M. A análise do discurso: três épocas (1983). In: GADET, F.; HACK, T. **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Trad. Bethania S. Mariani et al. Campinas: Ed. da Unicamp, 1990. p. 311-319.

PÊCHEUX, M. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Trad. Eni P. Orlandi et al. 2.ed. Campinas: Ed. Unicamp, 1995.

PÊCHEUX, M. Papel da memória. In: ACHARD, P. et al. **Papel da memória**. Trad. e introdução José Horta Nunes. Campinas: Pontes, 1999. p. 49-57.

PÊCHEUX, M. Leitura e memória: projeto de pesquisa. In: ORLANDI, E. P. (org.). **Análise de discurso**: Michel Pêcheux. Trad. Tania C. Clemente de Souza. Campinas: Pontes, 2011. p. 141-150.

RAMOS, H. **Pavilhão 9**: paixão e morte no carandiru. 3.ed. São Paulo: Geração Editorial, 2002.

ROBIN, R. **A memória saturada**. Trad. Cristiane Dias, Greciely Costa. Campinas: Ed. Unicamp, 2016.

RICOEUR, P. **A memória, a história, o esquecimento**. Trad. Alain François. Campinas: Ed. Unicamp, 2014.

ROSSI, P. **O passado, a memória e o esquecimento**: seis ensaios da história das ideias. Trad. Nilson Maulin. São Paulo: Ed. Unesp, 2010.

VARELLA, D. **Estação Carandiru**. 2.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

VARELLA, D. **Carcereiros**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

VARELLA, D. **Prisioneiras**. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

YERUSHALMI, Y. H, et al. **Usos do esquecimento**: conferências proferidas no colóquio de Royaumont. Trad. Eduardo Alves Rodrigues, Renata Chrystina Bianchi de Barros. Campinas: Ed. Unicamp, 2017.